



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Sociologia

Área de especialização | Desenvolvimento Regional

Dissertação

**Análise de coerência das Políticas Públicas: estudo de caso
num município do Alentejo Central.**

Beatriz Palma Borrões

Orientador(es) | Maria da Saudade Baltazar

Évora 2023



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Sociologia

Área de especialização | Desenvolvimento Regional

Dissertação

**Análise de coerência das Políticas Públicas: estudo de caso
num município do Alentejo Central.**

Beatriz Palma Borrões

Orientador(es) | Maria da Saudade Baltazar

Évora 2023



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Rosalina Pisco Costa (Universidade de Évora)

Vogais | Ana Balão (Universidade de Évora) (Arguente)
Maria da Saudade Baltazar (Universidade de Évora) (Orientador)



Resumo

Análise de Coerência das Políticas Públicas: estudo de caso num Município do Alentejo Central

Inegavelmente desde o desiderato de se criar uma Europa unida e pacífica, que agrega atualmente vários países, que se pretende reduzir as assimetrias existentes entre regiões. É, portanto, objetivo da Dissertação, elaborada no âmbito do Mestrado em Sociologia, na especialidade de Desenvolvimento Regional, avaliar o nível de coerência entre as políticas de desenvolvimento de âmbito europeu, nacional, regional e municipal, nomeadamente, entre os instrumentos de planeamento municipal operacionalizados no Município de Vila Viçosa. Trata-se de uma investigação de natureza qualitativa e integra um estudo de caso, com o propósito de dar cumprimento ao objeto de estudo e ao conjunto de objetivos definidos. Neste sentido, foi opção, como técnicas de recolha de dados, realizar pesquisa bibliográfica e documental complementada por entrevistas. Privilegiou-se a abordagem que permite realizar uma análise de coerência externa, ao nível dos objetivos e eixos estratégicos consignados nos quadros de programação comunitária e nos programas operacionais e regionais, estabelecidos entre 2007 e 2020. A investigação permitiu aferir conclusões relevantes, face à importância da articulação entre as políticas públicas e os instrumentos de planeamento que o Município desenvolve, na ótica do desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Alentejo; Desenvolvimento Regional; Coerência; Políticas Públicas; Planeamento Municipal.



Abstract

Coherence Analysis of Public Policies: case study in a Municipality in Central Alentejo

Undeniably, since the aim of creating a united and peaceful Europe, which currently brings together several countries, the aim is to reduce existing asymmetries between regions. It is, therefore, the objective of the Dissertation, prepared within the scope of the Master's in Sociology, in the specialty of Regional Development, to evaluate the level of coherence between development policies at European, national, regional and municipal levels, namely between municipal planning instruments operationalized in the Municipality of Vila Viçosa. This is a qualitative research and integrates a case study, with the purpose of complying with the object of study and the set of defined objectives. In this sense, it was an option, as data collection techniques, to carry out bibliographic and documentary research complemented by interviews. The approach that allows for an external coherence analysis to be carried out was privileged, at the level of the objectives and strategic axes set out in the community programming frameworks and in the operational and regional programs, established between 2007 and 2020. The investigation made it possible to assess relevant conclusions given the importance of the articulation between public policies and the planning instruments that the Municipality develops, from the perspective of territorial development.

Keywords: Alentejo; Regional development; Coherence; Public policy; Municipal Planning.



Índice

Resumo	1
Abstract.....	2
Índice de Figuras	5
Índice de Quadros	5
Índice de Gráficos.....	6
Índice de Tabelas	6
Índice de Anexos	6
Siglas e Acrónimos.....	7
Dedicatória.....	9
Agradecimentos	10
Notas Introdutórias	12
I Capítulo	16
Do problema sociológico às opções metodológicas	16
1.1 Problemática Sociológica	16
1.2 Procedimentos Metodológicos	20
1.2.1 Técnicas de recolha, tratamento, análise de dados e interpretação de resultados .	22
II Capítulo.....	26
Enquadramento Teórico	26
2.1 Em torno do conceito de Desenvolvimento: Do local ao regional	26
2.2 Políticas Públicas: Evolução, operacionalização, atores e destinatários	30
2.3 Territorialização das Políticas Públicas	38
III Capítulo	44
Políticas Públicas Comunitárias: Análise de Coerência aos diferentes níveis geográficos	44
3.1 Plano Comunitário.....	44



3.2 Plano Nacional.....	51
3.3 Plano Regional e Municipal	65
3.4 Análise de Coerência	74
Quadro de Referência Estratégico Nacional.....	77
Portugal 2020.....	84
IV Capítulo	95
Caracterização genérica do concelho de Vila Viçosa.....	95
4.1 Vila Viçosa e a sua história	95
4.2 Enquadramento geográfico e população	96
4.3 Estrutura económica e emprego	99
4.4 Equipamentos e respostas sociais no concelho.....	103
V Capítulo	105
Dinâmica Municipal: Projetos candidatados, financiados e executados	105
5.1 Projetos Candidatados pelo Município de Vila Viçosa	108
5.2 Projetos Financiados e Executados pelo Município de Vila Viçosa	110
VI Capítulo	114
Instrumentos de Planeamento Municipal: Constrangimentos e Fatores Potenciadores de Dinâmica Territorial	114
Considerações Finais	125
Bibliografia e Legislação.....	131
Apêndices	138
Apêndice 1	139
Guião de Entrevista e Consentimento Informado.....	139
Apêndice 2.....	143
Grelha de Análise de Conteúdo das Entrevistas	143



Índice de Figuras

Figura 1 – Elementos que formam os conceitos de Políticas Públicas.....	35
Figura 2 – Dimensões de governança a vários níveis e escalas de atuação.	41
Figura 3 – Prioridades e Objetivos Temáticos da Estratégia Europa 2020.	49
Figura 4 – Prioridades Estratégicas do Quadro de Referência Estratégico Nacional.....	54
Figura 5 – Programa Operacional Temático do QREN.....	55
Figura 6 – Programas Operacionais Temáticos do Portugal 2020.	57
Figura 7 – Programas Operacionais Temáticos – Portugal 2030	62
Figura 8 – Prioridades do Portugal 2030	62
Figura 9 – Eixos Estratégicos e Prioridades de Ação da Estratégia de Desenvolvimento Regional 2015.....	66
Figura 10 – Domínios Temáticos e Eixos estratégicos do Alentejo 2020.....	71
Figura 11– Mapa Alentejo Central	97
Figura 12 – Ciclo de uma candidatura/projeto aos Fundos Comunitários.	107
Figura 13 – Listagem de operações/projetos executados ao abrigo do QREN.	111
Figura 14 – Instrumentos e Estratégias facilitadores para uma concreta Ação Social e Local.	117
Figura 15 – Fatores Potenciadores do Concelho de Vila Viçosa	122

Índice de Quadros

Quadro 1: Coerência Externa: QREN e Prioridades Estratégicas do QREN.	77
Quadro 2: Coerência Externa: QREN e Orientações da Política de Coesão Europeia para 2007-2013.....	78
Quadro 3: Coerência Externa Vertical: QREN e Objetivos dos Programa Operacional Regional do Alentejo – INALENTEJO.....	80
Quadro 4: Coerência Externa Horizontal: Objetivos dos Programa Operacional Regional do Alentejo, INALENTEJO e Estratégia de Desenvolvimento Regional.	81
Quadro 5: Coerência Externa Vertical: Objetivos Específicos Portugal 2020 e Estratégia Europa 2020.....	84
Quadro 6: Coerência Externa Vertical: Objetivos Portugal 2020 e Programa Operacional Regional – Alentejo 2020	86



Quadro 7: Coerência Externa Vertical: Objetivos Portugal 2020 e Estratégia de Desenvolvimento Regional – Estratégia Regional de Especialização Inteligente	88
Quadro 8: Coerência Externa Horizontal: Alentejo 2020 e Estratégia de Desenvolvimento Regional – Estratégia Regional de Especialização Inteligente.....	90
Quadro 9 – Coerência Vertical e Coerência Horizontal: Resultados da Análise de Coerência.....	92

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – População residente no concelho de VV por grupo etário e idades.	97
Gráfico 2 – População empregada por profissão.....	100
Gráfico 3 – Atividade económica por local de trabalho e local de residência	101
Gráfico 4 – Taxa de desemprego no concelho de Vila Viçosa.....	102

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Indicadores demográficos – 2001, 2011 e 2021.....	98
--	----

Índice de Anexos

Anexo 1 – Guião de Entrevista e Consentimento Informado	138
Anexo 2 – Grelha de Análise de Conteúdo das Entrevistas	143



Siglas e Acrónimos

ADC – Agência para o Desenvolvimento e Coesão

CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

CEE – Comunidade Económica Europeia

CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central

CLDS 4G – Contratos Locais de Desenvolvimento Social de 4.^a Geração

CMVV – Câmara Municipal de Vila Viçosa

ERT – Entidade Regional de Turismo do Alentejo

FSE – Fundo Social Europeu

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEEI – Fundos Europeus Estruturais de Investimento

FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola

FC – Fundo de Coesão

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

MVV – Município de Vila Viçosa

OI – Organismo Intermédio

ONG – Organizações Não Governamentais

PDM – Plano Diretor Municipal

POAT – Programa Operacional Assistência Técnica

POCH – Programa Operacional Capital Humano

POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

POVT – Plano Operacional para a Valorização do Território

PP – Plano Pormenor

PRR – Plano de Recuperação e Resiliência

PU – Plano de Urbanização

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

QC – Quadros Comunitários

QCA – Quadros Comunitários de Apoio

SCMVV – Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa

VV – Vila Viçosa



Dedicatória

“Espera-se que os filhos adultos sejam “suficientemente maduros” para lidar com a morte de um dos progenitores. Independentemente da idade, contudo nunca deixamos de ser filhos dos nossos pais e a “criança dentro de nós” chora profundamente a sua partida”.

Daniel Fitzpatrick G.

A ti, pai, pela educação que me proporcionaste.

A ti, pai, pelos valores que me passaste.

A ti, pai, que me ensinaste a ser forte e resiliente.

A ti, pai, que me ensinaste a lutar pelos meus sonhos e objetivos.

A ti, pai, por me incentivares, diariamente, a regressar à Universidade.

A, ti, pai, agradeço por me teres ensinado, a esforçar e empenhar-me, todos os dias, em tudo aquilo que faço.

A, ti, pai, um obrigado nunca será suficiente.

A ti, pai, dedico o meu trabalho.



Agradecimentos

Em primeiro lugar o meu agradecimento dirige-se ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara e amigo, Dr. Inácio Esperança, que me deu oportunidade, possibilitou e disponibilizou-se, desde o início para a realização desta Dissertação, com o apoio do Município de Vila Viçosa. Ao Dr. António Costa da Silva, aos técnicos, Dr. Artur Brito e Arquiteto Vítor Ramos, com quem trabalhei durante este período de investigação, o meu obrigado. À Dra. Filomena, Técnica Superior na Câmara Municipal. Ao Vice-Presidente do Conselho de Administração da AfreViçosa e Presidente de uma das freguesias rurais, Sr. José Cardoso. À CCDRA e à CIMAC pela prestação de informações e dados.

Presto de igual forma o meu enorme agradecimento à Professora Saudade Baltazar, enquanto professora, conselheira e orientadora da minha Dissertação. Desde o primeiro dia, do 2.º ano de mestrado, que assumimos o compromisso de ir até ao fim. E foi por ser a boa profissional que é, enquanto professora e investigadora que, indubitavelmente tem demonstrado através do seu trabalho, a sua capacidade de observação e pesquisa no que diz respeito a temáticas associadas à União Europeia e à importância das Políticas Públicas, na medida do seu olhar sobre a territorialização das mesmas, aspetos inerentes e relevantes para um desenvolvimento harmonioso dos territórios, que a minha escolha recaiu.

Uma vez que durante os dois anos letivos do Mestrado em Sociologia, beneficiei do Estatuto de Trabalhador-Estudante, presto um agradecimento à Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, enquanto entidade empregadora, e ao Coordenador do projeto CLDS 4G, Nelson Rebola, que facilitaram a articulação entre o meu regresso à Universidade de Évora, ao mesmo tempo que desenvolvia funções no referido projeto, para a realização do Mestrado. Da mesma maneira, agradeço à restante equipa do CLDS 4G, e em especial às minhas colegas e amigas, Paula Queiroz e Rute Cardoso. A vossa amizade, companheirismo e espírito de equipa foi fundamental no decorrer deste período.

Agradeço também a um grande amigo e professor de História já reformado, Dr. Licínio Lampreia, sempre disponível para me auxiliar. A sua contribuição para a minha Dissertação de Mestrado traduziu-se num texto muito bem elaborado, mas embora



resumido sobre a história de Vila Viçosa, sobre a qual, o Dr. Licínio tem um conhecimento vasto.

Inegavelmente os últimos são sempre os primeiros, e porque o amor e dedicação não se agradece, mas retribui-se, posso agradecer à minha mãe, Filomena, a educação, valores e princípios transmitidos, que me têm norteado ao longo da vida. Por outro lado, enquanto Técnica Superior de Sociologia na Câmara Municipal de Vila Viçosa, como profissional com conteúdo funcional no âmbito dos Quadros Comunitários e da elaboração de candidaturas, agradeço a contribuição na recolha de dados e documentos relevantes para a presente dissertação. Obrigado Mãe, por tudo!

Inês, a pessoa mais importante da minha vida. Obrigado pela extrema paciência que tens comigo. Obrigado pelo nosso amor mútuo e cumplicidade. Ensinas-me todos os dias com a tua força de vontade e resiliência, valores transmitidos pelo nosso Pai.

Ambas nunca me deixaram sozinha neste percurso. O amor, a motivação e a força que me deram, em dias difíceis e de extrema ansiedade, é indescritível.

Porque mesmo que o caminho de cada um seja pessoal, esse nunca se faz sozinho, e por isso não tenho como agradecer às minhas amigas, colegas e companheiras de Mestrado pela força, traduzida em motivação, constante, pelos anseios partilhados, transformados em conselhos e gargalhadas. Com muito carinho, Sara e Andreia.

Assim como, e porque também fazem parte de mim e da minha vida, agradeço todos os dias às minhas grandes amigas e amigos, a forma como me apoiaram, durante o 2.º ano de Mestrado, período da elaboração da presente dissertação, coincidente com a fase de luto em que me encontrava.

Ao João, agradeço a amizade e companheirismo que temos construído. Agradeço o seu amor, todos os dias. Agradeço também a força e motivação, constantes, e igualmente, diárias.

Ao longo destes últimos dois anos, sem o apoio das várias pessoas que enunciei, entre outras, o objetivo ao qual me propus, ser Mestre em Sociologia, não teria tido, indubitavelmente, a importância que teve nem o mesmo impacto na minha vida pessoal e profissional, uma vez que a grande força impulsionadora me foi inculcada pelo meu querido Pai, que já não está entre nós.



Notas Introdutórias

No âmbito do Mestrado em Sociologia, na especialidade do Desenvolvimento Regional, proponho-me, enquanto licenciada em Sociologia e com interesse sobre temáticas da União Europeia, promotora da coesão económica, social e territorial e das políticas públicas direcionadas para a promoção do desenvolvimento das regiões, a realização da dissertação de mestrado intitulada de *“Análise de Coerência das Políticas Públicas: estudo de caso num município do Alentejo central”*.

A respetiva temática revela-se, para mim, cada vez mais atual e relevante, no que concerne a questões promotoras de desenvolvimento e à redução das assimetrias e desigualdades, que aos dias de hoje se continuam a observar. Conjuntamente, associado a tal, o ter desenvolvido funções num projeto de cariz e desenvolvimento social, que objetivava a capacitação e promoção da inclusão social de indivíduos e grupos que apresentassem maiores níveis de fragilidade, com uma intervenção assente em dois eixos – emprego e prevenção da pobreza infantil, sendo, portanto, uma tipologia de programa enquadrada e contemplada no quadro das políticas para a inclusão social e emprego.

Para além destas motivações pessoais, o meu percurso académico na área da Sociologia, e especificamente a escolha da especialidade de Desenvolvimento Regional do curso de Mestrado, determinaram a opção sobre a temática em estudo no âmbito da presente dissertação. Temática que sido alvo de estudo, nomeadamente nas áreas da Sociologia do Desenvolvimento Regional e Planeamento Territorial.

A Sociologia, como Ciência Social “que nasceu enquanto disciplina científica, da vontade de explicar os fenómenos sociais (...)” (Javeau, 1998), enquadra os domínios supracitados, uma vez que a relação entre a sociedade e os elementos que a constituem não é estática, mas sim dinâmica, compreender o conceito de territorialidade é ter por base que a articulação entre sociedade e o conjunto de relações sociais nela existentes, variam entre espaço e tempo.

Segundo Freitas (2016) “o território, sob uma perspetiva relacional, é visto (...) a partir das relações sócio históricas que o constituem, mediadas pelas representações que dele são feitas e que balizam as intervenções sobre ele” (p. 669). Nessa perspetiva pressupõe-se que o desenvolvimento apele à mobilização de todos os recursos existentes



nas comunidades territoriais com o objetivo da satisfação das necessidades prioritárias e fundamentais das populações.

Porque tanto o desenvolvimento territorial, seja de nível local, regional, nacional ou até supranacional, enquanto modelo de sociedade a que se aspira, encontra-se associado ao planeamento, como formas de intervenção sobre os territórios. A pertinência do presente estudo prende-se com a atual importância destas temáticas, articuladas com as orientações das políticas da União Europeia e nacionais.

É, portanto, em virtude do exposto que o objetivo da presente investigação visa avaliar o nível de coerência entre as políticas de desenvolvimento de âmbito europeu, nacional, regional/municipal, com o enfoque no caso do Município de Vila Viçosa.

Importa ainda salientar que este estudo abrange a respetiva temática, na perspetiva em que a presente dissertação, de acordo com os objetivos definidos, procura realizar uma análise de coerência, como metodologia específica, em relação às políticas públicas comunitárias, nos diferentes níveis geográficos, macro e micro, nacional, regional e municipal, último nível de análise que corresponde ao estudo de caso.

Desta forma, o objeto de estudo procura avaliar o grau de coerência entre as diferentes políticas de desenvolvimento, comunitárias, nacionais e regionais, e ao nível do Município, mapear os instrumentos de planeamento que têm sido executados em Vila Viçosa. A presente investigação divide-se em cinco capítulos, como de seguida se passa a indicar.

O primeiro capítulo centra-se na problemática sociológica acerca do objeto de estudo. Também os procedimentos metodológicos são explicitados neste primeiro capítulo. De seguida, apresenta-se o enquadramento teórico, sendo que se encontra dividido em três partes.

A primeira parte é composta pela temática em torno do conceito de desenvolvimento, regional e local, nomeadamente, alguns conceitos, domínios, pressupostos e atores, estabelecendo, portanto, uma correlação com as restantes temáticas, constituindo uma parte importante desta tese. No segundo ponto, este diz respeito às Políticas Públicas, como têm evoluído, de que forma se operacionalizam, quais são os seus atores e a quem se dirigem. Por último, aborda-se a importância acrescida no que diz respeito à Territorialização das Políticas Públicas.



A relevância conferida às temáticas que serão abordadas, traduz-se, na atual importância de que estratégias orientadas nesta direção, explanam a necessidade de se olhar para os territórios e pensá-los, permitindo que atores locais e regionais participem na formulação e implementação de políticas públicas no território.

É no terceiro capítulo que são abordadas as políticas regionais comunitárias, em diferentes níveis geográficos, comunitário, nacional e regional/municipal, uma vez que é através da compreensão da evolução da Política Regional Comunitária, que se compreenderão quais os impactos nas políticas nacionais, regionais e locais, o que implica nesta fase realizar uma abordagem aos programas operacionais temáticos, compreendidos entre 2007 e 2020, nomeadamente o QREN e o Portugal 2020. De acordo com os objetivos da dissertação, este capítulo contempla a análise de coerência aos diferentes eixos e objetivos consignados nos quadros de programação comunitária e programas operacionais regionais, no período que foi estabelecido centrar a investigação, 2007 e 2020, configurando-se como uma parte importante da dissertação pelo que permite analisar se existe efetiva coerência entre as diferentes estratégias.

Porque durante a fase de investigação e realização desta dissertação de Mestrado, entrou em vigor o novo quadro comunitário, materializado pelo Acordo de Parceria entre o estado Português e a Comissão Europeia, para o período 2021-2027. Face ao referido, considerou-se importante explicar, ainda que de uma forma mais resumida, os objetivos estratégicos deste novo Quadro de Programação Comunitária – Portugal 2030, bem como identificar os Programas Operacionais Temáticos e o Programa Operacional Regional estabelecido para o Alentejo.

No quarto capítulo, a caracterização do concelho de Vila Viçosa, incide numa abordagem histórica, geográfica e sociodemográfica onde os indicadores referentes à população, à empregabilidade, ao emprego e às respostas sociais existentes no Município são identificados. Sendo que o presente trabalho apresenta um estudo de caso, este capítulo representa uma determinada importância para o capítulo posterior, uma vez que é no quinto capítulo que se encontra explanada a dinâmica municipal do concelho, subdividida em três partes: projetos candidatados, financiados e executados ao abrigo dos fundos comunitários, entre 2007 e 2013.



Por último, o sexto capítulo centrar-se-á no planeamento municipal, através de uma abordagem aos principais instrumentos de planeamento, destacando para o efeito os principais constrangimentos e fatores potenciadores das suas dinâmicas, que permitem concentrar os esforços da autarquia para a promoção do desenvolvimento do concelho de Vila Viçosa.

Finalmente, tecem-se as conclusões, onde a título de balanço final se demonstram os resultados alcançados em função dos objetivos traçados e se abordam, na perspetiva da investigação, preocupações atuais e possíveis medidas a encetar no futuro.

O presente estudo tem em conta as questões éticas a seguir, consagradas no Código Deontológico da Associação Portuguesa de Sociologia para dar resposta aos propósitos da investigação.



I Capítulo

Do problema sociológico às opções metodológicas

1.1 – Problemática Sociológica

Construir a problemática de um estudo constitui-se como o instrumento que vai delimitar o tema em causa, uma vez que é “(...) o princípio de orientação teórica da investigação (...)” conferindo-lhe “(...) coerência e potencial de descoberta (...)” (Quivy & Campenhoudt, 1995, p. 100).

A Sociologia, segundo Cintra (1966), enquanto ciência que estuda as relações e estruturas sociais, oferece também uma visão ampla da sociedade, na medida em que a pluralidade é um dado constitutivo do campo de estudo desta disciplina. Por consequência, no seu campo científico, problemáticas como o desenvolvimento têm vindo a ser estudadas e debatidas de forma a complementar o que até antes era, em parte exclusividade, da também, ciência económica.

Enquanto Ciência Social e assente num quadro que tem por base o seu domínio abrangente de várias áreas de especialização e objetos de estudo, tem vindo a manifestar ao longo dos anos a sua contribuição e intervenção no que se refere ao conhecimento sobre políticas públicas. É através de um conjunto que engloba várias ferramentas utilizadas pelos sociólogos, como a elaboração de diagnósticos sociais ou a análise de redes sociais, como uma metodologia de investigação que permite explorar as relações na sociedade, entre indivíduos e organizações; as análises *SWOT's* (*Strengths* - Forças, *Weaknesses* - Fraquezas, *Opportunities* - Oportunidades e *Threats* - Ameaças), como forma de identificar pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades; análises de coerência quando se pretende avaliar ou comparar a relação de determinadas variáveis; os métodos de análise prospetiva, entre outros, que na perspetiva do campo da análise da sociologia do desenvolvimento e do planeamento, através do conhecimento constituído e da produção de saber relativamente à realidade social, estas podem “(...) orientar e informar intervenções sociais, técnicas e profissionais”, para a sua aplicação (Silva, 2017, p. 783).



Ademais, a Sociologia também contribui para a observação de diversos fenómenos e problemas sociais que se tornam ou tornaram um problema sociológico, ao mesmo tempo que, por meio das ferramentas acima mencionadas, é capaz de trabalhar em direção à elaboração de respostas e soluções para tais problemas.

De acordo com o apresentado é possível correlacionar os fatores que levam aos problemas sociais com situações de desigualdade, que atualmente se continuam a verificar em zonas mais vulneráveis e que as políticas públicas, definidas e direcionadas nesse âmbito, objetivam nos seus eixos e objetivos, combater.

O conceito de desenvolvimento, importa realçar, começou a ter destaque e impacto quando associado a países europeus onde se verificavam marcos históricos, principalmente pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), surge a noção de desenvolvimento associada às preocupações estabelecidas na agenda global e com a criação de organizações de âmbito internacional, passou a ser considerado um conceito e uma área de estudo.

Para Pintão, “o desenvolvimento deve ser entendido como um processo complexo de mudanças de ordem económica, política, cultural, histórica e, muito importante, humana e social. É um conceito multidisciplinar que, em si mesmo, transcende a dimensão económica” (Pintão, 2010, p. 7).

Entende-se, numa análise aos conceitos de desenvolvimento e planeamento, que o primeiro pode ler-se como um conceito “mobilizador de vontades de mudança e de transformação das sociedades e dos indivíduos” (Amaro, 2003, p. 2), sendo associado diversas vezes aos conceitos de crescimento, progresso, planeamento, industrialização, modernização.

Em conformidade, face ao referido, se o desenvolvimento se correlaciona com o ato de planear, entende-se que a perspetiva do planeamento é “o ato ou efeito de planear, criar um plano para conseguir alcançar determinado objetivo” (Fialho, Silva, & Saragoça, 2015, p. 21). Mais referem os autores que, o planeamento é uma forma de racionalizar a ação, pois este conceito é transversal às mais diversas áreas de atuação: educacional, familiar, estratégico e/ou empresarial.



Assim sendo, “o planeamento pressupõe um foco no futuro de forma ordenada e racional. É uma racionalidade da ação (...)” (Fialho, Silva, & Saragoça, 2015, p. 23), que permitirá dar resposta às diversas situações negativas, em diversos níveis – social, económico e político. Assim, é também observável que se associa ao conceito de desenvolvimento, o crescimento e progresso. Desenvolvimento também pressupõe os conceitos de liberdade e justiça, bem como de equilíbrio e harmonia.

Sociologicamente, entende-se por coesão o “(...) o grau de consenso dos membros de um grupo social (...)” (Ferrelli, 2015, p. 1), em fazer parte de, ou de uma situação. De forma paralela, também se refere “(...) à eficácia dos mecanismos instituídos (...) (p. 1)”. Entende-se por mecanismos instituídos, por exemplo, as políticas públicas.

No que concerne a tal, a perspetiva territorial da coesão económica e social pretende, primeiramente, estabelecer um desenvolvimento harmonioso de todos os estados-membro, permitindo que estes tirem as melhores vantagens do seu território e, de certa forma, potenciar e contribuir para um desenvolvimento sustentável alargado a todas as regiões da União Europeia (Europeia, 2009).

A coesão económica e social, e como o próprio nome refere, destina-se à promoção, em simultâneo, com o crescimento económico, uma vez que pretende potenciar a competitividade das economias a um nível regional, enquanto mantém, também, uma posição orientada para as pessoas, no proporcionar um bem-estar e uma melhor qualidade de vida, quer isso através da criação de emprego, oportunidades e postos de trabalho, ou relativamente à produção de serviços.

Por outro lado, a coesão territorial, pretende, nada mais do que a ligação entre regiões, de modo a que sejam as próprias a beneficiar dos seus pontos fortes, com os recursos que delas fazem parte, endógenos, não obstante, incluindo a mobilização de recursos exógenos das regiões que não possuem os seus próprios meios ou capacidades. Considera-se esta coesão entre territórios, relevante, na medida em que os benefícios dessa ligação podem ser acrescidos, uma vez que em conjunto e numa perspetiva de ação coletiva, se encontrem novas formas, inovadoras, inclusive, para fazer face aos desafios existentes e em comum.

Nesse sentido, os objetivos da coesão económica, social e territorial definidos pela União Europeia (UE), têm como propósito a promoção do desenvolvimento das regiões e territórios que integram a UE, da mesma maneira que pretendem reduzir as



desigualdades entre regiões, especialmente aquelas que se encontram localizadas em áreas rurais, ou onde se identificam um maior número de limitações, quer de âmbito económico, natural ou demográfico, a título de exemplo.

Entende-se, portanto, que cada território tem as suas potencialidades e limitações, como um conjunto de desafios, diferentes, de acordo com as especificidades identificadas, sendo que o mais importante são as pessoas, pois são quem mantém um território vivo. Embora o processo de desenvolvimento de cada região ocorra a velocidades diferentes, com medidas e ações distintas, o propósito da superação das desigualdades e assimetrias encontra-se presente inerentemente aos modelos adotados para tal.

Considerando o que até então foi referido, a presente investigação pressupõe que se sigam os pressupostos de “clareza, exequibilidade e pertinência” citados por Quivy e Campenhoudt (1995). Por essa razão, face ao objeto de estudo definido, que procura avaliar o grau de coerência entre as diferentes políticas de desenvolvimento, comunitárias, nacionais e regionais, e ao nível do Município, mapear os instrumentos de planeamento que têm sido executados em Vila Viçosa, definiu-se como pergunta de partida:

“Qual é o nível de coerência entre as políticas de desenvolvimento de âmbito europeu, nacional, regional/municipal, desde 2007, nomeadamente, o caso do Município de Vila Viçosa?”

Definida a pergunta de partida, constroem-se os Objetivos, Geral e Específicos, que procuram dar resposta à questão previamente definida.

O Objetivo Geral pretende avaliar o nível de coerência entre as políticas de desenvolvimento de âmbito europeu, nacional, regional/municipal, nomeadamente, o caso do Município de Vila Viçosa.

Posteriormente definiram-se quatro Objetivos Específicos:

- Analisar a evolução das políticas regionais e de coesão da União Europeia e sua operacionalização nas políticas nacionais e regionais em Portugal, a partir de 2007.
- Avaliar a coerência dos eixos de intervenção e objetivos estratégicos consignados, desde 2007, nos quadros de programação comunitária e nos Programas Regionais do Alentejo.



- Mapear os projetos candidatados, financiados e executados, por fundos comunitários, entre 2007 e 2020, no concelho de Vila Viçosa.
- Identificar mecanismos facilitadores ou constrangimentos para a efetiva coerência das políticas regionais e de coesão com os instrumentos de planeamento municipal para promoção do desenvolvimento no município de Vila Viçosa.

1.2 Procedimentos Metodológicos

Partindo do pressuposto de Flick (2009) é o objeto de estudo que determina a metodologia a escolher, e não o contrário. A natureza da investigação que pretendo realizar vai ao encontro do método qualitativo – uma vez que este método não procura testar ou verificar hipóteses, como é o caso do método quantitativo, mas sim, através dos dados recolhidos, “(...) a construção das teorias, mesmo partindo de um quadro teórico de base” (Miranda, 2009, p. 36).

Este tipo de metodologia objetiva investigar um determinado fenómeno, em toda a sua complexidade e em contexto adequado. Acresce que, no método qualitativo, o investigador faz parte da realidade social que investiga. Abordando o autor de *Qualitative Research Process*, o método qualitativo consiste em “construir a realidade social, significado cultural; foco em processos interativos, eventos; autenticidade é fundamental; os valores estão presentes e explícitos; poucos casos, assuntos; análise temática; pesquisador está envolvido” (Hossain, 2011, p. 147).

A população alvo ou o universo a auscultar, segundo Quivy e Campenhoudt, é “o conjunto de elementos constituintes de um todo” (p. 160). Quando se procede à fase de delimitação da população, que por sua vez, podem ser dados, documentos ou relatórios sobre a problemática em questão, os informantes e/ou entrevistados escolhidos para a realização de entrevista fazem, também, parte da população alvo e consequentemente da amostra (Quivy e Campenhoudt, 1995). De acordo com os autores “(...) as informações úteis, muitas vezes, só podem ser obtidas junto dos elementos que constituem o conjunto” (p. 159).



Nesse sentido, para a compreensão do que se propõe investigar, é necessário que façam parte da **amostra não probabilística**, um conjunto de profissionais com competências em matéria de planeamento municipal.

O **método de amostragem intencional** enquadra-se no tipo de investigação que se pretende realizar. Neste método, segundo as autoras, considera-se que a amostra “(...) é composta por elementos seleccionados (...)” escolhidos pelo investigador, uma vez que “(...) possuem as características que são típicas ou representativas da população (...)” (Figueiredo & Figueiredo, 2011, p. 12).

Deste modo, foi definido que será a **amostra por conveniência**, em detrimento de outras, elegida pela facilidade de acesso aos entrevistados seleccionados, que neste caso em concreto são informantes privilegiados sobre o tema da dissertação. Este método de amostragem apresenta como vantagem o facto de ser uma amostra de fácil acesso, tal como já foi referido, uma vez que os entrevistados se encontram no local onde, ao mesmo tempo, será necessário, recolher informação, relatórios e dados, de forma a ser possível avaliar a coerência das políticas para o desenvolvimento entre os instrumentos de planeamento municipal e os documentos de estratégia europeia.

Em simultâneo, a partir dos objetivos definidos e circunscrita a amostra aos métodos acima descritos, intencional e por conveniência, foram definidos os critérios de inclusão dos entrevistados, considerados pertinentes para a investigação. Assim sendo, com base no objeto de estudo, as principais razões que conduziram à escolha da população a auscultar prende-se com a experiência profissional, percurso académico de cada um dos entrevistados, como agentes locais, bem como o conhecimento e *know-how* em matéria de políticas públicas, candidaturas, desenvolvimento regional e planeamento municipal. Pelos motivos descritos fazem parte da amostra os seguintes:

- Atual Presidente da Câmara do Município de Vila Viçosa: anterior presidente de uma Junta de Freguesia, rural e também membro da Assembleia Municipal, em anteriores executivos;

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Associação de Freguesias do Concelho de Vila Viçosa, sendo Presidente de uma das três Juntas de Freguesia rurais, Bencatel, e em anteriores mandados, foi adjunto do Presidente da CMVV à data dessas funções;



- Um Economista, pós-graduado em Administração e Desenvolvimento Regional na perspetiva das Comunidades Europeias, consultor nas áreas da Economia e da Gestão, com responsabilidades e funções na área da realização de projetos e candidaturas a fundos comunitários, e membro da Comissão Diretiva da CCDRA, no período do QREN e do Portugal 2020;

- Uma Técnica Superior de Sociologia da Câmara Municipal de Viçosa, licenciada pré-Bolonha, com conteúdo funcional assente nas funções¹ relacionadas com a preparação e acompanhamento de projetos realizados com financiamentos provenientes dos fundos comunitários.

1.2.1 Técnicas de recolha, tratamento, análise de dados e interpretação de resultados

Porque se pretende realizar uma investigação qualitativa, no que concerne ao objeto de estudo estabelecido, define-se a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental como uma das técnicas de recolha e produção de dados, de forma a dar cumprimento aos objetivos definidos.

Realizar uma pesquisa documental permite ao investigador recolher toda a informação necessária e posteriormente inferir e construir as próprias conclusões.

Sobre a metodologia acima mencionada, a análise da coerência das políticas, interna e externa, para o desenvolvimento entre os instrumentos de planeamento municipal e os documentos de estratégia europeia e nacional estabelece-se como um tipo de abordagem a desenvolver na pesquisa e consequente tipologia de análise documental. Para esta fase, definiu-se a elaboração de um conjunto de matrizes, por meio de uma metodologia específica, com recurso à Escala de *Linkert*, que permitirá a comparação através de três tipologias de avaliação e relação: nula/fraca - moderada/forte, respetivamente, dos eixos estratégicos e objetivos consignados nos quadros de programação comunitária e programas operacionais regionais, desde 2007 a 2020.

¹ Informação retirada da consulta online do Mapa de Pessoal para o Ano 2022 – Atribuições/competências e atividades – Câmara Municipal de Vila Viçosa. <https://www.cm-vilavicoso.pt/>



Considerando o referido anteriormente, realizar-se-á uma análise à evolução da Política Regional e de Coesão da União Europeia, para compreender como funcionam as tendências e dinâmicas de operacionalização nas políticas nacionais e regionais.

As entrevistas, como outro método de recolha de dados, é onde “(...) são recolhidas as informações sobre o mundo real convertidas posteriormente em dados relevantes face à problemática em estudo (...)” (Caixeiro, 2014, p. 373).

Neste estudo, serão aplicadas entrevistas semiestruturadas, ou semi-diretivas, e esta escolha centra-se na forma como esta variante de entrevista é encaminhada, e sobretudo pela possibilidade de permitir ao entrevistado falar abertamente e de forma fluída sobre o tema (Quivy e Campenhoudt, 1995).

Concomitantemente a entrevista permite ao investigador recolher informações através de “uma conversa intencional entre duas pessoas” (Caixeiro, 2014, p. 251). No entanto, também se observam limitações. Durante a realização da entrevista, urge a importância de ter atenção ao modo como é direcionada, uma vez que os tópicos que irão ser abordados, ainda que sem intenção, poderão diminuir a dinâmica pretendida.

Na fase de tratamento de dados será essencial proceder a uma organização da informação recolhida, estabelecendo o que se apresenta como relevante para o tema, com o objetivo de ser possível realizar inferências entre os dados obtidos.

É através da análise de conteúdo que é possível construir dimensões e unidades de contexto, como por exemplo, do resultado das entrevistas realizadas, na medida em que esta técnica de tratamento de dados, possibilitará obter, através dos procedimentos já mencionados, inferir conhecimento em relação ao objeto de estudo. Este método tem uma dimensão descritiva e outra interpretativa e insere-se no modelo de análise de conteúdo temática – através do resultado das entrevistas é construída uma grelha de categorias projetada para o conteúdo, de forma a obter através da informação produzida “(...) dados segmentáveis e comparáveis” (Bardin, 1977, p. 175). As entrevistas encontram-se numeradas por “entrevistado 1” e assim sucessivamente, até ao número quatro e têm, também, como objetivo a utilização ao longo do texto, ou seja, o recurso a excertos de cada uma delas, confirmar e complementar o texto referente aos diferentes tópicos ao longo dos capítulos respeitantes à análise de coerência das estratégias, nomeadamente ao nível do município de Vila Viçosa.



Tal como já foi referido no início, nos objetivos da investigação, este é um estudo qualitativo, apresentando, por conseguinte, uma metodologia com os pressupostos do que o método qualitativo define.

A realização de um “estudo de caso” justifica-se quando é um caso único que se observa num contexto único, pois permite a investigação com maior profundidade acerca do objeto de estudo, que possibilita, dessa forma, um conhecimento mais detalhado sobre os resultados que se pretendem obter².

Deste modo, a revisão da literatura sobre os pontos e temáticas a ser abordadas centra-se em:

- Livros, teses e artigos sobre a metodologia qualitativa, técnicas de recolha, tratamento, análise e interpretação de dados;
- Livros, *web sites*, artigos de revistas científicas, nacionais e estrangeiras, publicações, teses de mestrado com informação e bibliografia sobre o que são as políticas públicas e o desenvolvimento regional;
- Documentos, relatórios e fichas temáticas sobre a União Europeia e as políticas regionais;
- Documentos, relatórios, bases de dados, via *web sites* sobre as políticas nacionais e regionais, no âmbito do QREN e do Portugal 2020, do INALENTEJO e do Alentejo 2020, respetivamente.

Por sua vez, é na fase da recolha de dados que, como investigadora, se pretende obter um conjunto de informações, traduzidos em dados, que em seguida, serão analisados e tratados. Incluem-se na presente dissertação como instrumentos de recolha de dados, os seguintes:

- Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e análise de documentos;
- Relatórios, bases de dados, documentos, através da consulta *online* das bases de dados disponíveis online, de acordo com os objetivos específicos propostos, de reuniões com algumas entidades com competência e funções nesta matéria, nomeadamente, com um

² Informação retirada dos apontamentos da UC de Laboratório de Análise Qualitativa, no 2.º semestre, do 1.º ano de Mestrado em Sociologia.



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

dos Arquitetos do Município de Vila Viçosa, Arq.º Vítor Ramos, com o Dr. António Costa da Silva e com a Dr.ª Maria do Carmo Ricardo, da CCDRA.

- Entrevistas semiestruturadas ou semi-diretivas, Quivy e Campenhoudt (1995) aos quatro profissionais já mencionados.



II Capítulo

Enquadramento Teórico

2.1 Em torno do conceito de Desenvolvimento: Do local ao regional

Num quadro associado à temática das mais diversas políticas públicas, torna-se evidente a existência de uma correlação entre o conceito de desenvolvimento, nas suas aceções, em especial, de âmbito social e económico, local e regional. Entre outros, na associação do conceito de desenvolvimento aplicado aos territórios, está implícita a perspetiva direcionada às regiões, económica e socialmente presente, inclusive as questões atuais, ambientais/sustentáveis. Quando se fala em desenvolvimento local e regional, os objetivos e pressupostos que este mantém, referem-se às diferentes políticas, à ação dos atores e agentes locais, de domínio público ou privado, que assumem o papel do território como um fator de coordenação nas várias fases, implementação e coordenação de políticas setoriais.

Na perspetiva de Amaro (2003), começando pelo conceito de desenvolvimento, este pode ser visto como sendo “mobilizador de vontades de mudança e de transformação das sociedades e dos indivíduos” (Amaro, 2003, p. 35), tendo em conta que se pode considerar, inclusive, como um instrumento avaliador do bem-estar e avanço das sociedades. Não raras vezes, de acordo com o autor, o desenvolvimento é associado aos conceitos de crescimento e progresso e às sucessivas modernizações que se têm vindo a observar no decorrer dos tempos. Importa salientar que enquanto se relaciona o desenvolvimento aos conceitos acima mencionados, encontra-se-lhe subjacente os pressupostos de justiça e liberdade, traduzidos na promoção de equilíbrio e harmonia entre e nas sociedades.

No seguimento do que até então se abordou, segundo Perroux (1963), citado por Pintão, o desenvolvimento “(...) engloba e sustenta o crescimento e que a análise dos períodos de desenvolvimento e das suas alternâncias fornece um acréscimo de potência explicativa aos esquemas analíticos dos períodos de crescimento” (Pintão, 2010, p. 6). Nesta perspetiva de análise, não obstante a problemática do conceito de desenvolvimento ser associado a outros, de facto, existe um processo de mudanças quando se fala em desenvolvimento, ainda que possa ocorrer numa grande parte das vezes, no âmbito



político, ou económico, inclusivamente a nível histórico ou cultural, é indubitavelmente também social.

É, por conseguinte, “um conceito multidisciplinar, que em si mesmo, transcende a dimensão económica” (Pintão, 2010, p. 7). De acordo com Simões Lopes (1984), citado por Baltazar & Rêgo (2011), este refere que “o desenvolvimento pressupõe justiça, harmonia, equilíbrio, numa dupla perspetiva: espacial e temporal” (p. 13). Partindo desta conceção, entende-se que as sociedades se devem desenvolver com os recursos de que dispõem, de forma sustentável e não (...) criados e mantidos à custa do consumo de recursos não renováveis a ritmo superior ao da sua capacidade de renovação (...)” (p. 13). Se o desenvolvimento, além de estar ligado às pessoas e à sociedade, na medida em que pressupõe uma garantia de acesso a bens e serviços por parte de todos, para as autoras, “o desenvolvimento está intrinsecamente associado à racionalidade subjacente à organização espacial da sociedade e à exploração de recursos (...)”. Ainda no seguimento desta ideia, constata-se que há uma preocupação, na forma como se mantém o “equilíbrio territorial e temporal na distribuição das atividades humanas e económicas (...)” (Baltazar & Rêgo, 2011, p. 13).

Quanto à conceção do conceito a que chamamos desenvolvimento, segundo Ferreira & Raposo (2017), o seu surgimento está associado à velocidade com que a sociedade do ocidente evoluía de forma progressiva, na indústria, na forma como geria toda a produção de bens e produtos, o que originou a uma modernização nesses países, ao mesmo tempo que em outros que não verificavam tais avanços. Por conseguinte, é nesse sentido que “(...) a modernização dos restantes países é entendida à imagem do ocidente e, portanto, sinónimo de ocidentalização” (p.116). Na perspetiva das autoras, historicamente, o conceito de desenvolvimento ganha ênfase, no pós Segunda Guerra Mundial, com o Plano Marshall, sendo este um plano de reconstrução dos países aliados, nos anos seguintes à guerra, e com a Doutrina de Turman, ou o célebre ponto IV do Discurso de Turman (1949), afirmado e instalado na arena política internacional (Guerra, 2002).

Associava-se então o processo de desenvolvimento a um processo de crescimento económico, a uma industrialização sustentada também nas exportações realizadas para outros países e a outras preocupações que emergiam relativamente à forma como funcionavam as estruturas institucionais, contudo focadas numa “performance



económica” relacionada com a “Nova Economia Institucional” (Ferreira & Raposo, 2017, p.118).

O chamado desenvolvimento *mainstream*, “(...) foi, entretanto, ampliado, primeiramente com os contributos dos modelos de crescimento endógeno, que atribuíam à questão do conhecimento (i.e. capital humano) um valor explicativo no modelo de crescimento económico de Solow³”, (Ferreira & Raposo, 2017, p. 118), contrariamente aos pressupostos de um novo conceito de desenvolvimento que surgia, face a outras questões.

Com efeito, se na génese do desenvolvimento, este se define também pelo garantir de bens e serviços às comunidades, de fácil acesso e para todos, importa realçar que a localização é um facto importante, dado que a mobilidade das atividades e dos recursos, quando existe é limitada (Pintão, 2010). Importa agora, relativamente à localização, conceito acima mencionado, compreender o que se entende acerca do desenvolvimento local e em que medida este se traduz. Para Baltazar & Rego (2011), “local é, na nossa perspetiva (Melo, 2009:499) e tendo em consideração particular o caso português, a parcela de território que, em termos administrativos, coincide com os limites do concelho (...)” (p. 27). Portanto, ainda que se configure como uma parte relativamente pequena no território, existe homogeneidade que permite, através dos recursos que cada “localidade” dispõe, “(...) potenciarem estratégias de desenvolvimento)” (p.27).

As autoras sustentam esta perspetiva referindo que local, pode ser um concelho, ou um conjunto de concelhos, inclusive as freguesias que não coincidem com a área concelhia, no entanto, esta determinação de local é contígua, ou seja, apresenta uma dimensão e/ou área inferior à de uma região.

A partir da autora, Sebastião (2015) “(...) o desenvolvimento local é visto como a capacidade que as zonas mais desfavorecidas, ou menos desenvolvidas, têm para utilizar as características para se diferenciarem dos restantes territórios e assim potenciarem o seu próprio desenvolvimento, considerando sempre a necessidade de existirem relações entre todos os atores compreendidos no processo, sejam locais ou exteriores” (Sebastião, 2015, p. 19).

³ Modelo de Solow – Modelo neoclássico de crescimento económico.



Entende-se, paralelamente ao que já foi descrito, que o desenvolvimento local, objetiva que exista uma “visão integrada dos problemas” (p. 21), e em simultâneo, que se procurem e construam soluções de forma a atenuar as desigualdades que possam ser identificadas, sendo que é neste sentido, que as políticas públicas de âmbito territorial atuam.

Por outro lado, em concreto, se o desenvolvimento está associado às especificidades das regiões, a vários níveis, entende-se que essas condições mais específicas passam a apresentar um maior destaque, uma vez que são determinantes para o processo do desenvolvimento regional. Baltazar & Rêgo (2011), na ótica do desenvolvimento regional consideram que a “(...) questão fundamental para o desenvolvimento regional deixou de ser a capacidade da região para atrair novos projetos, para ser a das capacidades das regiões para gerar internamente as condições de transformação das respetivas estruturas produtivas” (p. 29).

Mais referem, a importância da participação dos atores locais, como fatores de envolvimento “(...) nos processos de análise e decisão (...)” (p. 29). Melo (2009), citado pelas autoras, faz referência inclusive ao mobilizar dos recursos locais de cada território, conferindo-lhes valor, tendo em conta a produção local, e a procura pela inovação, no qual resultam um maior número de ganhos e uma melhor e mais concentrada coordenação local de iniciativas. É de acordo com o supracitado que Baltazar & Rêgo (2011) concluem que existe um papel fundamental e determinante destinado aos atores (decisores) locais, na esfera pública e/ou privada, associada também, no que diz respeito às características locais e endógenas de cada território.

Interessa também ressaltar que a dinâmica do papel dos atores no processo de desenvolvimento se alterou, em relação às duas abordagens, *top-down* e *bottom-up*. A abordagem *top-down* centrava-se numa dinâmica em que eram os territórios e os atores de âmbito nacional, os principais impulsionadores no processo de desenvolvimento. Quando se refere a abordagem *bottom-up*, que por outras palavras se denomina abordagem territorialista, uma vez que se baseia na comunidade e nas pessoas, nas suas necessidades e dificuldades, além das especificidades do território em que se encontram, e que por isso, as diferencia de outras regiões (Sebastião, 2015). Conclui-se face à investigação realizada neste subcapítulo, tendo em conta que muitas vezes há uma inter relação com outras estruturas e níveis de autoridade, a perspectiva da territorialização das políticas públicas, na ótica do desenvolvimento local e regional.



É nesse sentido que a autora faz menção ao que é hoje a ótica do desenvolvimento regional – “visão mais micro – local” (p. 35), com as comunidades presentes no processo de criação e promoção de desenvolvimento.

No caso do Alentejo, a partir do que são os objetivos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA), lê-se que “tem competências na dinamização do planeamento estratégico e na elaboração de propostas para o desenvolvimento regional, em articulação com os serviços desconcentrados, os parceiros regionais, nomeadamente nos domínios socioeconómico, territorial e ambiental, assegurando a coerência e compatibilização com as orientações nacionais e comunitárias” (CCDRA, 2023), com o propósito de potenciar um reforço no que se refere à importância da ação coletiva e das parcerias, nomeadamente de âmbito regional, neste caso, através da criação de estratégias, programas e projetos que visam capacitar os territórios, reforçando-os e dotando-os de ferramentas que potenciem o seu desempenho.

É no seguimento do que se abordou até então que o capítulo seguinte contextualiza a dinâmica das políticas públicas, através da sua evolução, operacionalização, atores e destinatários.

2.2 Políticas Públicas: Evolução, operacionalização, atores e destinatários

No decorrer deste segundo ponto, após o entendimento dos pressupostos associados e inerentes ao desenvolvimento e à sua exequibilidade, a abordagem ao conceito de políticas públicas, à sua evolução, a quem as pode operacionalizar, vem nesse seguimento, uma vez que é no quadro das políticas públicas existentes que se torna possível que exista um desenvolvimento nos territórios. Ademais, torna-se pertinente enquadrar e descrever uma breve abordagem a alguns exemplos de políticas públicas no contexto europeu e nacional.

A complexidade das sociedades hoje em dia tem vindo a exigir um esforço continuado e concentrado numa articulação entre diversos atores no que diz respeito à exigência de se encontrarem soluções para os diversos problemas, quer sejam de cariz social ou económico, a título de exemplo. Consequentemente, é nesse sentido que se definem e enquadram as políticas públicas e, nomeadamente, porque se elaboram para



dar resposta a determinadas limitações ou assimetrias, dando origem à questão central da definição de estratégias dos atores contempladas nos pressupostos das políticas públicas.

Em primeiro lugar importa destacar que as políticas públicas estão assentes em estratégias, previamente definidas, que vão ao encontro de respostas e soluções para suprimir as diversas assimetrias territoriais, e não só, como os múltiplos problemas sociais atuais, identificados numa escala mundial, até ao interior de cada território (Santos, 2012).

Para Guerra (2002) as novas políticas públicas assentam num sistema de ação complexo que por sua vez exige uma análise sistémica das causalidades diversas, com um conjunto principal de atores, são eles o estado, os próprios atores e os mediadores. A autora sublinha, todavia, que o papel do estado assenta na diversidade de lógicas e estratégias, que os atores assentam neles também, como situações que produzem risco e/ou exclusão, e os mediadores, explanados pela autora, são aqueles que a nível local e/ou regional tendem a reaproximar as necessidades dos atores em situação de exclusão social e/ou de risco, aos recursos do sistema (Guerra, 2002).

Concomitantemente, Santos (2012) constrói uma abordagem e correlaciona a sociedade e as instituições sociais, e o desenvolvimento, como projeto da modernidade ocidental, uma vez que o progresso tem na sua constituição a mesma “natureza” que a história, dado que cada nação percorre um caminho, embora na maioria das vezes parecido, no entanto, não o é, ainda que todas façam esse caminho, de forma semelhante à velocidade que cresce a sociedade ocidental.

A autora faz, inclusive, referência no seu artigo, ao Plano Marshall (Política Internacional) à Doutrina Truman dos Estados Unidos (1947 – 1991), após a Segunda Guerra Mundial, que de maneira idêntica já se constituíam como planos de reconstrução dos países europeus e aliados, nos seguintes anos à Guerra, promovendo apoios económicos para a recuperação dos países, nesse mesmo âmbito, contudo, os seus objetivos concretos estavam assentes nos modelos de capitalismo mundial, e à ampliação do sistema capitalista, embora já direcionados para novos modelos de desenvolvimento, conforme foi referido no capítulo anterior.

O discurso associado a esta temática nasce nos Estados Unidos da América, numa primeira fase enquanto disciplina académica, uma vez que esta área de conhecimento pretendia então concentrar-se mais nos estudos e nas abordagens correlacionadas com a ação governativa.



Contrariamente, na Europa, através de bases teóricas, políticas públicas eram associadas ao Estado enquanto produtor das mesmas. Uma vez que - estado/governo é determinado como ator comum nas duas abordagens referidas, é, aquando da Guerra Fria, século XX (1947-1991), que se define política pública como “ferramenta das decisões do governo” (Souza C. , 2006), ou seja, é em resultado do cenário de guerra que se vivia, que surge a necessidade, através da intenção de resolução dos vários problemas sociais, encontrar uma solução para determinadas consequências.

O conceito de políticas públicas foi se construindo a partir das contribuições de quatro fundadores, segundo Souza (2006), denominando-os como “pais” das políticas públicas. É através de Laswell (1936), Simon (1957), Lindblom (1959) e Easton (1965) que se constrói um quadro teórico, partindo do discurso que políticas públicas “seria uma forma de conciliar conhecimento científico e académico com a produção empírica dos governos” (Souza C. , 2006), em concreto, com as contribuições de cientistas sociais, era possível, em conjunto com a ação dos governos compatibilizar essa produção de saber. Simon, citado em Souza (2006) confere “racionalidade limitada” aos decisores políticos, a qual poderia ser sustentada pelo conhecimento racional, dando, por sua vez, ênfase ao que Laswell (1936) referiu.

Mais, Lindblom (1959) vem acrescentar a estas teorias, a necessidade de se juntarem outras variáveis à análise de políticas públicas, tendo em conta, por exemplo, os papéis de grupos. Easton (1965), segundo a autora, referia que uma política pública deveria ser considerada como um sistema de relações e formulações, de diversos atores, que influenciavam, por sua vez, os seus resultados. Laswell (1936), Sociólogo e Cientista Político, citado em [(Rosa, Lima, & Aguiar, 2021)] dava ênfase ao demonstrar que se as políticas públicas fossem aprimoradas, através das bases de áreas científicas como as ciências políticas, economia, sociologia, incluindo as bases teóricas da área do direito e até da psicologia social, isso configurava-lhes a designação de “campo específico do conhecimento” (p. 12). Mais referia que, o grau com que uma política pública viria a alcançar o seu objetivo, dependia de forma clara, da maneira como era implementada, numa associação ao conhecimento produzido nesse campo científico. Salienta-se, portanto, que este campo se admite como multidisciplinar, de forma holística, área de diversas disciplinas e teorias, comportando, por conseguinte, “vários olhares” (Souza, 2006).



Bilhim (2016) reforça o parágrafo anterior relativamente às diferentes disciplinas que se dedicam ao estudo das políticas públicas e em que medida contribuem. De acordo com o observado, outros autores fazem referência a uma política pública, como sendo parte do campo de estudo da área da política, todavia, outros consideram que é o conjunto de ações de um governo que contemplam diversos objetivos e que assumem influência nas comunidades e na vida dos cidadãos, ou ainda na perspetiva dos governos, o que estes decidem ou não fazer (Souza, 2006).

De entre as diversas definições e abordagens acerca deste tema, uma política pública define-se pela elaboração de programas, projetos e/ou planos que objetivam produzir mudanças e resultados, a nível das assimetrias identificadas por cada ator, quer sejam entidades públicas ou privadas.

Rosa, Lima e Aguiar (2021), referem que o propósito de uma política pública é provocar uma mudança social, uma vez que na sua ação, se encontram “instrumentos técnico-políticos” (p. 13), traduzidos num conjunto de atividades e estratégias, como meios de se enfrentar e criar resposta a situações que não se consideram desejáveis, que culminam em problema social.

Uma vez que em torno desta temática se centram os impactos produzidos na economia e na sociedade, é necessário que exista um entendimento na relação entre estado e governo, como atores, e políticas, economia e sociedade (Souza 2006). O carácter interdisciplinar de uma política pública enquadra-se na complexidade da relação entre o Estado e a sua sociedade (Cortes & Lima, 2012). Numa perspetiva holística, as políticas públicas operacionalizam-se, também, tendo por base as relações entre diferentes atores e instituições; o trabalho em parceria é privilegiado, onde as distintas perspetivas e contributos dos intervenientes/atores apresentam uma cooperação relevante para a persecução das políticas, com o propósito de alcançar o desenvolvimento dos territórios que apresentem mais fragilidades.

É, portanto, com base no que Souza (2006) se refere quando diz que “(...) o todo é mais importante que a soma das partes (...)” (p. 25). Um dos atores mais importante no desenvolvimento de uma política pública é o Estado, na medida em que, para além do contributo dos outros atores locais, é este que tem maior peso na sua decisão, embora, pelo facto de não ser suficiente a sua ação, é necessário que as políticas públicas sejam o



resultado de um conjunto de interações, complexas, dos vários atores, combinando-se de maneira, por vezes, improvável e imprevisível (Bilhim, 2016).

Neste seguimento, o autor sublinha que para o sucesso de implementação de uma política pública, é importante que exista um modelo de governança em rede, ou seja, a coordenação entre um conjunto grande e complexo de atores, sendo relevante a integração de diferentes objetivos de políticas públicas por meio de um programa, considerando ainda que é importante, também, o trabalho em parceria, e que quando este não acontece, deve ser revisto.

No processo das políticas públicas, depreende-se que é o Estado, através das suas áreas de governo e da ação pública, que incentiva o crescimento económico, a par da promoção de uma justiça social (Dias & Seixas, 2019). Muito se discute a importância do papel do Estado na sua ação e implementação de políticas públicas, uma vez que é a instituição máxima que assume a promoção e proteção social das sociedades, através de respostas coletivas, no âmbito do sistema de saúde ou educação (exemplo), de forma a suprimir as necessidades de cada indivíduo (Santos, 2012, p. 45). Não obstante, também as organizações não-governamentais, associações e/ou instituições podem implementar uma política pública. Para Rosa, Lima & Aguiar, existem duas abordagens:

“Multicêntrica, que apresenta uma visão centrada na implementação de políticas públicas através de organizações e instituições sociais, dado a sua natureza de considerar uma política pública uma estratégia de resolução de um problema público que afeta comunidades; do desejo de criar soluções para situações indesejáveis.

Estadocêntrica baseia-se que o estado é o ator, “o que determina se uma política é ou não pública” de acordo com a natureza jurídica de quem a cria, uma vez que tem ao seu dispor meios e recursos para implementar: representação dos interesses públicos, poder, legislação” (Rosa, Lima, & Aguiar, 2021, p. 15).

Deste modo, tendo em vista estas duas perspetivas, constata-se que tanto a abordagem Multicêntrica como a Estadocêntrica se complementam, visto que o Estado é o ator de maior importância na execução de políticas que promovam o bem-estar social de todos os indivíduos, sem exceção. Semelhantemente outros atores podem colocar em prática e implementar políticas que possam complementar as que já existem, centradas na perspetiva da diminuição de assimetrias e problemas, como refere a abordagem multicêntrica, “o desejo de criar soluções para situações indesejáveis”.



Face ao exposto, uma política pública é desenhada com base numa metodologia específica que segue um “ (...) processo, finalidade, substância, dinâmica e consequência (...) ” (Rosa, Lima, & Aguiar, 2021, p. 17).

Na seguinte imagem (figura 1) observa-se que a primeira fase – o processo, pressupõe um conjunto de decisões e ações entre os vários atores, com a finalidade de conferir respostas aos problemas sociais identificados e alcançar uma situação desejável, seguindo um modelo de substância, quer isto dizer que, uma política pública é norteada pelos valores e pela visão do que à data é percecionado como problema social, portanto, as variáveis, tempo e especificidades de cada território demonstram-se relevantes na fase de elaboração de uma política. A dinâmica conferida às políticas públicas está assente no conjunto de elementos e atores, entre uma pluralidade de pontos de vista e perspetivas sobre os problemas identificados, envolvidos no processo da sua elaboração, ou seja, entende-se que, além disso, também existem fatores dos quais depende a sua definição, quer a nível de recursos necessários a alocar, quer a nível de financiamento e orçamentos disponibilizados para tal.

Por último, a questão – consequência, tal como se identifica na imagem, e de acordo com as autoras, refere-se a todo o processo, atores e instituições que em conjunto se articulam e delineiam as características de uma política pública, formando-se, dessa forma, uma “ordem local”. Essa “ordem local” tem como objetivo, por assim dizer, regular conflitos e harmonizar os interesses de cada ator envolvido em todo o processo (Rosa, Lima, & Aguiar, 2021, p. 17).



Figura 1 - “Elementos que formam os conceitos de Políticas Públicas”.

Fonte: Rosa, Lima e Aguiar, 2021, p.17.



Neste seguimento, partindo do que a figura 1 representa, as “(...) políticas públicas são desenhadas por meio de instrumentos (...)” (Capella, 2018, p. 74) capacitados para pôr em prática e operacionalizar os diversos objetivos definidos nelas.

Na perspectiva de Fialho (2021), uma política pública tem na sua natureza o propósito de regular e organizar uma determinada sociedade, isto é “(...) redistribuir recursos ou recompensas simbólicas e fornecer serviços (...)” (p. 38), em paralelo com a gestão de fundos e/ou financiamentos criados para estes fins.

Seguindo a ótica do autor, citando Dye, “as políticas podem regular o comportamento, organizar burocracias, distribuir benefícios ou extrair impostos (...)” (Fialho, 2021, p. 38).

Em virtude de tais considerações, Howlett e Mukherjee, citados em Capella (2018) referem sob o mesmo ponto de vista, que “(...) instrumentos de políticas são ferramentas destinadas à mudança social (...)” (p. 75). Entende-se, portanto, que uma política pública assenta em propósitos e objetivos de um governo, traduzidos em planos, programas e/ou projetos, que quando implementados e aplicados têm implicações e resultados nos territórios (Souza C. , 2006).

Mediante o exposto, Araújo e Rodrigues (2017), resumem, fazendo uma abordagem a Lindblom (1959), que as políticas são construídas e reconstruídas, uma vez que fazem parte de um processo onde ocorrem sucessivas aproximações aos resultados pretendidos, inclusivamente, aos objetivos que inicialmente se definem. Acrescenta-se face ao referido, a importância da monitorização das políticas públicas, considerando que quando aplicadas, deve ser tido como objetivo garantir a eficácia e o funcionamento destas, dado que, uma vez definidas, encontram-se orientadas para os resultados que se pretendem obter. Não se verificando tal cenário, as políticas públicas podem ser alvo de reconsiderações e reformulações.

Seguindo a ótica dos autores, que abordam as políticas públicas, face a um plano mais amplo, que contempla, portanto, uma “estrutura da intervenção, os princípios que orientam a política, os objetivos e os meios para alcançá-los” (Rosa, Lima, & Aguiar, 2021, p. 19), seguem-se os programas, aqueles que na sua abrangência podem-se constituir mais específicos, e os projetos, maioritariamente direcionados “a uma menor unidade de ação (...) mais operativa (...) voltada para o alcance de objetivos específicos num prazo definido” (p. 19).



Fazendo uma breve referência a Portugal, com recurso a uma notícia publicada no *site* da República Portuguesa⁴, alusiva à temática das políticas públicas, datada de 2016, a Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, refere que o país tem vindo a adaptar políticas mais inclusivas na área de intervenção com pessoas portadoras de deficiência, pondo em prática “uma efetiva inversão ao nível das políticas públicas na área da deficiência” (Portuguesa, 2016), apostando dessa forma na inclusão de todos os indivíduos.

Destacam-se, todavia, tantas outras áreas abrangidas pelos diversos objetivos das várias tipologias de políticas públicas em operacionalização, particularmente, entre as áreas da saúde, da proteção social, da educação, da cultura, de combate ao desemprego, da promoção da igualdade de género, do reforço à economia incluindo os fatores potenciadores de inovação, entre outras.

Verificam-se também as políticas públicas de âmbito municipal enquadradas nos instrumentos de planeamento municipal e de ordenamento do território, que têm como objetivo a promoção das regiões. Em concreto, no que é abordado na presente dissertação, e como exemplo, salienta-se a Rede Social dos municípios; os apoios existentes à população, quer na ótica do bem-estar dos indivíduos, quer no que diz respeito ao combate ao isolamento e à exclusão social; os apoios existentes no âmbito da habitação; as novas políticas inclusivas e de combate ao desemprego, entre tantos outros, nas mais diversas áreas de atuação de um município e freguesia, ambos articulados.

É igualmente através dos financiamentos europeus, aplicados pelos Programas Operacionais Temáticos que se combatem várias das questões acima mencionadas, consolidadas pelas diretrizes da Política Regional e de Coesão, articuladas e postas em prática por cada estado membro da União Europeia. Importa reter a importância do que as políticas públicas visam, através dos instrumentos previamente definidos e que inevitavelmente objetivam colmatar os défices e assimetrias existentes em cada território e atingir situações desejáveis, respetivamente.

⁴ Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/noticia?i=20160615-seipd-politicas-publicas>.



2.3 Territorialização das Políticas Públicas

A territorialização das políticas públicas estabelece, ao longo da revisão da literatura, uma ponte entre o conceito de território.

Neste ponto, é importante destacar que o termo territorialização “nasce” dos processos de transformação e reformulação da ação e do papel do estado, uma vez que o território se apresenta como uma dimensão importante para a ação dos governos e dos órgãos centrais. No que diz respeito a tal, são estes os mais sensíveis, atentos e conhecedores acerca das desigualdades e especificidades do seu território, permitindo dessa maneira, a participação de atores locais e/ou regionais para a mobilização do seu potencial e dos seus recursos de forma a contribuírem para a resolução de determinados problemas, formulação e implementação de uma política pública. Este novo paradigma, que coloca em relevo as capacidades das populações locais/regionais, denomina-se como governança multinível, conceito que terá destaque ao longo deste capítulo.

Tem sido ao longo da última década, que o paradigma sobre a territorialização das políticas públicas apresenta, uma vez que a coesão territorial se constituiu como princípio orientador das políticas de desenvolvimento da União Europeia, um destaque importante e um modelo a seguir (Dias & Seixas, 2019). Importa, portanto, compreender, na perspectiva de outros autores, em que se traduz o conceito de território. Nas suas palavras, “(...) o território é tratado, principalmente, com uma ênfase político-administrativa, isto é, como o território nacional, espaço físico onde se localiza uma nação; um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política; um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras” (Bordo, Silva, Nunes, Barbosa, & Mirralha, 2004, p. 2).

Concomitantemente, são os atores locais que se apropriam do território, e territorializam esse espaço, através do trabalho e das relações de poder inerentes em todas as relações sociais, desenvolvidas.

Na perspectiva de Saquet, citado por (Bordo, Silva, Nunes, Barbosa, & Mirralha, 2004), um território constitui-se no âmbito económico, político e cultural, a par do avanço tecnológico existente; o ambiente e a natureza não se definem aqui como vertentes, visto que são condições intrínsecas ao território.



Segundo Reis (2015), nas suas diferentes conceções acerca do conceito – território, este descreve que uma organização social está assente nos pressupostos entre mobilidade e territorialidade; mais precisamente, como aspetos que fazem parte do desenvolvimento de um território.

Posto isto, território, na sua perspetiva, define-se como resultado das relações, interações e proximidade entre atores locais. Além disso, demonstra através de três dimensões de estruturas e dinâmicas territoriais, o que considerou ser uma resposta à questão – o que é um território. Reis (2015) enunciou a proximidade, como o resultado das relações dessa maneira criadas por ela, e que “(...) desencadeia a formação de densidades” (p. 110), que se manifestam através de várias interações, “(...) aprendizagens e competências (...)” (p. 110), num conjunto de ações de atores institucionais e governo. O polimorfismo estrutural, baseia-se, segundo o próprio, “(...) numa visão das coisas em que há espaços estruturais de iniciativa e autonomia (...)” (p. 110).

De outra forma, este polimorfismo estrutural assenta numa ideia de que o desenvolvimento reforça a sua importância e difunde-se, como forma de exercer efeito sobre outro espaço. Compreende-se, desta forma, que um território encontra o seu próprio significado e é detentor do seu próprio papel.

De certa forma entende-se que o território é uma construção social, a territorialidade “(...) traduz um processo relacional e histórico (...)” (Dias & Seixas, 2019), que permite por sua vez compreender o seu desenvolvimento. Entende-se assim que a territorialização compreende a ação de um ator - agente social, ou um grupo, em relação a um determinado território, por meio de vertentes políticas e económicas, ou culturais e materiais.

Com efeito, para “territorializar” uma política pública, o Estado como ator deixa de ser suficiente, abarcando também outras funções, isto é, passa a coordenar os diversos atores sociais, desde a primeira fase do ciclo de uma política pública, a sua conceção e implementação.

Numa perspetiva indissociável, a territorialização de políticas públicas possui nas suas características o valorizar dos recursos de cada território, de forma contrária à ação governamental segmentada em diversos setores de atividades, para proporcionar aos territórios uma intervenção pública.



Entende-se, por conseguinte, que existe uma “transversalização de políticas públicas” que origina uma geração de projetos complementares à administração pública (Dias & Seixas, 2019), ou seja, pela complexidade das sociedades exige-se uma articulação entre diversos atores. Para ambos os autores, pensar em políticas públicas de desenvolvimento territorial só é possível quando existe um redimensionamento do papel e das capacidades do Estado e, quando o desenvolvimento se distinguir através de uma política de inovação, em resultado de uma aprendizagem coletiva, por conseguinte, dessa forma o desenvolvimento territorial será assumido como um projeto coletivo e como um novo modelo de economia para o território. Ao sentido do objetivo de territorialização foram associadas diversas tipologias de políticas públicas, assentes em determinadas influências e visões como possíveis soluções às assimetrias diagnosticadas, tendo em conta as especificidades dos territórios.

Seguindo por este prisma, fazendo referência à contribuição de um dos autores abordados no artigo, consideram-se as seguintes tipologias: “as políticas públicas sectoriais (...) políticas públicas construídas através de bases territoriais específicas (...) políticas públicas correspondentes à construção de planos territoriais, específicos e a espaços próprios de planeamento (...) e políticas territoriais” (Dias & Seixas, 2019, p. 6).

Numa outra perspetiva, a de Ferrão (2014), citado em Dias & Seixas, a correlação entre políticas públicas e território, é apresentada sob três “situação principais”, descrevendo-as como, em primeiro lugar, as “políticas territoriais explícitas (...) as (...) políticas de desenvolvimento territorial (...) e as (...) políticas de cooperação territorial entre regiões e cidades de diversos estados-membros numa ótica transfronteiriça (...)” (p. 6).

Com base neste número de diferentes formas de territorialização de políticas públicas, constata-se que estas partem do princípio de que deve existir uma relação e articulação entre os planos da esfera nacional e regional, inclusivamente local. De salientar também aquelas políticas orientadas para o campo da ciência, englobando a educação e tecnologia, como também destinadas e orientadas para o rural e sistemas de produção local; outras orientadas para o planeamento territorial (regional e urbano), segundo os autores.

Sob o mesmo ponto de vista, outros autores mencionados no artigo, colocam em evidência diferentes tipologias assentes na relação território e políticas públicas, que não somente são mais restritas, mas também mais proficientes, particularmente aquelas que



não colocam distinção no território, mas sim o observam de forma mais homogénea, ou aquelas onde os atores forjam os seus propósitos e se focam nas diferentes características do território em causa, e por fim, é descrita a política “*place based*”, popularizada pelo Relatório Barca⁵, que tem por base a funcionalidade de um território, e que este não seja limitado a procedimentos administrativos sem uma observação global sobre o desenvolvimento.

É inseparável que tenha surgido e exista um modelo de governança, essencial para coordenar as diferentes políticas públicas e articular a atuação dos vários atores. O conceito de governança surge no final dos anos 80 com o intuito de “efetivar reformas concretas do papel do estado”, conforme as tarefas e funções que cada ator tinha de desenvolver e, de outra forma, também as parceria e trabalho em rede, orientado para a colaboração, eram fundamentais na articulação e definição de estratégias.

Sobretudo, compreende-se que o conceito de governança estava assente na definição de papéis, a serem executados pelos atores locais, os quais se baseavam em diversos modelos de governança existentes, desde a esfera comunitária, ao local, apresentados na seguinte figura:



Figura 2: Dimensões de governança a vários níveis e escalas de atuação.

Fonte: *Debate sobre as Estratégias de Desenvolvimento Local e os Modelos de Governança, 2009-2013, p.21.*

^a UNDP (s/d).

^b Comissão das Comunidades Europeias (2001)

^c Secco *et al.* (2011)

Através da imagem, na perspetiva dos vários modelos de governança, estes apresentam-se enquadrados em três níveis, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a União Europeia e a Governança dos Grupos de Ação Local (GAL). Deste modo observa-se como funciona a designação, bem como o conjunto de diversas formas de regulação e dimensão territorial que se encontram implementadas nos diferentes tipos de redes, acordos e/ou parceiras entre atores sociais e, portanto, é a

⁵ O Relatório Barca, de Fabrizio Barca e da Comissária Danuta Hübner (Bruxelas, 2009) é o documento onde são formulados os princípios da Política de Coesão, além das propostas orientadoras para a sua reforma.



celebração desses acordos e parcerias que definem mecanismos formais ou tácitos para resolver problemas inéditos, através da ação governamental, necessária para conduzir os processos de desenvolvimento territorial.

A governança territorial, ou multinível apresenta-se como forma de democracia onde prevalece-se uma atitude participativa e de inovação social, e para Dias e Seixas (2019), “é aqui de destacar a influência da Política de Coesão na reestruturação administrativa e na promoção dos níveis subnacionais dos seus Estados-membros, reconduzindo o modelo de governança europeia à escala regional/local” (Dias & Seixas, 2019, p. 57). Em tom de resumo, verifica-se que o modelo de governança multinível evidencia-se pelas articulações e interdependências entre os atores sociais, na definição de formas de coordenação, e por isso, num formato horizontal, entre os setores dentro da mesma escala, e de forma vertical entre os níveis governativos da ação pública.

Para Baltazar (2018), ainda na ótica das políticas públicas de desenvolvimento regional, e fazendo a autora uma abordagem aos documentos da OCDE/IFDR (2008), salienta que as reformas estruturais corresponderam ao efetivar de subsídios, providenciados para estarem centrados nas assimetrias regionais e, portanto, para que fossem criadas as condições de investimentos, passíveis de concentrarem os seus apoios em oportunidades regionais “a fim de incrementar a competitividade territorial” (Baltazar, 2018, p. 2). Seguindo a sua linha de pensamento, Baltazar (2018), faz por último uma referência à abordagem de governação em diferentes níveis, de outro modo, o papel dominante do governo passou, para segundo lugar, para a “inclusão da coordenação dos órgãos de poder nacional, regional e local” (p. 2), entre outros possíveis intervenientes. De outro modo pode chamar-se descentralização de funções a esse processo.

Concluindo, nas palavras da autora, as políticas públicas fazem parte de uma abordagem territorial, “nas quais as entidades públicas nacionais procuram uma maior coerência nas atuações setoriais do governo central, no plano regional (...)” uma vez que procuram o êxito e o sucesso, dependendo se “(...) Portugal capacitar o conhecimento específico de um grande número de atores” (Baltazar, 2018, p. 2).

Santos (2012) numa outra abordagem, revela, também, a “temática da boa governança”, como afirmação numa era de desenvolvimento e “pós fordista”, nomeadamente, no sentido em que a reestruturação necessária, implicou o promover da



competitividade e o reduzir de determinadas despesas, e assim, segundo a mesma, justificaram-se as várias formas de interação e negociações, de colaborações e parcerias, portanto, a cogovernança entre os diversos atores locais e serviços e/ou instituições, quer do Estado, quer outras da sociedade civil (Santos, 2012).

Em tom de breve conclusão, a governança territorial ou a territorialização das políticas públicas, representa, deste modo, uma nova forma de se repensarem as capacidades que o estado possui, deixando de ser apenas o executor principal, para passar, por sua vez, a ser um elemento coordenador dos vários atores envolvidos, desde o primeiro momento em que se pensa uma nova política até que se implementa.



III Capítulo

Políticas Públicas Comunitárias: Análise de Coerência aos diferentes níveis geográficos

3.1 Plano Comunitário

Após a conceptualização acerca das temáticas abordadas no capítulo anterior, segue-se a abordagem, a nível comunitário, que enquadra a história e evolução da Política Regional Europeia e Política de Coesão. A Política Regional tinha como finalidade, transversalmente ao que já estava compreendido nos anteriores tratados que deram início à União Europeia, o propósito da promoção do desenvolvimento das regiões (Ferreira, 2007).

No seu sentido primário, as Políticas da União Europeia tinham como objetivo transformar as regiões em cidades mais competitivas, potenciando e promovendo o crescimento económico, além do objetivo de se impulsionar, na altura, a criação de emprego (Comissão Europeia, 2014).

Em primeiro lugar, a pertinência de se compreender a origem e criação da União Europeia irá permitir um olhar mais significativo sobre os seus objetivos, nomeadamente a sua Política Regional e de Coesão. Diante disso, é de salientar a importância de construir uma primeira referência em relação à assinatura do Tratado de Roma (1957), uma vez que este veio implementar a Comunidade Económica Europeia (CEE) e com isso estabelecer um modelo de integração dos primeiros estados-membro, [que reforçam a pretensão relativamente ao criar-se um desenvolvimento harmonioso, e não somente, a redução das desigualdades e os atrasos em regiões pouco favorecidas, existentes à data], designadamente através da instituição de um mercado comum “(...) baseado na liberdade de circulação de mercadorias, de pessoas, de capitais e serviços” (Rolo, 2018, p. 7), por outras palavras, foi com a instituição do Tratado de Roma que vigorou a possibilidade, inclusivamente, a existência de uma liberdade, em associação, quer à circulação de mercadorias, quer de pessoas.



É no ano em que entra em vigor o presente tratado (1958), que com ele se segue a criação do Fundo Social Europeu (FSE), não obstante, este já fizesse parte daquela que era a visão da Europa:

“O Fundo Social Europeu foi criado para melhorar as oportunidades de emprego na Comunidade através da promoção do emprego e do aumento da mobilidade geográfica e profissional dos trabalhadores; era à Comissão que incumbia gerir o FSE, assistida pelo Comité do FSE; o FSE foi utilizado como meio de compensar as perdas de postos de trabalho” (Rolo, 2018, p. 8)

Porque este Fundo abrangia outros setores, orientados para outras problemáticas, todavia ainda sem contemplar a área da agricultura, foi criado o FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola, em 1962, em consequência da adoção e criação de uma Política Agrícola Comum, a designada PAC (Rolo, 2018). Por sua vez, numa fase posterior, em 1975, refere Rolo (2018), que a Comunidade Económica Europeia, permanecia concentrada no seu propósito de reduzir as desigualdades regionais entre os países membros, e com esse objetivo definiu um outro Fundo (FEDER), com o fim de desenvolver uma relação de cooperação entre ambos, o Fundo Social Europeu, destinado às pessoas e à promoção de novas competências, e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, designado para o desenvolvimento de infraestruturas em territórios menos favorecidos e com maior índice de atraso de desenvolvimento.

Segue-se o ano de 1986, quando urge a necessidade de se realizar uma revisão ao Tratado de Roma, e, portanto, foi desse modo que se estabeleceu o Ato Único Europeu, que, por conseguinte, “estabelece a base jurídica para a política regional” (Comissão Europeia, 2014, p. 4). O Ato Único Europeu (AUE) só viria a entrar em vigor no ano seguinte, 1987, a um de julho, e face ao exposto, contemplavam-se nos seus objetivos, o desenvolvimento de uma “alavanca” que potenciase a integração europeia, mais uma vez, mantendo os primórdios da existência de uma livre circulação entre os países da Europa, ou seja, pretendia-se com o AUE o reforçar da existência de um mercado sem fronteiras internas.

Portanto, com a introdução do AUE foram desenvolvidos vários e novos domínios na esfera política, não somente, mas também a Política Regional Europeia – “uma panorâmica dos fundos regionais” (Comissão Europeia, 2014).



De acordo com o exposto em diversos documentos da Comissão Europeia, no que diz respeito à Política Regional, entende-se que “(...) tem impacto em cinco domínios fundamentais, nas pessoas, facilitando o acesso ao emprego, à educação e às oportunidades de inclusão social; nas pequenas e médias empresas, apoiando o seu desenvolvimento; na investigação e na inovação, promovendo o investimento e o emprego relacionado com a investigação; no ambiente, através de grandes projetos para melhorar a sua proteção; nos setores dos transportes e da energia, modernizando-os para lutar contra as alterações climáticas, consagrando uma atenção especial às energias renováveis e às infraestruturas de transportes inovadoras (...)” (União Europeia, s.d.).

Fazendo referência a Ferreira (2007), a política de desenvolvimento económico tinha fortes convicções, uma vez que assentava nos princípios da livre circulação e eliminação de barreiras ao comércio, pois acreditava que era isso que potenciava o crescimento económico e o desenvolvimento dos países membro, portanto “(...) a política regional nunca foi um domínio político separado, com objetivos e instrumentos políticos genuínos” (Ferreira, 2007, p. 25). Analogamente, a Política Regional da União Europeia contempla um conjunto de fundos para alcançar e apoiar o crescimento das regiões e cidades da Europa, os primeiros FSE e FEDER, que foram anteriormente criados, e posteriormente, o FEADER, Fundo de Coesão e FEAMP constituem-se como Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).

Não obstante, há necessidade de compreender o que a cada um se propõe, e em que bases sustentam os seus objetivos. O Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Regional é aquele que tem como pressupostos o apoio às regiões rurais e à agricultura, isto é, pretende que a agricultura seja um setor com mais força, participando numa ideologia inovadora e sustentável, e por outro lado, o fundo ligado às pescas (FEAMP), pressupõe que exista uma pesca e aquicultura, tanto quanto sustentável, como competitiva na esfera europeia (Comissão Europeia, 2014).

Acrescenta-se que a Política de Coesão (1988) é aquela que demonstra uma determinada importância na medida em que “(...) foi introduzido para apoiar o desenvolvimento económico, sobretudo em Espanha, em Portugal, na Grécia e na Irlanda (...)” (Ferreira, 2007, p. 26) com a particularidade de criar uma preparação para estes novos países que tinham feito parte dos recentes alargamentos, para a União Económica e Monetária. É, portanto, neste seguimento que os Fundos Estruturais tornam a Política de Coesão, uma política com maior abrangência e maior amplitude económica, no que



diz respeito aos orçamentos estabelecidos. Consequentemente, em 1993 é criado o Fundo de Coesão através da assinatura do tratado de Maastricht (Comissão Europeia, 2014).

Mediante o exposto, face a uma abordagem ao Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia⁶, a perspetiva territorial da coesão económica e social pretende, primeiramente, estabelecer um desenvolvimento harmonioso de todos os estados-membro, permitindo que estes tirem as melhores vantagens do seu território e, de certa forma, potenciar e contribuir para um desenvolvimento sustentável alargado a todas as regiões da União Europeia (Comissão Europeia, 2009).

Salienta-se o facto de que a Política de Coesão veio reforçar o que eram os pressupostos da Política Regional Europeia, nomeadamente entendida como Política de Coesão da União Europeia, pois que, de um modo geral, esta contempla e reforça a coesão económica, social e regional, em particular nas regiões menos favorecidas e onde se verificam um maior número de assimetrias. São, portanto, as regiões que, através dos seus estudos e diagnósticos, reúnam um conjunto de condições possíveis dadas as suas características, de beneficiarem desses respetivos apoios. De referir que é com o deflagrar da Crise de 2008, que a União Europeia começa a veicular, efetivamente, novas conceções dos territórios, nomeadamente, a coesão entre estes.

Por conseguinte, pode-se distinguir coesão económica e social e coesão territorial, ainda que operam em sentidos diferentes, estão intrinsecamente correlacionadas (Comissão Europeia, 2014).

A coesão económica e social, e como o próprio nome refere, destina-se à promoção, em simultâneo, com o crescimento económico, uma vez que pretende potenciar a competitividade das economias a um nível regional, enquanto mantém, também, uma posição orientada para as pessoas, no que concerne ao proporcionar bem-estar e uma melhor qualidade de vida, quer isso através a criação de emprego, oportunidades e postos de trabalho, ou relativamente à produção e acesso a bens e serviços.

Por outro lado, a coesão territorial, pretende, nada mais do que a ligação entre regiões, de modo a que sejam as próprias a beneficiar dos seus pontos fortes, com os recursos que delas fazem parte, e, portanto, através relação entre as regiões, é de

⁶ Relatório sobre a Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Das Regiões e ao Comité Económico e Social Europeu – Bruxelas, 2008.



considerar a relevância que os benefícios são acrescidos porque podem em conjunto encontrar novas formas, inovadoras, para fazer face aos desafios existentes e em comum.

Uma vez que assim o é, constata-se que a coesão económica, social e territorial tem como um dos seus propósitos, a finalidade e o reforço positivo na União Europeia.

Por palavras mais breves, a Política Regional Europeia é, acima de tudo uma política de cariz social, uma vez que estimula o plano comunitário, bem como quais as intervenções necessárias, que, por conseguinte, permitem aos territórios onde se observam maiores dificuldades, superarem melhor as suas limitações. Da mesma forma que as regiões podem tirar partido dos seus recursos, também as pessoas, enquanto atores locais e agentes sociais e instituições têm a possibilidade de obter benefícios a partir desses recursos (Comissão Europeia, 2009). Contudo são estas as políticas europeias que se devem dedicar também, à correção e minimização das disparidades sentidas entre as regiões (Ferreira, 2007).

Ademais, a história da Política Regional constituiu um marco na União Europeia, em virtude da decisão de se reforçar a coesão económica, social e territorial, por meio da convergência dos fundos estruturais, e para Portugal, “(...) em particular o sistema de políticas públicas com impacto territorial adaptadas (...) têm vindo a estar fortemente alicerçadas nos sucessivos períodos de programação dos Fundos Estruturais (...)” (Figueiredo, 2010, p. 65). O autor refere ainda uma correlação entre eficiência das políticas públicas e a aquisição de conhecimentos, em resultado da “evolução dos processos de programação dos Fundos Estruturais” (Figueiredo, 2010).

Ainda no plano comunitário e europeu, a Estratégia de Lisboa, aprovada e adotada em 2000, constitui-se como quadro referencial até 2010, e esta previa nos seus desígnios “(...) a promoção do emprego e crescimento como parte de uma economia baseada no conhecimento (...)” (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, 2022).

Dada a conclusão do período de referência da referida estratégia, em 2010, foi proposta de a Comissão Europeia adotar uma nova estratégia – Estratégia Europa 2020, que num contexto económico recessivo, a respetiva estratégia pretendia promover o ultrapassar da crise instalada à data, promovendo a empregabilidade e a criação de fatores de competitividade, não colocando de parte os objetivos inerentes à coesão social. A Estratégia Europa 2020 estava assente em três prioridades, o crescimento inteligente,



sustentável e inclusivo, sendo que, a nível nacional, cada país da UE adotaria um conjunto de medidas e ações para prossecução da Estratégia de acordo com as suas especificidades.

No caso português, o quadro de programação comunitária do Portugal 2020 vem a assumir uma importância fundamental para a execução dos seus objetivos estratégicos, de acordo com as prioridades estabelecidas na Estratégia Europa 2020, na perspetiva de se concretizarem. Por conseguinte, foram estabelecidos um conjunto de objetivos enquadrados nas três grandes prioridades da Estratégia Europa 2020, conforme a imagem abaixo representada:

Prioridades UE2020	Objetivos Temáticos (OT)
Crescimento Inteligente	<ol style="list-style-type: none">1. reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação2. melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade3. reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos sectores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP)
Crescimento Sustentável	<ol style="list-style-type: none">4. apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores5. promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos6. proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos7. promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas
Crescimento Inclusivo	<ol style="list-style-type: none">8. promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral9. promover a inclusão social e combater a pobreza10. investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida11. reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente

Figura 3 – Prioridades e Objetivos Temáticos da Estratégia Europa 2020.
Fonte: Agência para o Desenvolvimento e Coesão, 2014, p. 4.

De referir que até à data as metas que Portugal devia atingir, explanadas nas prioridades da Estratégia Europa 2020, previam um crescimento inteligente, mediante a estratégia do Plano Nacional de Reforma (PNR), “a inovação na economia; valorização do território e qualificação dos portugueses” (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, 2022). Ademais, no que diz respeito ao crescimento sustentável, prevaleciam os pilares estratégicos da valorização do território e em último, a prioridade do crescimento inclusivo, valorizava o território, a modernização do estado e de igual modo, a qualificação dos cidadãos portugueses, paralelamente à igualdade social e à coesão.



Através das entrevistas realizadas e face ao contributo dos intervenientes, estes referem que:

“(...) se nós olharmos aquilo que são os indicadores de procedimento da união europeia, os resultados são brutais, a europa tem crescido; o processo da união europeia tem sido bastante significativo (...)” (excerto da entrevista ao entrevistado #2).

Já o **entrevistado #4** salienta que *“(...) Sem o apoio dos fundos comunitários da União Europeia não teríamos as infraestruturas e os equipamentos de que hoje dispomos, portanto, o apoio à criação de emprego, a competitividade das empresas, o crescimento económico, desenvolvimento sustentável e... a melhoria da qualidade de vida das pessoas evoluiu significativamente com as medidas preconizadas pela política de coesão da união europeia (...)”*.



3.2 Plano Nacional

Ao realizar uma análise aos Fundos Estruturais da União Europeia e tendo em conta os momentos, em que Portugal aderiu à CEE (1986) e se criou a Política Regional Europeia, o país passou a beneficiar dos apoios económicos dos respetivos fundos, concretamente, do FEDER, do FSE e do FEOGA. Analisando à altura, a contribuição do FEDER para o desenvolvimento regional do país configurou-se como importante e determinante, como o FEEI que financiava projetos de ordem pública, através dos apoios estabelecidos ao desenvolvimento e criação de infraestruturas. Posto isto, foram desenvolvidos quatro programas, na fase posterior à adesão do país, além de terem sido concretizados aproximadamente 2200 projetos nesse âmbito, dos quais se destacam a Central Térmica de Sines, a Ponte Ferroviária sobre o Rio Douro e a construção da Faculdade de Arquitetura do Porto, entre outros (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, 2022).

Ademais, dos registos possíveis de ser ler, constata-se que o FSE, cujas ações e benefícios estavam definidos para se destinarem às pessoas, em primeiro lugar, quer no âmbito do reforço à criação de emprego, como uma necessidade verificada na data, quer a nível de se formarem as faixas etárias mais jovens, os desempregados de longa duração, as mulheres, migrantes e pessoas portadoras de deficiência. Conclui-se que o FSE pretendia proporcionar apoios aos grupos que eram estabelecidos como prioritários. Continuando no mesmo eixo temporal, o FEOGA, fundo destinado ao apoio, requalificação, melhoramento e desenvolvimento nas áreas agrícolas, de aquicultura, pesca e vitivinícolas, objetivava uma melhoria na eficácia destes setores (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, 2022).

Para dar cumprimento a um dos objetivos definidos na investigação, para a posterior elaboração da análise de coerência, importa compreender o que contemplam os Programas Operacionais Temáticos (PO) estabelecidos para o período temporal, 2007 e 2020. Nesse sentido, segue-se uma abordagem, ainda que de forma breve, contudo relevante, para a compreensão de quais foram os primeiros PO a serem operacionalizados em Portugal e em que objetivos se focavam e concretizavam os Quadros Comunitários de Apoio - I, II, III.



Foi no período compreendido entre os anos 1989 e 2006, que através dos Fundos Comunitários destinados ao país, Portugal, e no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio, foram estabelecidos os documentos onde se refletem e traduzem as estratégias de desenvolvimento de cada país e região da União Europeia.

Em primeiro lugar, foi através dos Quadros Comunitários de Apoio que o Estado definiu os eixos prioritários para cada ação a empreender, quais os montantes necessários às intervenções, e previamente foram auscultadas entidades regionais e locais, além de outros parceiros, de âmbito económico e social, inclusivamente, outro tipo de intervenções já preparadas para uma fase posterior serem negociadas. Portanto, em conformidade com o exposto, foi dessa forma que se finalizou todo o processo, com as negociações com as instituições comunitárias, e posteriormente com a Comissão Europeia a proceder à aprovação dos programas previamente propostos por Portugal.

Neste seguimento, assume-se, deste modo que os objetivos consagrados nos planos de desenvolvimento tinham a finalidade de marcar uma alteração ao que até então estava estruturado, a nível económico e emprego. Salienta-se ainda que assim era permitido ao país evoluir e fazer parte de um crescimento económico, por meio de uma economia mais forte e competitiva, não esquecendo, os princípios centrais e orientadores destes quadros comunitários, que previam que se efetivasse uma real redução das assimetrias e desigualdades que prevaleciam e se sentiam na altura, e conseqüentemente apostar numa melhor qualidade de vida dos cidadãos e da comunidade.

Finalizado os Quadros Comunitários de Apoio I, II e III, é para o período de 2007-2013 que se “(...) constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal” (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, 2022).

O **Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)**, de acordo com Augusto Mateus, “(...) constituiu o documento de referência para a coordenação das intervenções estruturais em Portugal no período de programação (...)” (p. 421) estabelecido. Até aqui, os anteriores programas aliados à Política Regional centravam a sua consecução em políticas sociais e em melhoramentos de infraestruturas, bem como em equipamentos de natureza coletiva, através de uma dotação regional.

Contudo, segundo Augusto Mateus não foram obtidos os efeitos que eram esperados, no que concerne ao crescimento da economia, regional, e na “correção” das



desigualdades. Assim, ainda na ótica do autor, para o período, entre 2007 e 2013, propunha-se a *“renovação e uma acrescida ambição para a política regional comunitária, advogando o alargamento do papel e do alcance da intervenção estrutural comunitária que, para além de promover a equidade regional, deveria intervir pró-ativamente e contribuir para o desenvolvimento económico das regiões”* (Mateus, 2015, p. 421).

Lê-se, portanto, que as perspetivas de execução para o novo quadro comunitário esperavam um programa renovado que fosse ao encontro da intervenção no que diz respeito ao desenvolvimento regional, seguindo a ótica das diretrizes comunitárias. Concomitantemente, o QREN, é concretizado pelos apoios dos Fundos Europeus (FSE e FEDER) e do Fundo de Coesão, que a nível comunitário, estabeleceu as seguintes orientações estratégicas assentes na promoção da qualificação dos portugueses, na promoção de um crescimento sustentado, o garantir da coesão social, assegurando a qualificação do território e das cidades e por fim, uma estratégia assente na eficiência da governação. Com base nestes pressupostos, enquadrados nas estratégias estabelecidas, foram elaborados um conjunto de objetivos, identificados na imagem abaixo:



Promover a qualificação dos portugueses

- Promoção dos níveis de qualificação da população portuguesa – conhecimento, ciência, tecnologia e inovação – como fatores promotores do desenvolvimento do país.

Promover o crescimento sustentado

- Aumentar a competitividade do território e das empresas;
- Reduzir os custos públicos nos níveis da administração da justiça, da qualificação e do emprego;
- Promover a melhoria da produtividade;
- Capacitar a atração e estimular o investimento empresarial.

Garantir a coesão social

- Criação de condições de empregabilidade;
- Promover o empreendedorismo;
- Melhorar a qualificação escolar e profissional;
- Assegurar a inclusão social – igualdade no mercado de trabalho, igualdade de género, reabilitação e reinserção social;
- Promover a conciliação entre a vida social e profissional, valorizando questões de saúde e no sentido de reforçar a produtividade como medida de inclusão social.

Assegurar a qualificação do território e das cidades

- Preservar o ambiente e prevenir riscos;
- Melhorar o ordenamento do território;
- Assegurar melhorias a nível de conectividade no território;
- Consolidação e reforço do sistema urbano;
- Reduzir as assimetrias regionais existentes no desenvolvimento.

Aumentar a eficiência da governação

- Promover o aumento da eficiência da governação;
- Promover intervenções nos programas operacionais relevantes;
- Modernizar as instituições públicas;
- Promover melhorias a nível de eficiência e qualidade dos sistemas sociais e coletivos;
- Reforçar a sociedade civil, melhorando a sua regulação.

Figura 4 – Prioridades Estratégicas do Quadro de Referência Estratégico Nacional.

Fonte - Elaboração própria com recurso ao relatório do Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013, 2011, p. 53.

O cumprimento das estratégias acima descritas seria assegurado através da concretização de três (grandes) agendas e programas operacionais, designados por Agenda Operacional para o Potencial Humano; Agenda Operacional para os Fatores de Competitividade; Agenda Operacional para a Valorização do Território (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, 2022).



Agenda Operacional para o Potencial Humano	Agenda Operacional para os Fatores de Competitividade	Agenda Operacional para a Valorização do Território
<ul style="list-style-type: none">• "Apoio à educação e formação profissional, incluindo a formação avançada (emprego privado e público), promovendo-se, dessa forma, a coesão social, a empregabilidade e mobilidade a igualdade de oportunidades e a igualdade de género".	<ul style="list-style-type: none">• "Apoio à I&D, inovação e desenvolvimento científico e tecnológico, à modernização e internacionalização empresariais, à atracção e manutenção de iniciativas e investimentos empresariais estruturantes, ao reforço da eficiência das instituições públicas (redução dos custos públicos de contexto, melhoria da eficiência colectiva)".	<ul style="list-style-type: none">• "Apoio a intervenções ao nível de infra-estruturas, redes e equipamentos e da capacitação institucional em domínios como a logística, transportes, ambiente e energia, património e prevenção e gestão de riscos e em áreas sociais como a saúde, educação, cultura e desporto".

Figura 5 – Programa Operacional Temático do QREN.

Fonte - Elaboração própria com base nos objetivos definidos para as três agendas do QREN, de acordo com o Relatório do Programa Operacional do Alentejo, 2011, p.54.

Ainda a propósito do respetivo quadro comunitário, e porque o Fundo de Coesão também era fonte de financiamento deste, e em função das três orientações da Política de Coesão para o período em questão, que previam “tornar a Europa e as suas regiões espaços mais atrativos para investir e para trabalhar; melhorar os conhecimentos e a inovação em prol do crescimento; mais e melhor emprego” (Programa Operacional Do Alentejo 2007/2013, 2011, p. 50-51), respetivamente, segundo o que foi estabelecido na Proposta de Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013 (2011), foi através das orientações referidas acima, que se estabeleceram as seguintes prioridades enquadradas nas três orientações da Política de Coesão, conforme os pressupostos da Agenda de Lisboa:

- 1) “Desenvolver e melhorar as infraestruturas de transportes; reforçar as sinergias entre a proteção ambiental e o crescimento e enfrentar a utilização intensiva das fontes de energia tradicionais;
- 2) Reforçar e melhorar o investimento em IDT; facilitar a inovação e promover o espírito empresarial; promover a sociedade da informação para todos e melhorar o acesso ao financiamento;



- 3) Promoção do emprego e empregabilidade; atrair e manter um maior número de pessoas no mercado de trabalho e modernizar os sistemas de proteção social; melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e a flexibilidade do mercado de trabalho e reforçar o investimento no capital humano, melhorando a educação e as competências” (Programa Operacional Do Alentejo 2007/2013, 2011, p. 50-51).

No que concerne aos Programas Operacionais Temáticos, a operacionalização das três agendas do Quadro de Referência Estratégico Nacional, eram alcançadas por meio dos cinco⁷ programas estabelecidos:

- Programas Operacionais Temáticos;
- Programas Operacionais Regionais do Continente;
- Programas Operacionais das Regiões Autónomas;
- Programas Operacionais de Cooperação Territorial;
- Programas Operacionais de Assistência Técnica.

No que toca ao período do Quadro de Referência Estratégico Nacional, a Política de Coesão passaria a concretizar, partindo dos benefícios associados aos contributos, nos âmbitos do crescimento, emprego e competitividade, “(...) procurando promover uma dinâmica sustentada de crescimento com base na investigação, no conhecimento e na inovação” (Mateus, 2015, p. 421).

Portugal 2020

Para Baltazar (2018) a fase de preparação do ciclo de programação do Portugal 2020, revelou alguns constrangimentos, tendo sido inclusive identificada como um período temporal complexo, que em parte se devia à continuidade do programa anterior, no que se refere aos fundos estruturais e “(...) no que respeita à configuração das necessidades, capacidade de financiamento, público e privado e oportunidades e desafios que então se impunham” (Baltazar, 2018, p. 3). Não obstante, a crise com que Portugal se deparou em 2008 veio desacelerar os sistemas produção, os hábitos de consumo, além das possibilidades de criar investimentos, e sobretudo, explanou a intensificação do desemprego, culminando numa crise económica e social.

⁷ Informação retirada do *site* do Quadro de Referência Estratégico Nacional. Disponível em: <http://www.qren.pt/np4/home>.



Dado que, foi por meio do novo Acordo de Parceria proposto por Portugal à Comissão Europeia que se incluíram os princípios da Estratégia Europa 2020, orientados para “(...) um crescimento inteligente, inclusivo e sustentável” (Baltazar, 2018, p. 3).

Através das imagens abaixo representadas e da descrição das mesmas observam-se aqueles que foram os quatro domínios estabelecidos, num quadro temático da União Europeia e assumidos no Portugal 2020, alinhados com os objetivos de cada agenda⁸:



Figura 6 – Programas Operacionais Temáticos do Portugal 2020.

Fonte: Elaboração própria com base nos documentos da União Europeia, referentes ao Portugal 2020, 2022.

Tendo em conta os quatro domínios temáticos apresentados ou, por outras palavras, as quatro agendas definidas no programa operacional temático, estabeleceu-se para o Programa Compete 2020 – Competitividade e Internacionalização:

- O reforço e a competitividade das pequenas e médias empresas, incluindo outros setores, como o agrícola, das pescas e da aquicultura;
- O reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação;
- O incremento dos transportes assentes numa perspetiva de sustentabilidade, ao mesmo tempo que se pretendia eliminar obstáculos nas redes de infraestruturas;
- Pretendia melhorar o acesso às tecnologias de informação a par da sua utilização

⁸ Adaptação das linhas orientadoras dos objetivos temáticos da União Europeia assumidos no Portugal 2020. Disponível em: <https://portugal2020.pt/perguntas-frequentes/>.



e qualidade;

- O reforço da capacidade institucional das autoridades públicas, bem como das partes interessadas, paralelamente à eficiência da administração pública.

Por outro lado, o PO Inclusão Social e Emprego, como o próprio domínio indica, tinha assente pressupostos como:

- Fomentar a sustentabilidade, a qualidade e condições de emprego e empregabilidade e mobilidade dos trabalhadores;
- Promoção da inclusão social, combatendo a pobreza e a discriminação.

Os objetivos enquadrados no PO Capital Humano apresentavam na sua elaboração, a educação e a formação como elementos fundamentais e assim foram definidos os seguintes objetivos:

- Investimento na educação;
- Investimento na formação;
- Investimento na formação profissional com objetivo da aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida.

Por fim, o POSEUR – Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos pretendia nas suas medidas:

- O apoio na transição de uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores;
- Promoção da adaptação às alterações climáticas;
- Prevenção e gestão de riscos;
- Preservação e proteção do ambiente;
- Incentivar à utilização eficiente dos recursos.

O Quadro Comunitário - Portugal 2020 perspetivava na sua consagração “(...) a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial que estimulará o crescimento e a criação de emprego nos próximos anos em Portugal” (Comissão Europeia, 2014).



Mediante as diversas referências expostas no artigo “*Política de Coesão e Portugal*”⁹, e em respeito ao que é referido, no período em que ia decorrer o Portugal 2020, o país iria gerir onze programas operacionais no âmbito da Política de Coesão da União Europeia, repartidos por “(...) sete programas operacionais regionais irão receber financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo Social Europeu (FSE)” (p. 1).

Através do FEDER, FSE e do Fundo de Coesão, o programa operacional temático receberia financiamento destes, tanto quanto o Fundo Social Europeu providenciou financiamento a outros dois programas operacionais temáticos. Neste âmbito, “finalmente, um último programa operacional temático irá receber financiamento do Fundo de Coesão” (p. 1).

Tendo em conta que os programas operacionais se concretizam através de milhares de milhões de euros, é apenas de referir que a Política de Coesão injetou em Portugal no período do Portugal 2020 cerca de 21 mil milhões de euros, distribuídos, por sua vez para a transição de regiões (Algarve); para as regiões mais favorecidas (Lisboa e Madeira); para a implementação e iniciativa de emprego jovem; cooperação territorial ou para a dotação, de forma mais específica das regiões mais distantes das zonas centro (Comissão Europeia, 2014).

Quanto aos programas operacionais de âmbito regional, foram definidos o “programa Norte 2020, Centro 2020, Lisboa 2020, Alentejo 2020, CrescAlgarve 2020, Açores 2020 e Madeira 2020” (Comissão Europeia, 2014).

Não somente, acrescenta-se ainda o Programa para o Desenvolvimento Regional (PDR) 2014-2020. Transversalmente e no âmbito do Portugal 2020, foi adaptado o modelo de governação que se organizava em dois, “político e técnico”, e de acordo com os documentos¹⁰ publicados, o respetivo modelo de governação assenta em seis princípios gerais “a racionalidade económica; a concentração do apoio dos fundos, estabelecendo prioridades; a disciplina financeira; a segregação dos fundos de gestão e a prevenção de conflitos de interesse; a transparência e prestação de contas” (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, 2022).

⁹ Comissão Europeia: Política de Coesão, julho de 2014.

¹⁰ Informação retirada do *site* do Portugal 2020. Disponível em: <https://portugal2020.pt/disso>



O Portugal 2020 tinha como bases os órgãos de governação, comissões e coordenações técnicas, as CCDR, voltadas para a orientação dos resultados.

Sinteticamente, face ao exposto no documento referido, e mediante os últimos anos, através do financiamento da União Europeia, o país “(...) evoluiu positivamente em vários desses indicadores, destacando-se, entre eles, a taxa de abandono escolar precoce (de 43,6% em 2000 para 19,2% em 2013), a proporção da despesa em I&D no PIB (de 0,73% em 2000 para 1,5% em 2012) e o peso das energias renováveis no consumo total de energia no país (de 19,2% em 2004 para 24,6, % em 2012)” (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, 2014).

Certos de que o país continua a deparar-se com “(...) um longo caminho a percorrer para atingir as suas metas, exigindo a mobilização de toda a sociedade portuguesa” (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, 2022), a Política de Coesão continua a beneficiar Portugal, através dos apoios, para a promoção da coesão económica e social, num alinhamento com os fins da Estratégia Europa 2020.

No decurso da presente investigação, acompanhou-se a fase do Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia, do novo Quadro de Programação Comunitária, para o período 2021-2027¹¹. Para o presente quadro comunitário são disponibilizados para aplicação “(...) 23 mil milhões de euros dos fundos europeus em projetos que estimulem e desenvolvam a economia portuguesa” (Portugal 2030, 2023).

No que concerne às exigências da União Europeia, e após a materialização do Acordo entre a Comissão Europeia e o Governo Português, deve o Quadro Comunitário Portugal 2030¹², com o financiamento dos fundos FEDER, FSE+, Fundo de Coesão, FEAMP e Fundo de Transição Justa, através das prioridades contempladas, operacionalizar os quatro Programas Operacionais Temáticos:

¹¹ Informação consultada e analisada através do site do Portugal 2030. Disponível em: <https://portugal2030.pt/>

¹² Prioridades dos Programas Temáticos estabelecidos para o Portugal 2030. Disponível em: <https://portugal2030.pt/programas/>



**Compete
2030**

Transição energética

Inovação e competitividade

Competências para a competitividade

**Pessoas
2030**

Combater a privação material

Mais e melhor acesso a serviços de qualidade

Mais e melhor inclusão de pessoas em risco ou em situação de exclusão social

Mais e melhor (re)qualificação de adultos para crescer

Mais e melhor qualificação inicial para crescer

Mais e melhor emprego, conciliação da vida profissional e pessoal e igualdade de género

**Sustentável
2030**

Sustentabilidade e Transição climática

Mobilidade Urbana Sustentável

Redes de Transporte Ferroviário



Mar 2030

Reforçar a governação internacional dos oceanos e assegurar mares e oceanos seguros, limpos e geridos de forma sustentável

Permitir o desenvolvimento de uma economia azul sustentável nas regiões costeiras, insulares e interiores e fomentar o desenvolvimento sustentável das comunidades da pesca e da aquicultura

Fomentar atividades de aquicultura sustentáveis e a transformação e comercialização de produtos da pesca e da aquicultura, contribuindo assim para a segurança alimentar da União

Fomentar a pesca sustentável e a restauração e conservação dos recursos biológicos aquáticos

Figura 7 – Programas Operacionais Temáticos – Portugal 2030

Fonte: Elaboração própria com recurso à informação disponibilizada no site do Portugal 2030¹³

Face aos novos paradigmas que se vivem, o Portugal 2030 visa ir ao encontro de um:

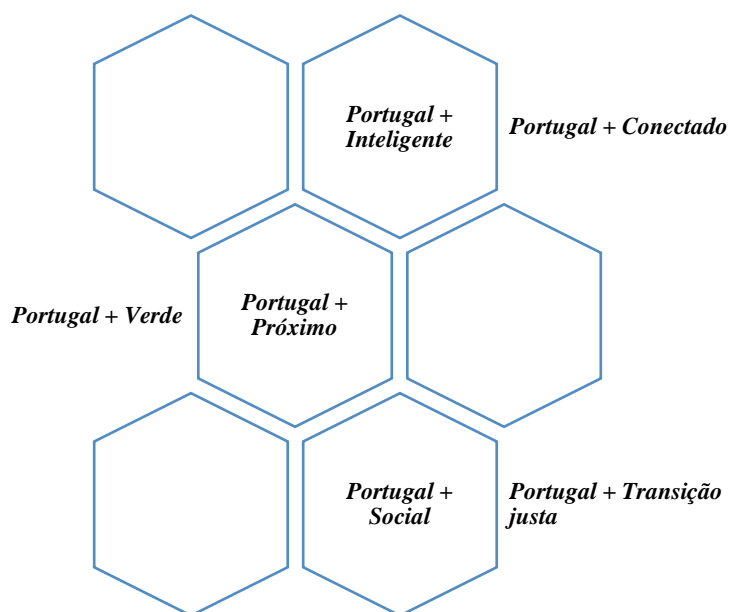


Figura 8 – Prioridades do Portugal 2030

Fonte: Elaboração própria com recurso à informação disponibilizada no site do Portugal 2030¹⁴

¹³ Disponível em: <https://portugal2030.pt/o-portugal-2030/o-portugal-2030-em-3-minutos/>

¹⁴ Disponível em: <https://portugal2030.pt/o-portugal-2030/o-portugal-2030-em-3-minutos/>



Considerando que para o período de duração do Quadro Comunitário, o Portugal 2030, foi pensado e definido em cinco grandes pilares, espera-se que este esteja coerente com as Estratégias Europeias, e que se criem políticas públicas, quer de âmbito comunitário, quer aquelas que assentam no desenvolvimento das regiões, e que vão ao encontro das necessidades dos territórios e das populações.

Em conformidade com o disposto nas Fichas Temáticas sobre a União Europeia¹⁵, designadamente, a Política Regional e de Coesão, traçou um conjunto de objetivos, na esfera política para o período 2021-2027, em particular para os FEEI - “FEDER, o FSE+, o Fundo de Coesão e o FEAMP, nomeadamente:

1. Uma Europa mais inteligente – transformação económica inovadora e inteligente;
2. Uma Europa mais verde e Hipo carbónica;
3. Uma Europa mais conectada – mobilidade e conectividade das TIC a nível regional;
4. Uma Europa mais social – aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais;
5. Uma Europa mais próxima dos cidadãos – desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras através de iniciativas locais” (Kołodziejcki, 2023).

Face às respostas obtidas através do conjunto das entrevistas realizadas, “(...) penso que este novo quadro comunitário que vem no âmbito da capacitação, do desenvolvimento, já outros níveis de sustentabilidade, das eficiências energéticas, penso que poderá ajudar nesse sentido (...).” (...) embora o programa regional (...) é uma parte pequena dos fundos estruturais que são aplicados no país (...).” (excerto da entrevista ao entrevistado #2).

A nível dos Programas Regionais, o *Alentejo 2030*, engloba na sua agenda um conjunto de prioridades centradas na competitividade, no digital, nos espaços urbanos e espaços verdes, ao mesmo tempo que objetiva um Alentejo mais social, mais conectado e inclusivo, e não menos importante, um Alentejo mais coeso, mais inovador ¹⁶.

¹⁵ Consulta das Fichas Temáticas sobre a União Europeia, disponibilizadas pelo Parlamento Europeu. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/95/el-fondo-europeo-de-desarrollo-regional-feder>

¹⁶ Prioridades do Programa Regional do Alentejo, Alentejo 2030. Disponível em: <https://portugal2030.pt/programas/>



No que concerne à informação obtida em relação às perspetivas gerais para este novo quadro de programação, entre outros instrumentos de financiamento nacionais e enquadrados no quadro europeu, **o Entrevistado #1** refere o seguinte: (...) *portanto aqui o desafio é para a aplicação dos fundos, para aplicação das políticas públicas, é que haja convergência (...) último exemplo que não tem a ver com fundos, tem a ver com o PRR, o PRR mais uma vez responde a estas duas medidas, que é a digitalização e também a descarbonização e tem também uma componente da habitação (...)*”.

Entende-se, por conseguinte, que no horizonte 2030, os desafios locais e regionais emergentes exigem uma abordagem articulada entre as diferentes áreas de intervenção e atuação, uma vez que a sociedade não é estática, verificando-se que ao longo dos anos têm existido diversos processos de mudança e novas dinâmicas. Por essa razão é preciso considerar tanto as mudanças que se observam nos dias de hoje como as necessidades futuras, com o fim de se alcançar, inclusive, uma maior coesão entre os territórios nacionais.



3.3 Plano Regional e Municipal

De acordo com um dos objetivos delineados na presente investigação, importa nesta fase, desdobrar as estratégias regionais e os programas operacionais regionais para numa fase posterior proceder-se então à respetiva análise de coerência e à relação entre os elementos dos PO temáticos e aos demais PO regionais, estratégias e programas.

Quadro De Referência Estratégico Nacional – INALENTEJO (2007-2013)

Alentejo 2015 – Estratégia de Desenvolvimento Regional

No que respeita às orientações estratégicas a nível regional, no âmbito do QREN, tendo sido o quadro de programação que impulsionou a Estratégia Alentejo 2015, que pretendia e tinha como visão um Alentejo que fosse reconhecido, interna e externamente, capaz, ao mesmo tempo de ter a sua própria dinâmica, concretamente ao nível empresarial, permitindo esse gerar riqueza e emprego, e de igual forma, almejava uma região com qualidade de vida, quer inclusive no que dizia respeito a questões ambientais, como um modelo de exemplo.

Era, portanto, através da concretização de um conjunto de eixos estratégicos e prioridades de ação, que a estratégia Alentejo 2015, tencionava ver a sua missão concretizada:

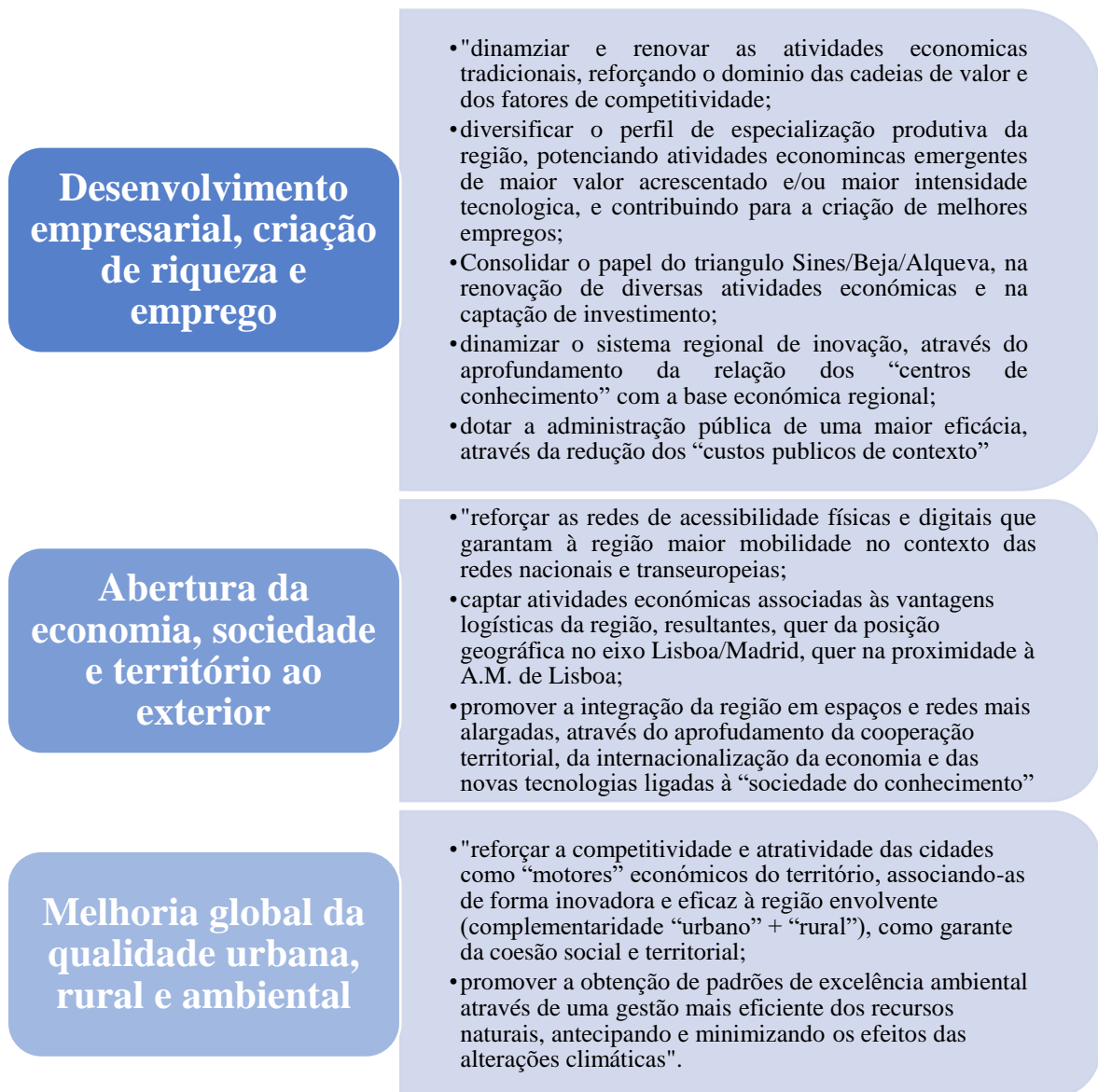


Figura 9 – Eixos Estratégicos e Prioridades de Ação da Estratégia de Desenvolvimento Regional 2015.

Fonte – Elaboração própria com recurso ao Relatório – Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013, 2011, p. 57-58.

Uma vez desdobrada a Estratégia Regional referente ao período supracitado, e continuando na ótica do plano regional e local, importa nesta fase, também, desdobrar o PO Regional do Alentejo. De acordo com o Relatório sobre o Programa Operacional Regional, o INALENTEJO "visa contribuir para a promoção do crescimento e emprego, num quadro de articulação entre os apoios mais diretamente relacionados com a competitividade regional e os apoios à coesão social e territorial, com particular relevo no primeiro caso, dos sistemas de incentivos às empresas" (p. 68).



Este contemplava na sua elaboração um conjunto de quatro eixos prioritários direcionados, cada, a diferentes áreas de intervenção. O eixo relativo à Assistência Técnica é aquele que se destina a apoiar a execução dos demais. Os restantes abrangiam um conjunto diverso de áreas de atuação, constituindo-se paralelamente como instrumentos de políticas públicas, de forma transversal ao longo do PO Regional.

O Eixo Competitividade, Inovação e Conhecimento contemplava as seguintes áreas:

- “Incentivos à Inovação
- Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
- Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME
- Apoio a ações coletivas
- Economia digital e sociedade do conhecimento
- Promoção da cultura científica e tecnológica e difusão do conhecimento
- Apoio a entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional
- Infraestruturas científicas e tecnológicas
- Áreas de acolhimento empresarial e logística
- Parques de Ciência e Tecnologia
- Energia
- Promoção e capacitação institucional
- Apoios à modernização administrativa”;

O Eixo Valorização do Espaço Regional:

- “Rede de equipamentos culturais
- Saúde
- Património cultural
- Ações de valorização do Litoral
- Ações de valorização e qualificação ambiental
- Gestão ativa de espaços protegidos e classificados
- Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos (imateriais)”;

O Eixo Coesão Local e Urbana dividia-se em três objetivos, subdivididos, respetivamente:

- “Redes de equipamentos e infraestruturas para a coesão social e territorial:



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

- Requalificação da rede escolar
- Equipamentos para a coesão local
- Infraestruturas e equipamentos desportivos”;

- Reabilitação e requalificação urbana:
 - “Ações inovadoras para o desenvolvimento urbano
 - Reabilitação e requalificação urbana
 - Iniciativa Jessica”;

- Mobilidade Territorial.



Portugal 2020 – Alentejo 2020

Estratégia Regional de Especialização Inteligente

Terminado o anterior Quadro de Programação Comunitária e a Estratégia Regional com ele desenvolvida, surge na fase de programação do ciclo 2007-2014, a Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) para o Alentejo.

A par desta, foram definidos quatro objetivos estruturais com base nas seguintes melhorias:

- 1) “Melhorar o desempenho do sistema regional de inovação;
- 2) Explorar áreas emergentes;
- 3) Intensificar os padrões de interação e cooperação entre atores, reforçando a combinação simbiótica entre recursos e atividades económicas;
- 4) Promover a construção coletiva de vantagens competitivas e de *spillovers*¹⁷ económicos e de conhecimento” (Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo, 2014, p. 21).

No seguimento do documento citado, paralelamente, em matéria de património, também o ambiente se considerava como um “(...) elemento estruturante e com carácter transversal aos domínios de especialização identificados (...)” (p.21). São considerados os domínios¹⁸:

- “Alimentação e Floresta;
- Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais;
- Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo;
- Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente;
- Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social”

¹⁷ *Spillover* é um termo utilizado nas ciências económicas e refere-se ao processo de “efeito/consequência”.

¹⁸ Informação retirada do Relatório – Uma Estratégia de Especialização Inteligente para o Alentejo. Disponível em: [file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/EREIAlentejo_vf%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/EREIAlentejo_vf%20(1).pdf)



De acordo com a recolha de dados e com a informação obtida através das entrevistas realizadas, na sua redação, a EREI valorizava os domínios relativos ao património, à dinâmica e identidade cultural, como pilares fundamentais da Estratégia para a região Alentejo - “(...) a grande vantagem de VV, na minha perspetiva, é o seu património, tem um património, riquíssimo e invejável, e um dos eixos fundamentos da Estratégia Regional tem a ver com o património (...)” (excerto da entrevista ao entrevistado #1).

Face ao exposto, a EREI, baseia-se sob um ponto de vista fundamental nas potencialidades da região Alentejo, alicerçadas a uma nova visão – inovação e sustentabilidade, e a um conjunto de novas dinâmicas no que concerne ao desenvolvimento da economia, à criação de emprego e à melhoria da qualidade de vida da população, na devida articulação com a estratégia nacional e comunitária.

Para o PO Regional do Alentejo, no período em análise – Alentejo 2020, foram definidos dez eixos estratégicos, articulados com os quatro domínios do Programa Operacional Portugal 2020 e com as prioridades estabelecidas na Estratégia Regional, processo este resultante da ação coletiva dos agentes que melhor conhecem o território, na análise de quais são as suas limitações e potencialidades, nos vários âmbitos, social, económico, ambiental, político e associativo, de acordo com a imagem abaixo representada:



Figura 10 – Domínios Temáticos e Eixos estratégicos do Alentejo 2020.

Fonte – Alentejo 2020: Identidade, Competitividade e Responsabilidade, 2015, p.3.

Por conseguinte, de acordo com os domínios e eixos estratégicos apresentados, importa agora destacar quais os princípios considerados fundamentais para a implementação do PO Regional, durante o período estabelecido para o mesmo. Nesse sentido, destacam-se sete vetores-chave:

1. “Revitalização da base económica através do Reforço da Competitividade e Internacionalização das PME (Eixo 1);
2. Reforço dos níveis de investimento no Ensino, na Qualificação do Capital Humano e nas diversas modalidades de Aprendizagem ao Longo da Vida (Eixo 2);
3. Reforço dos níveis de investimento nos domínios da Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, em consolidação e desenvolvimento do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (Eixo 3);
4. Melhoria das condições de atratividade dos centros urbanos regionais e dos centros urbanos estruturantes (Eixo 4);
5. Apoio a intervenções de Promoção do Emprego, da Coesão, Inclusão Social e Combate à Pobreza e Valorização Económica dos Recursos Endógenos (Eixos 5 e 6),



6. Apoio a prioridades relativas à Eficiência Energética, Mobilidade, Ambiente e Sustentabilidade, nos domínios da Economia com Baixas Emissões de Carbono, da Proteção do Ambiente e da Promoção da Eficiência dos Recursos (Eixos 7 e 8);
7. Apoio a ações relacionadas com a Capacitação Institucional e a melhoria da Administração Pública e de parceiros territoriais de apoio ao desenvolvimento e a Assistência Técnica do Programa (Eixos 9 e 10)” (Portugal 2020, 2019, Programa Operacional ao Abrigo do Objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego, p. 34-35).

Entende-se, face à análise do documento citado que o conjunto de eixos definidos devia enquadrar um número de operações e intervenções importantes para uma efetiva concretização dos objetivos específicos, de igual maneira, definidos, no Programa Operacional Regional do Alentejo.

Como refere Roberto Pereira Grilo, Presidente da CCDRA e da Comissão Diretiva do Alentejo 2020, à data de 2015, “(...) o Alentejo é um território em mudança e há hoje uma maior capacidade de incentivar o dinamismo empreendedor e de potenciar a valorização dos recursos endógenos, incluindo aspetos fundamentais para o desenvolvimento de qualquer região, como a qualificação e as competências, abrindo possibilidades para que o Alentejo junte o que fez bem no passado aos novos desafios e oportunidades (...)” (Alentejo 2020, 2015, Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020 p.3).

Porque já se abordou na presente investigação o novo quadro comunitário, bem como os seus pressupostos e os Programas Operacionais Temáticos que foram definidos, seguem-se os objetivos do Programa Operacional Regional do Alentejo – Alentejo 2030, conferindo-lhe grande importância, uma vez que o programa se encontra assente no processo de descentralização que tem vindo a decorrer e, conseqüentemente, nas políticas de âmbito territorial potenciadas e impulsionadas pelo respetivo processo (Portugal 2030).

Portanto, da análise efetuada ao programa, entende-se que se quer um Alentejo, nos próximos anos, “mais competitivo e inteligente, mais digital, mais verde, mais conectado, mais social e inclusivo, mais inovador (...) um Alentejo com centros urbanos



mais verdes, um Alentejo territorialmente mais coeso (...) próximo de uma transição mais justa” (Portugal 2030, 2023), com financiamentos provenientes do FEDER e do FSE+.

Ao longo do presente capítulo desenvolveram-se os tópicos relativos às orientações e estratégias comunitárias e nacionais, pela forma como têm vindo a evoluir até aos dias de hoje, ao nível dos planos comunitário, nacional e regional no período temporal estabelecido – 2007-2020.

Mediante a informação obtida através dos conhecimento dos intervenientes, e como conclusão do desenvolvimento e análise ao tópico e níveis acima mencionados, *“(...) nós durante uma primeira fase da aplicação dos fundos estruturais, nós convergimos (...) Portugal estava a crescer a acima da média europeia, isso numa primeira fase, numa segunda fase com a convergência do euro, final dos anos 90, início de 2000, Portugal começou a ter um conjunto de políticas públicas e endividamento do país (...) muitos países que foram aderindo à EU (...) em situação muito pior que nós (...) ultrapassaram-nos (...) dos 27 estados membros, estamos em 25º do PIB (...) há muitos fatores que podiam justificar isso (...)”*(excerto da entrevista ao entrevistado #1).

O **Entrevistado #4** declara que *“(...) a nível nacional e regional, em Portugal, a convergência e a coesão caminha em dois sentidos, por assim dizer, uma vez que temos a zona do litoral, as grandes cidades com um forte incremento no crescimento económico. Já no nosso caso, quer dizer, no caso do interior, caminha-se a passo lento (pausa) o que acentua as assimetrias regionais que continuam a verificar-se, entre o litoral e o interior do país (...)”* (excerto da entrevista ao entrevistado #4).

Para a concretização do ponto 3.4 – Análise de Coerência, foi a presente contextualização realizada ao longo desta investigação que servirá de suporte para a abordagem metodológica seguinte.



3.4 Análise de Coerência

Entende-se por coerência, um estado ou qualidade de ser coerente; também aquilo que representa um nexo em relação a fatores ou factos. É, portanto, nesta perspetiva de análise de coerência, que através de um conjunto de matrizes, avaliar-se-á a relação e os graus de ligação entre as estratégias comunitárias e as estratégias nacionais e regionais. A abordagem adotada acontece porque na presente dissertação, desenvolver esta análise foi um dos objetivos definidos, não obstante, por ser aquela que é utilizada em semelhantes investigações, como sendo uma boa prática de análise e avaliação, uma vez que também é recurso, por exemplo, em Relatórios de Avaliação dos Programas Operacionais, tendo sido possível tal observação, no decorrer da presente investigação.

Neste âmbito, é através deste conjunto de relações que é possível verificar e aferir conclusões, face à relação entre os objetivos e eixos consignados nos Quadros de Programação Comunitária, Programas Operacionais Regionais e outras Estratégias, e se se articulam e são coerentes entre si.

Subjacente à elaboração desta, no que concerne à metodologia e abordagem utilizadas, analisam-se os domínios da coerência externa, de articulação vertical e horizontal. Importa distinguir a articulação vertical da horizontal, na medida em que a **vertical** significa **Inter níveis**, ou seja, entre o nível comunitário vs nacional, como título de exemplo; e a coerência **horizontal** é **Intra níveis**, por conseguinte, refere-se à análise de dois documentos comunitários, ou dois documentos nacionais, ou dois documentos regionais. Compreende-se face ao explanado no Relatório do Alentejo, que “A apreciação da estrutura dos objetivos do Programa Operacional Regional e a sua operacionalização, quer no plano da hierarquia das relações entre os seus distintos níveis (coerência vertical), quer ao nível das relações Intra níveis (coerência horizontal) (...)” (Programa Operacional do Alentejo 2007/2013 [FEDER], 2011, p. 166), se constituiu como objetivo principal desta componente de avaliação.

Mediante o exposto, a primeira análise representa uma análise a nível comunitário e a segunda uma análise ao nível da região, designadamente, a relação do Quadro de Referência Estratégico Nacional e Portugal 2020, particularmente, com as Estratégias e



Orientações Comunitárias, com os Programas Regionais e Estratégias Regionais, avaliando o nível de coerência e coesão entre estes.

Na articulação vertical, no QREN, elaborou-se uma análise à relação deste com as Prioridades Estratégicas do QREN e Orientações e da Política de Coesão. Ainda neste âmbito são “alvo” de análise os Objetivos Específicos QREN e os Objetivos do Programa Operacional Regional do Alentejo, INALENTEJO;

Face à abordagem direcionada ao Portugal 2020, enquadra-se à análise entre a articulação com os objetivos específicos do Q.C. referido, com a Estratégia Europa 2020, com o PO Alentejo 2020 e com a EREI.

No QREN, a articulação horizontal é realizada e analisada e mediante os Objetivos do Programa Operacional Regional do Alentejo, INALENTEJO e a Estratégia de Desenvolvimento Regional, 2015, delineada no horizonte em questão, 2007-2013.

Tal como no Quadro de Programação referido anteriormente, Portugal 2020, a coerência horizontal é realizada ao nível regional, portanto, analisam-se os níveis de coerência entre os Objetivos do Programa Regional, Alentejo 2020 e a EREI.

Na presente investigação, por ordem de período temporal, 2007-2013, é realizada primeiramente a aferição ao Quadro de Referência Estratégico Nacional, do seguinte modo:

Coerência Vertical:

- ▶ Os Objetivos Específicos do QREN com as Prioridades Estratégicas do QREN;
- ▶ Os Objetivos Específicos do QREN e Orientações da Política de Coesão Europeia para 2007-2013;
- ▶ Os Objetivos Específicos QREN e Objetivos do Programa Operacional Regional do Alentejo – INALENTEJO;

Coerência horizontal:

- ▶ Os Objetivos do Programa Operacional Regional do Alentejo – INALENTEJO e a Estratégia de Desenvolvimento Regional, 2015.



Posteriormente, segue-se a análise de coerência do Portugal 2020, 2014-2020, que é efetuada através da aferição de coerência entre:

Coerência vertical:

- ▶ Os objetivos do Portugal 2020 com a Europa 2020;
- ▶ Os objetivos Portugal 2020 com o Alentejo 2020;
- ▶ Os objetivos Portugal 2020 com a EREI;

Coerência horizontal:

- ▶ Os objetivos do programa Alentejo 2020 e EREI.

**Quadro de Referência Estratégico Nacional****Quadro 1: Coerência Externa: QREN e Prioridades Estratégicas do QREN.**

Objetivos Específicos do Quadro de Referência Estratégico Nacional	Prioridades Estratégicas do QREN ¹⁹				
	Prioridade 1	Prioridade 2	Prioridade 3	Prioridade 4	Prioridade 5
1.1. Apoiar a educação e a formação profissional, e formação avançada	●	○	●	○	○
1.2. Promover a coesão social	●	●	●	○	○
1.3. Promover a empregabilidade	○	●	●	○	○
1.4. Promover a mobilidade	○	○	●	●	○
1.5. Promover a igualdade de oportunidades	●	○	●	○	○
1.6. Promover a igualdade de género	○	○	●	○	○
2.1 Apoio à I&D	○	○	●	○	○
2.2. Apoio à inovação e desenvolvimento científico e tecnológico	●	●	○	○	○
2.3. Apoio à modernização e internacionalização empresarial	○	●	○	○	○
2.4. Apoio à atração e manutenção de iniciativas e investimentos empresariais estruturantes	○	●	●	○	○
2.5. Apoio ao reforço da eficiência as instituições públicas	○	○	●	○	○
2.6. Redução de custos públicos	○	●	○	○	○

¹⁹ **Promover a qualificação dos portugueses:** Promoção dos níveis de qualificação da população portuguesa, conhecimento, ciência, tecnologia e inovação, como fatores promotores do desenvolvimento do país. **Promover o crescimento sustentado:** Aumentar a competitividade do território e das empresas; reduzir os custos públicos nos níveis da administração da justiça, da qualificação e do emprego; promover a melhoria da produtividade; capacitar a atração e estimular o investimento empresarial. **Garantir a coesão social:** Criação de condições de empregabilidade; promover o empreendedorismo; melhorar a qualificação escolar e profissional; Assegurar a inclusão social; igualdade no mercado de trabalho, igualdade de género, reabilitação e reinserção social; promover a conciliação entre a vida social e profissional, valorizando questões de saúde e no sentido de reforçar a produtividade como medida de inclusão social. **Assegurar a qualificação do território e das cidades:** Preservar o ambiente e prevenir riscos; Melhorar o ordenamento do território; Assegurar melhorias a nível de conectividade no território; Consolidação e reforço do sistema urbano; Reduzir as assimetrias regionais existentes no desenvolvimento. **Aumentar a eficiência da governação:** Promover o aumento da eficiência da governação; promover intervenções nos programas operacionais relevantes; modernizar as instituições públicas; promover melhorias a nível de eficiência e qualidade dos sistemas sociais e coletivos; reforçar a sociedade civil, melhorando a sua regulação.



2.7. Melhorar a eficiência coletiva	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
3.1. Apoiar intervenções em infraestruturas, redes e equipamentos	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
3.2. Apoiar a capacitação institucional em domínios como a logística, transportes, ambiente e energia, património e prevenção e gestão de riscos	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
3.3. Apoiar a capacitação institucional nas áreas sociais como a saúde, educação, cultura e desporto	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

Decorrente deste primeiro quadro de análise, os objetivos definidos para o Quadro de Referência Estratégico Nacional apresentam uma compatibilidade com as Prioridades Estratégicas traçadas para o mesmo Q.C.A., revelando dessa forma uma coerência forte/moderada, de acordo com a soma das contribuições, abaixo mencionadas:

Contribuição forte: 31 ●

Contribuição moderada: 20 ●

Contribuição nula/fraca: 29 ○

Total: 80 / **coerência forte/moderada**

Quadro 2: Coerência Externa: QREN e Orientações da Política de Coesão Europeia para 2007-2013.

Objetivos Específicos do Quadro de Referência Estratégico Nacional	Orientações Estratégicas da Política de Coesão ²⁰		
	Orientação 1	Orientação 2	Orientação 3
1.1. Apoiar a educação e a formação profissional, e formação avançada	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
1.2. Promover a coesão social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
1.3. Promover a empregabilidade	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
1.4. Promover a mobilidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
1.5. Promover a igualdade de oportunidades	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
1.6. Promover a igualdade de género	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
2.1. Apoio à I&D	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

²⁰ **Orientação 1:** tornar a Europa e as suas regiões espaços mais atrativos para investir e para trabalhar; **Orientação 2:** melhorar os conhecimentos e a inovação em prol do crescimento; **Orientação 3:** mais e melhor emprego.



2.2. Apoio à inovação e desenvolvimento científico e tecnológico	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
2.3. Apoio à modernização e internacionalização empresarial	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.4. Apoio à atração e manutenção de iniciativas e investimentos empresariais estruturantes	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.5. Apoio ao reforço da eficiência as instituições públicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
2.6. Redução de custos públicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.7. Melhorar a eficiência coletiva	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.1. Apoiar intervenções em infraestruturas, redes e equipamentos	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.2. Apoiar a capacitação institucional em domínios como a logística, transportes, ambiente e energia, património e prevenção e gestão de riscos	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.3. Apoiar a capacitação institucional nas áreas sociais como a saúde, educação, cultura e desporto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

Na análise dos objetivos definidos para o Quadro de Referência Estratégico Nacional relativamente às Orientações Estratégicas da Política de Coesão, estas apresentam uma contribuição nula/fraca, a nível de compatibilidade com o Q.C.A., como se pode observar na soma das contribuições, abaixo mencionadas:

Contribuição forte: 13 ●

Contribuição moderada: 6 ◐

Contribuição nula/fraca: 29 ○

Total: 48 / **contribuição nula/fraca.**



Quadro 3: Coerência Externa Vertical: QREN e Objetivos do Programa Operacional Regional do Alentejo – INALENTEJO

Objetivos Específicos do Quadro de Referência Estratégico Nacional	Eixos Prioritários do Programa Operacional Regional do Alentejo ²¹			
	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4
1.1. Apoiar a educação e a formação profissional, e formação avançada	●	○	●	○
1.2. Promover a coesão social	○	○	●	○
1.3. Promover a empregabilidade	●	○	○	○
1.4. Promover a mobilidade	○	○	●	○
1.5. Promover a igualdade de oportunidades	○	○	○	○
1.6. Promover a igualdade de género	○	○	○	○
2.1. Apoio à I&D	●	○	○	○
2.2. Apoio à inovação e desenvolvimento científico e tecnológico	●	○	○	○
2.3. Apoio à modernização e internacionalização empresarial	●	○	○	○
2.4. Apoio à atração e manutenção de iniciativas e investimentos empresariais estruturantes	●	○	○	○
2.5. Apoio ao reforço da eficiência as instituições públicas	○	○	○	○
2.6. Redução de custos públicos	○	○	○	○
2.7. Melhorar a eficiência coletiva	○	○	○	○

²¹ **Eixo Competitividade, Inovação e Conhecimento:** Incentivos à Inovação; Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME; Apoio a ações coletivas; Economia digital e sociedade do conhecimento; Promoção da cultura científica e tecnológica e difusão do conhecimento; Apoio a entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional; Infraestruturas científicas e tecnológicas; Áreas de acolhimento empresarial e logística; Parques de Ciência e Tecnologia; Energia; Promoção e capacitação institucional; Apoios à modernização administrativa. **Eixo Valorização do Espaço Regional:** Rede de equipamentos culturais; Saúde; Património cultural; Ações de valorização do Litoral; Ações de valorização e qualificação ambiental; Gestão ativa de espaços protegidos e classificados; Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos (imateriais); **Eixo Coesão Local e Urbana:** Redes de equipamentos e infraestruturas para a coesão social e territorial; Requalificação da rede escolar; Equipamentos para a coesão local; Infraestruturas e equipamentos desportivos; **Reabilitação e requalificação urbana:** Ações inovadoras para o desenvolvimento urbano; Reabilitação e requalificação urbana; Iniciativa Jessica; **Mobilidade Territorial.**



3.1. Apoiar intervenções em infraestruturas, redes e equipamentos	○	●	●	○
3.2. Apoiar a capacitação institucional em domínios como a logística, transportes, ambiente e energia, património e prevenção e gestão de riscos	●	○	○	○
3.3. Apoiar a capacitação institucional nas áreas sociais como a saúde, educação, cultura e desporto	●	○	○	○

Os objetivos definidos para o Quadro de Referência Estratégico Nacional demonstram uma compatibilidade moderada/forte, em relação aos Eixos Prioritários do Programa Operacional Regional do Alentejo, o INAlentejo, como se pode observar na análise e soma das contribuições:

Contribuição forte: 8 ●

Contribuição moderada: 27 ○

Contribuição nula/fraca: 29 ○

Total: 48 / **contribuição moderada/forte.**

Quadro 4: Coerência Externa Horizontal: Objetivos do Programa Operacional Regional do Alentejo, INALENTEJO e Estratégia de Desenvolvimento Regional.

Eixos Prioritários do Programa Operacional Regional do Alentejo	Estratégia de Desenvolvimento Regional ²²		
	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3
1.1. Incentivos à Inovação	●	●	●
1.2. Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	●	●	●

²² **Eixo 1 - Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego:** dinamizar e renovar as atividades económicas tradicionais, reforçando o domínio das cadeias de valor e dos fatores de competitividade; diversificar o perfil de especialização produtiva da região, potenciando atividades económicas emergentes de maior valor acrescentado e/ou maior intensidade tecnológica, e contribuindo para a criação de melhores empregos; Consolidar o papel do triângulo Sines/Beja/Alqueva, na renovação de diversas atividades económicas e na captação de investimento; dinamizar o sistema regional de inovação, através do aprofundamento da relação dos “centros de conhecimento” com a base económica regional; dotar a administração pública de uma maior eficácia, através da redução dos “custos públicos de contexto”; **Eixo 2 - Abertura da economia, sociedade e território ao exterior:** reforçar as redes de acessibilidade físicas e digitais que garantam à região maior mobilidade no contexto das redes nacionais e transeuropeias; captar atividades económicas associadas às vantagens logísticas da região, resultantes, quer da posição geográfica no eixo Lisboa/Madrid, quer na proximidade à A.M. de Lisboa; promover a integração da região em espaços e redes mais alargadas, através do aprofundamento da cooperação territorial, da internacionalização da economia e das novas tecnologias ligadas à “sociedade do conhecimento”; **Eixo 3 - Melhoria global da qualidade urbana, rural e ambiental:** reforçar a competitividade e atratividade das cidades como “motores” económicos do território, associando-as de forma inovadora e eficaz à região envolvente (complementaridade “urbano” + “rural”), como garante da coesão social e territorial; promover a obtenção de padrões de excelência ambiental através de uma gestão mais eficiente dos recursos naturais, antecipando e minimizando os efeitos das alterações climáticas.



1.3. Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
1.4. Apoio a ações coletivas	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.5. Economia digital e sociedade do conhecimento	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.6. Promoção da cultura científica e tecnológica e difusão do conhecimento	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.7. Apoio a entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.8. Infraestruturas científicas e tecnológicas	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.9. Áreas de acolhimento empresarial e logística	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.10. Parques de Ciência e Tecnologia	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.11. Energia	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
1.12. Promoção e capacitação institucional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.13. Apoios à modernização administrativa.	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.1. Rede de equipamentos culturais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.2. Saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.3. Património cultural	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
2.4. Ações de valorização do Litoral	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.5. Ações de valorização e qualificação ambiental	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
2.6. Gestão ativa de espaços protegidos e classificados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
2.7. Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos (imateriais).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.8. Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos (materiais)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.9. Reabilitação de locais contaminados e zonas extrativas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
2.10. Ciclo urbano da água	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
2.11. Otimização da gestão de resíduos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
2.12. Valorização económica em espaço rural	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
3.1. Requalificação da rede escolar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.2. Equipamentos para a coesão local	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.3. Infraestruturas e equipamentos desportivos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.4. Mobilidade Territorial	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
3.5. Ações inovadoras para o desenvolvimento urbano	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
3.6. Reabilitação e requalificação urbana	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.7. Iniciativa Jessica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



Por último, no decorrer da análise dos Eixos Prioritários traçados para o Programa Operacional Regional do Alentejo/Estratégia de Desenvolvimento Regional 2015, estes apresentam uma compatibilidade/contribuição forte/moderada, face aos resultados obtidos, tal como se pode observar:

Contribuição forte: 35 ●

Contribuição moderada: 26 ○

Contribuição nula/fraca: 32 ○

Total: 93 / **contribuição forte/moderada.**



Portugal 2020

Quadro 5: Coerência Externa Vertical: Objetivos Específicos Portugal 2020 e Estratégia Europa 2020

	Prioridades da Estratégia Europa 2020 ²³										
	Prioridade 1			Prioridade 2				Prioridade 3			
	Crescimento Inteligente			Crescimento Sustentável				Crescimento Inclusivo			
Objetivos Específicos do Portugal 2020	Objetivos										
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º
1.1. O reforço e a competitividade das pequenas e médias empresas, incluindo outros setores, como o agrícola, das pescas e da aquicultura.	○	●	●	○	○	○	○	●	○	○	○
1.2. O reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação;	●	●	○	○	○	○	○	○	○	○	○
1.3. Incremento dos transportes assentes numa perspetiva de sustentabilidade ao mesmo tempo que se pretendia eliminar obstáculos nas redes de infraestruturas;	○	○	○	●	○	●	●	○	●	○	○
1.4. Melhorar o acesso às tecnologias de informação a par da sua utilização e qualidade;	●	●	○	○	○	○	○	○	●	●	○
1.5. Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas, bem como das partes interessadas, paralelamente à eficiência da administração pública	●	●	○	○	●	●	○	○	○	○	●
2.1. Fomentar a sustentabilidade, a qualidade e condições de emprego e empregabilidade e mobilidade dos trabalhadores;	○	●	○	○	●	●	○	●	●	●	●
2.2. Promoção da inclusão social, combatendo a pobreza e a discriminação	○	●	○	○	○	○	○	●	●	●	●

²³ **Crescimento inteligente:** reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade; reforçar a competitividade das PME e dos sectores agrícolas (FEADER), das pescas e da aquicultura (FEAMP); **Crescimento sustentável:** apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores; promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos; proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos; promover transporte sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas; **Crescimento inclusivo:** promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral; promover a inclusão social e combater a pobreza; investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida e reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente.



3.1. Investimento na educação;	●	●	●	○	○	○	○	○	●	●	●	○
3.2. Investimento na formação;	●	●	●	○	○	○	○	○	●	●	●	●
3.3. Investimento na formação profissional com objetivo da aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida.	●	●	○	○	○	○	○	○	●	●	●	○
4.1. O apoio na transição de uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores;	○	○	○	●	●	●	●	○	○	○	○	○
4.2. Promoção da adaptação às alterações climáticas;	○	○	○	●	●	●	●	○	○	○	○	○
4.3. Prevenção e gestão de riscos;	○	○	○	●	●	●	○	○	○	○	○	○
4.5. Preservação e proteção do ambiente;	○	○	○	●	●	●	●	○	○	○	○	○
4.6. Incentivar à utilização eficiente dos recursos	●	●	●	●	○	●	○	○	○	○	○	●

No que se refere à articulação dos objetivos específicos do Portugal 2020 com as Prioridades da Estratégia Europa 2020, observa-se, face à análise realizada, que estes apresentam uma contribuição nula/fraca:

Contribuição forte: 44 ●

Contribuição moderada: 29 ○

Contribuição nula/fraca: 92 ○

Total: 165 / **contribuição nula/fraca**



Quadro 6: Coerência Externa Vertical: Objetivos Portugal 2020 e Programa Operacional Regional – Alentejo 2020

Objetivos Específicos do Portugal 2020	Eixos Estratégicos do Programa Operacional Regional do Alentejo 2020 – Alentejo 2020 ²⁴									
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º
1.1. O reforço e a competitividade das pequenas e médias empresas, incluindo outros setores, como o agrícola, das pescas e da aquicultura.	●	○	●	○	●	○	○	○	○	○
1.2. O reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação;	●	●	●	○	○	○	○	○	●	○
1.3. O incremento dos transportes assentes numa perspetiva de sustentabilidade ao mesmo tempo que se pretendia eliminar obstáculos nas redes de infraestruturas;	○	○	○	●	○	○	○	●	○	○
1.4. Melhorar o acesso às tecnologias de informação a par da sua utilização e qualidade;	●	●	●	○	○	○	○	●	●	○
1.5. O reforço da capacidade institucional das autoridades públicas, bem como das partes interessadas, paralelamente à eficiência da administração pública	○	○	○	○	○	○	○	○	●	○
2.1. Fomentar a sustentabilidade, a qualidade e condições de emprego e empregabilidade e mobilidade dos trabalhadores;	○	●	○	○	●	○	○	○	○	○
2.2. Promoção da inclusão social, combatendo a pobreza e a discriminação	○	●	○	○	○	●	○	○	○	○
3.1. Investimento na educação;	○	●	○	○	●	●	○	○	○	○
3.2. Investimento na formação;	○	●	○	○	●	●	○	○	○	○
3.3. Investimento na formação profissional com objetivo da aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida.	○	●	○	○	●	●	○	○	○	○
4.1. O apoio na transição de uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores;	○	○	○	●	○	○	○	●	●	○

²⁴ **Eixo 1:** Competitividade e Internacionalização das PME; **Eixo 2:** Capital Humano; **Eixo 3:** Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; **Eixo 4:** Desenvolvimento Urbano Sustentável; **Eixo 5:** Emprego e Valorização Económica dos Recursos Endógenos; **Eixo 6:** Coesão Social e Inclusão; **Eixo 7:** Eficiência Energética e Mobilidade; **Eixo 8:** Ambiente e Sustentabilidade; **Eixo 9:** Capacitação Institucional e Modernização Administrativa; **Eixo 10:** Assistência Técnica.



4.2. Promoção da adaptação às alterações climáticas;	●	○	●	●	●	○	●	●	○	●
4.3. Prevenção e gestão de riscos;	○	○	●	●	○	○	●	●	○	●
4.5. Preservação e proteção do ambiente;	○	○	●	●	●	○	●	●	●	●
4.6. Incentivar à utilização eficiente dos recursos	○	○	○	●	●	●	●	●	○	●

Na análise do Portugal 2020/Eixos Estratégicos do Programa Operacional Regional do Alentejo 2020 – Alentejo 2020, observa-se uma coerência moderada/forte, de acordo com os seguintes dados:

Contribuição forte: 41 ●

Contribuição moderada: 59 ●

Contribuição nula/fraca: 49 ○

Total: 134 / **contribuição moderada/forte**



Quadro 7: Coerência Externa Vertical: Objetivos Portugal 2020 e Estratégia de Desenvolvimento Regional – Estratégia Regional de Especialização Inteligente

Objetivos Específicos do Portugal 2020	Domínios da Estratégia de Desenvolvimento Regional – EREI ²⁵				
	Domínio 1	Domínio 2	Domínio 3	Domínio 4	Domínio 5
1.1. O reforço e a competitividade das pequenas e médias empresas, incluindo outros setores, como o agrícola, das pescas e da aquicultura.	●	●	●	●	○
1.2. O reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação;	●	●	●	●	●
1.3. O incremento dos transportes assentes numa perspetiva de sustentabilidade ao mesmo tempo que se pretendia eliminar obstáculos nas redes de infraestruturas;	○	○	○	●	○
1.4. Pretendia melhorar o acesso às tecnologias de informação a par da sua utilização e qualidade;	○	●	●	○	●
1.5. O reforço da capacidade institucional das autoridades públicas, bem como das partes interessadas, paralelamente à eficiência da administração pública	○	○	○	○	●
2.1. Fomentar a sustentabilidade, a qualidade e condições de emprego e empregabilidade e mobilidade dos trabalhadores;	●	●	●	●	●
2.2. Promoção da inclusão social, combatendo a pobreza e a discriminação	○	○	○	○	●
3.1. Investimento na educação;	○	●	○	●	○
3.2. Investimento na formação;	○	●	○	●	○
3.3. Investimento na formação profissional com objetivo da aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida.	○	○	○	●	○
4.1. O apoio na transição de uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores;	○	○	○	●	○
4.2. Promoção da adaptação às alterações climáticas;	○	○	○	○	○
4.3. Prevenção e gestão de riscos;	○	○	○	●	○

²⁵ **1.º Domínio da EREI:** Alimentação e Floresta; **2.º Domínio da EREI:** Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais; **3.º Domínio da EREI:** Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo; **4.º Domínio da EREI:** Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente; **5.º Domínio da EREI:** Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social.



4.5. Preservação e proteção do ambiente;	●	●	●	●	●
4.6. Incentivar à utilização eficiente dos recursos	●	●	○	○	●

Os objetivos definidos para o Portugal 2020 demonstram uma compatibilidade/coerência forte/moderada com os Domínios da Estratégia de Desenvolvimento Regional – Estratégia Regional de Especialização Inteligente, tal como se lê na seguinte análise:

Contribuição forte: 35 ●

Contribuição moderada: 17 ○

Contribuição nula/fraca: 23 ○

Total: 75 / **contribuição forte/moderada**



Quadro 8: Coerência Externa Horizontal: Alentejo 2020 e Estratégia de Desenvolvimento Regional – Estratégia Regional de Especialização Inteligente

Eixos Estratégicos do Programa Operacional Regional do Alentejo 2020 – Alentejo 2020	Domínios da Estratégia de Desenvolvimento Regional – EREI ²⁶				
	Domínio 1	Domínio 2	Domínio 3	Domínio 4	Domínio 5
1. Competitividade e Internacionalização das PME	●	●	●	●	●
2. Ensino e Qualificação do Capital Humano	○	○	○	○	○
3. Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	●	●	●	●	●
4. Desenvolvimento Urbano Sustentável	●	●	●	●	●
5. Emprego e Valorização Económica dos Recursos Endógenos	●	●	○	●	○
6. Coesão Social e Inclusão	○	○	○	○	○
7. Eficiência Energética e Mobilidade	●	●	●	○	●
8. Ambiente e Sustentabilidade	●	●	●	●	●
9. Capacitação Institucional e Modernização Administrativa	○	○	○	○	○
10. Assistência Técnica	○	○	○	○	○

Finalizada a análise dos Eixos Estratégicos do Programa Operacional Regional do Alentejo 2020 – Alentejo 2020/Domínios da Estratégia de Desenvolvimento Regional – Estratégia Regional de Especialização Inteligente, estes apresentam uma compatibilidade/contribuição forte/moderada, face aos resultados obtidos:

Contribuição forte: 27 ●

Contribuição moderada: 16 ○

Contribuição nula/fraca: 7 ○

Total: 45 / **contribuição forte/moderada**

²⁶ **1.º Domínio da EREI:** Alimentação e Floresta; **2.º Domínio da EREI:** Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais; **3.º Domínio da EREI:** Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo; **4.º Domínio da EREI:** Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente; **5.º Domínio da EREI:** Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social.



Por conseguinte, dada a conclusão da análise aos objetivos e eixos estratégicos consignados nos quadros de programação comunitária e programas operacionais regionais, entre 2007 e 2020, observa-se, referente ao primeiro período 2007-2013, que os dados obtidos na análise de coerência externa indicam que o Quadro de Referência Estratégico Nacional apresentam uma compatibilidade forte com as Prioridades Estratégicas traçadas para o mesmo Q.C., portanto, existe coerência e articulação entre os mesmos.

Neste seguimento, o Quadro de Referência Estratégico Nacional analisado na perspetiva da coerência externa, relativamente às Orientações Estratégicas da Política de Coesão, apresenta uma fraca contribuição em aproximadamente todos os objetivos específicos do QREN. Por outro lado, a orientação n.º 2 da Política de Coesão - **Melhorar os conhecimentos e a inovação em prol do crescimento**, revela de igual forma uma fraca coerência na sua maioria, contudo, existe um conjunto de objetivos específicos do QREN que são coerentes entre si com este segundo domínio. Os objetivos específicos do QCA em questão, relativos à coesão social, à empregabilidade, à igualdade de oportunidades e igualdade de género, mostram-se ser mais coerentes com as orientações estratégicas da 3.ª - **Mais e melhor emprego**.

De acordo com a análise de coerência, a nível de articulação vertical, o Eixo II do Programa Regional do Alentejo é aquele que revela menor compatibilidade/coerência com os objetivos do respetivo Q.C. Apenas o Eixo Estratégico da Assistência Técnica, demonstra uma contribuição dita moderada com todos os objetivos específicos do QCA, uma vez que é o eixo, como o próprio nome indica que presta assistência ao conjunto integral dos objetivos definidos para o Quadro de Referência Estratégico Nacional.

Verifica-se com a análise dos Eixos Prioritários traçados para o Programa Operacional Regional do Alentejo, relativamente aos três eixos definidos para a Estratégia de Desenvolvimento Regional 2015, uma compatibilidade forte a moderada, na sua maioria, apesar de, paralelamente se observar que não existe coerência entre determinados eixos do Inalentejo e da Estratégia abordada.

Tendo em consideração a análise realizada ao seguinte período, 2014-2020, mediante a abordagem de coerência **externa vertical**, ou seja, a análise a nível comunitário, no que se refere à articulação dos objetivos específicos do Portugal 2020



com as Prioridades da Estratégia Europa 2020, observou-se que na sua maioria estes apresentam uma contribuição nula entre si, embora as prioridades fixadas estejam orientadas para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Ainda neste âmbito, verificou-se uma coerência moderada a forte entre a maioria dos objetivos específicos definidos para o período correspondente ao Portugal 2020 e os Eixos Estratégicos do Programa Operacional Regional do Alentejo 2020 – Alentejo 2020. Por sua vez, os objetivos definidos para o Portugal 2020 demonstram uma compatibilidade/coerência entre forte a moderada com os cinco Domínios da Estratégia de Desenvolvimento Regional – Estratégia Regional de Especialização Inteligente, embora, se verifique, também, fraca coerência entre uns e outros.

No âmbito da análise de coerência horizontal, referente ao método de análise em termos regional, finalizada com a avaliação entre os Eixos Estratégicos do Programa Operacional Regional do Alentejo 2020, Alentejo 2020 e os Domínios da Estratégia de Desenvolvimento Regional, Estratégia Regional de Especialização Inteligente, estes são na sua maioria coerentes entre si.

Coerência Vertical – Inter níveis	Coerência Horizontal – Intra níveis
Os Objetivos Específicos do QREN e Objetivos do Programa Operacional Regional do Alentejo – INALENTEJO <i>Coerência moderada/forte</i>	Os Objetivos Específicos do QREN com as Prioridades Estratégicas do QREN <i>Coerência forte/moderada</i>
Os objetivos do Portugal 2020 com a Estratégia Europeia Europa 2020 <i>Coerência nula/fraca</i>	Os Objetivos Específicos do QREN e Orientações da Política de Coesão Europeia para 2007-2013 <i>Coerência nula/fraca</i>
Os objetivos do Portugal 2020 com os objetivos do Programa Operacional Regional – Alentejo 2020 <i>Coerência moderada/forte</i>	Os Objetivos dos Programa Operacional Regional – INALENTEJO e a Estratégia de Desenvolvimento Regional, 2015 <i>Coerência forte/moderada</i>
Os objetivos do Portugal 2020 com a Estratégia Regional de Especialização Inteligente (Região Alentejo) <i>Coerência forte/moderada</i>	Os objetivos do Programa Operacional Regional - Alentejo 2020 e Estratégia Regional de Especialização Inteligente <i>Coerência forte/moderada</i>

Quadro 9 – Coerência Vertical e Coerência Horizontal: Resultados da Análise de Coerência.

Fonte: Elaboração própria.



Face à questão “Como classifica o nível de coerência dos eixos de intervenção e objetivos estratégicos consignados nos quadros de programação comunitária, desde 2007, e os que foram estabelecidos para os programas operacionais regionais do Alentejo?”, contemplada no guião de entrevista, os entrevistados referiram as seguintes observações, nomeadamente, um conjunto de respostas na sua maioria, mais direcionadas para o Portugal 2020:

Articulação com as Estratégias Europeias:

E3: “(...) eu não tenho dúvidas nenhuma que sim, e tem havido esse esforço enorme (articulação), hum, de acompanhar, portanto, essas medidas (...)”;

E2: “(...) ehhhh, nós estamos (tosse) a um nível infra, Vila Viçosa precisa ainda de muitas infraestruturas básicas (...) é a esse nível que se tem de atuar, é ainda ao nível básico, o que às vezes depois esta um bocadinho desalinhado com aquilo que são já os objetivos do quadro comunitário e as exigências da Europa, se eu não tenho o básico, não posso chegar a esses níveis (...)”;

E4: “(...) saliento por ex a deslocação do Vereador com o pelouro da cultura e do turismo, a Bruxelas, onde participou numa iniciativa à qual o município aderiu no início deste ano, 2023, e que é “construir a Europa com os eleitos locais” (...) Portanto este projeto organizado pelo Comitê das Regiões e a Rede Europeia de eleitos locais e regionais, visa a criação de uma rede consistente de eleitos de diferentes autarquias portuguesas de modo a proceder a comunicação da EU e os municípios portugueses, dado que os eleitos locais (pausa) são os principais agentes na promoção e divulgação dos diferentes organismos e projetos europeus (...) Julgo que esta ponte comunicacional é crucial e poderá ser um grande motor do desenvolvimento local (...)”;

Articulação com as Estratégias Nacionais:

E1: “(...) MVV esta focado nisso, está focado nessa estratégia, primeiro esta focado em levar o património de VV a património da humanidade, está centradíssimo na estratégia do território região Alentejo, naquilo que é o património (...) novas dinâmicas empresarias (...)”;



Articulação com a Estratégia Regional de Especialização Inteligente:

E4: *“(...) o concelho e a sede de concelho continuam a perder população (...) cada vez temos menos jovens e mais idosos o que implica, em função disto, desenhar estratégias que fixem a população jovem no concelho (...)”*

E1: *“(...) há um claro foco com os domínios prioritários da EREI (...) a nossa estratégia esta muito vocacionada para no âmbito da especialização inteligente (...)”;*



IV Capítulo

Caracterização genérica do concelho de Vila Viçosa

4.1 Vila Viçosa e a sua história

O local de implantação da atual Vila Viçosa terá sido ocupado por diversos povos até à sua romanização, após o que sobreveio, por volta de 715, a presença árabe até 1217. A fundação medieval de Vila Viçosa encontra-se documentada pelo foral que em 1270 lhe foi atribuído, por D. Afonso III. Com a outorga da carta afonsina e com a edificação do primitivo castelo, por D. Dinis, encontravam-se reunidas as condições para o desenvolvimento do “Vale Viçoso”.

A história e o crescimento de Vila Viçosa são indissociáveis da Casa de Bragança, a grande casa senhorial do reino. Para compreender a *vila ducal* teremos sempre que nos apoiar em acontecimentos ligados à Corte Ducal, sobretudo, a partir de 1501, quando se inicia a construção do Paço Ducal, através de D. Jaime, 4.º Duque de Bragança. As campanhas de engrandecimento e melhoramento seguiram-se ao longo dos séculos XVI e XVII, conferindo ao edifício a dimensão e as características atuais. A fachada com 110 metros de comprimento é única na arquitetura civil portuguesa e revela inspiração clássica.

São muitas as expressões patrimoniais, históricas, artísticas e culturais que fazem de Vila Viçosa um dos principais destinos turísticos do Alentejo, com destaque para: a singularidade da sua matriz urbanística; os maravilhosos monumentos, como o Terreiro Ducal de Vila Viçosa, considerado uma das mais belas praças-rossio do País, a Porta dos Nós, o Pelourinho e o Cruzeiro da Serpente, entre outros que conformam um mostruário de formas e de estilos artísticos; as artes decorativas; a arquitetura abaluartada, sobretudo, o Castelo Artilheiro; as edificações religiosas; conjunto de casas senhoriais, dispersas pelas típicas ruas, avenidas e praças; a qualidade das coleções dos núcleos museológicos; o encanto dos jardins e a riqueza paisagística e espaços de singular beleza natural, como é o caso da Tapada Real.

Importa referir que a *Princesa do Alentejo*, como é designada, é um caso de exceção e tradição religiosa nacional, dado que em 1646, Nossa Senhora da Conceição é declarada, pelo Rei D. João IV, Padroeira e Rainha de Portugal. Por outro lado, a forma



como nasceu e se desenvolveu ao longo dos tempos, foi profundamente condicionada pela natureza geológica que, em nenhum outro lugar da geografia nacional e mundial, se manifesta como na *Capital do Mármore*, através de um subsolo rico em mármore. Vila Viçosa tem no setor das rochas ornamentais um importante suporte da economia local.

E, depois de descobrir este património monumental, resulta incontornável provar a rica e variada gastronomia local e a doçaria, fortemente marcada pela cultura conventual.

Hoje, o património cultural de Vila Viçosa constitui um caso singular de autenticidade e integridade pelo que chegou aos nossos dias, continuando a influenciar o carácter e a vivência da vila ²⁷.

4.2 Enquadramento geográfico e população

De acordo com o último diagnóstico social do concelho de Vila Viçosa, datado de 2015, pode ler-se que, Vila Viçosa, se encontra “numa planície ao sopé das vertentes orientais da pequena serra de Borba, onde se formam dois vales, pelos quais correm, na estação das chuvas, vários ribeirinhos, em direção ao levante, indo depois unir-se e desaguar na ribeira de Borba” (CLAS VV, 2015). Sob um facto histórico, Vila Viçosa é resultado do nome “Vale Viçoso” aquando do tempo dos mouros no Alentejo, resultando das conquistas dos portugueses, quando recebeu o foral de concelho perfeito.

Enquanto território, o concelho de Vila Viçosa é um dos 14 concelhos da sub-região do Alentejo Central (NUT III) e confina a norte com o concelho de Elvas e a Sul com o concelho de Alandroal, a nascente fica a Estremadura espanhola e a poente o concelho de Borba, ficando a 54 km de Évora, capital de distrito e cerca de 200 km de Lisboa. Vila Viçosa dista da fronteira espanhola aproximadamente 50 km.

²⁷ Texto elaborado pelo Dr. Licínio Lampreia, em conjunto com a Técnica Superior de História, Dr.ª Inês Borrões, como contributo de ambos para a presente Dissertação.

A Dr.ª Inês Borrões desenvolve funções no âmbito da Cultura e Património, em conjunto com o Dr. Licínio Lampreia, na Câmara Municipal de Vila Viçosa.

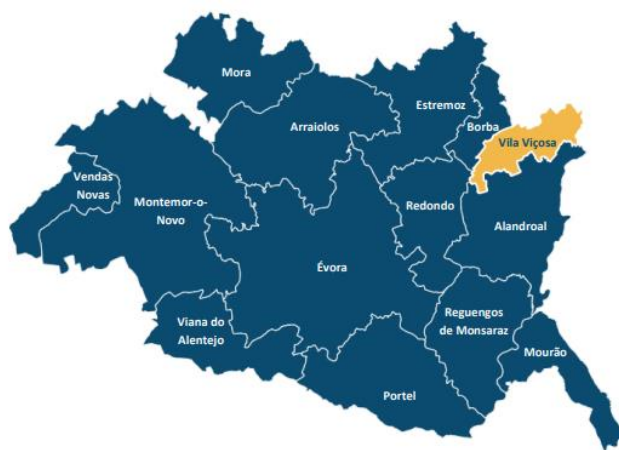


Figura 11 Mapa Alentejo Central;

Fonte: Município de Vila Viçosa, Plano Estratégico de Marketing Territorial, 2021, p. 27.

Demograficamente, o concelho de Vila Viçosa apresenta, de acordo com os dados dos Censos realizados em 2021, uma densidade populacional de 37,9 habitantes por km², o que se traduz em 7.387 pessoas. No seguimento dos mesmos dados, Vila Viçosa “representa cerca de 0,07% da população total de Portugal, 1,05% da Região Alentejo e 4,84% da sub-região do Alentejo Central, sendo o sexto concelho com mais população desta sub-região” (MVV, Plano Estratégico de Marketing Territorial, 2022, p. 27).

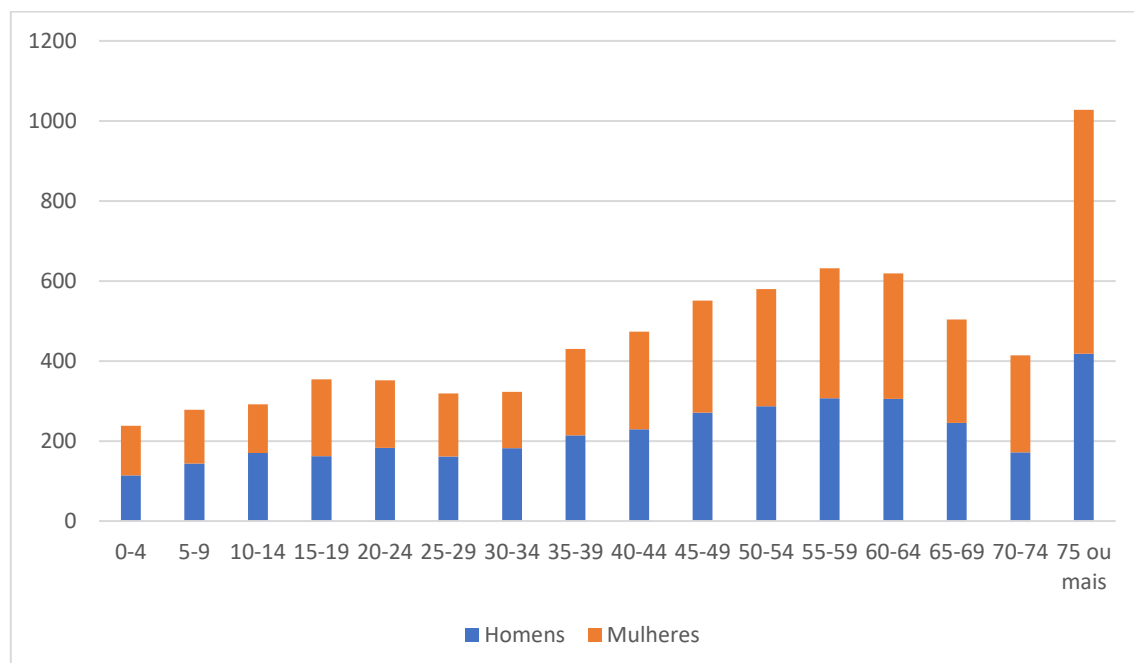


Gráfico 1 – População residente no concelho de VV por grupo etário e idades, segundo os últimos censos (2021).

Fonte – Elaboração própria com recurso aos dados disponibilizados no PORDATA e Instituto Nacional de Estatística.



De acordo com os dados apresentados no gráfico (1) acima, observa-se que o grupo etário com maior número de população é o de “75 ou mais anos”, sendo esse número inferior, comparativamente às faixas etárias entre os 15 e os 64 anos, que representam a população em idade ativa.

Índices	Densidade populacional	População residente	Taxa de Variação	Índice de envelhecimento	Índice de dependência total	Índice dependência jovens	Índice dependência idosos	Índice de longevidade
Anos								
2001	45,5%	8871	-2,2%	134,3	50,8%	21,7	29,1	43,2
2011	42,7%	8319	-6,2%	183,9	56,8%	20,0	36,8	50,7
2021	37,9%	7387	-11,2%	240,8	59,4%	17,4	42,0	52,8

Tabela 1 – Indicadores demográficos – 2001, 2011 e 2021.

Fonte: PORDATA e INE – Recenseamentos Gerais da População.

Relativamente à tabela 1, face aos dados apresentados, resulta a observação do aumento do índice de dependência total, em 2021, face aos anteriores anos em que houve recenseamento da população. De salientar que há dados evidentes como a perda de população no concelho, em comparação com o ano de 2011 com uma taxa de variação de -11,20%, respetivamente ao ano de 2021. Ademais os números relativos ao índice de envelhecimento demonstram que em 2021, por cada 100 jovens, havia 240 idosos. Lê-se, portanto, que Vila Viçosa tem um acentuado envelhecimento da população. Esse facto deve-se a um conjunto de fatores vários, mas situações como as poucas ofertas de emprego existentes no concelho, ou o emprego precário, faz com que a população jovem não se fixe no concelho e parta em busca de melhores condições de vida.



Atualmente, de acordo com dados do PORDATA, a esperança média de vida encontra-se nos 81,0 anos. Contudo é no sexo masculino que esta taxa é inferior, 78,1 anos, relativamente ao sexo feminino, que vai ao encontro dos 83,5 anos.

Sendo o índice de longevidade aquele que representa a relação entre a população mais idosa e a população idosa, lê-se na tabela que o respetivo índice tem vindo a aumentar, comparativamente ao longo dos últimos 30 anos, e tendo em conta os indicadores mais atuais, relativos ao ano de 2021, a população encontra-se mais próxima de ultrapassar a esperança média de vida, comparativamente há 20 anos atrás.

4.3 Estrutura económica e emprego

No concelho de Vila Viçosa, o grosso da população está empregada nos serviços (64%), seguindo da indústria e construção (29.1%) e no setor da agricultura e pescas (6.9%)²⁸. Portanto, quanto aos setores de atividade económica no concelho, e como representado no gráfico abaixo, em 2021, relativo às profissões, o setor secundário representava o maior número de população empregada, seguindo-se o setor da área social, como um dos grandes empregadores da população do concelho e concelhos limítrofes.

²⁸ Dados facultados pelo Município e GIP de Vila Viçosa.

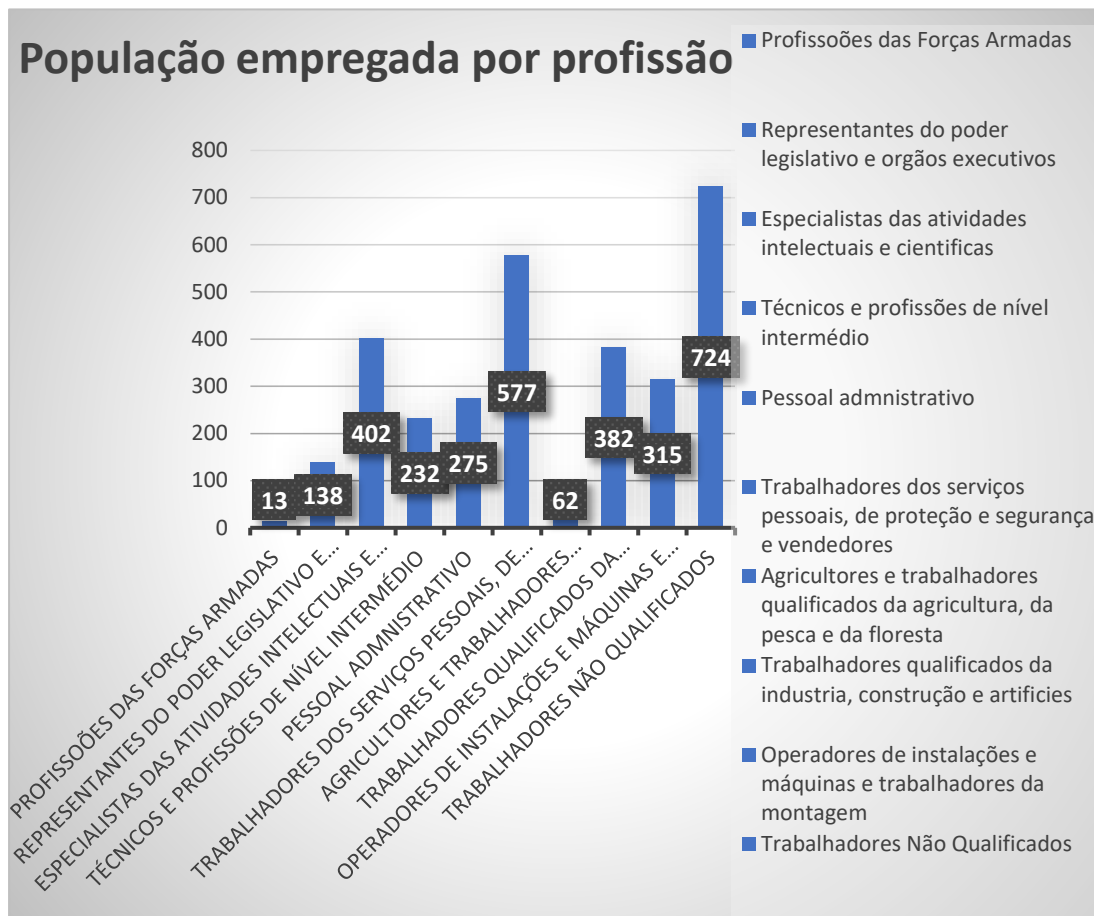


Gráfico 2: População empregada por profissão.

Fonte – Censos 2022, INE.

Economicamente o concelho está ligado a setores dos industriais, como os mármoreiros ou outros, o setor do turismo e o setor da agropecuária e, segundo informação lida nos dados dos últimos censos, são 3120 as pessoas empregadas, que trabalham em casa, na freguesia onde residem, ou no município, mas em outra freguesia, ou num município vizinho, outros no estrangeiro. Ademais há população que não tem trabalho fixo, como confirma o quadro abaixo representado. De salientar, de acordo com os dados demonstrados que existe um número bastante significativo da população que trabalha em outro concelho/município.

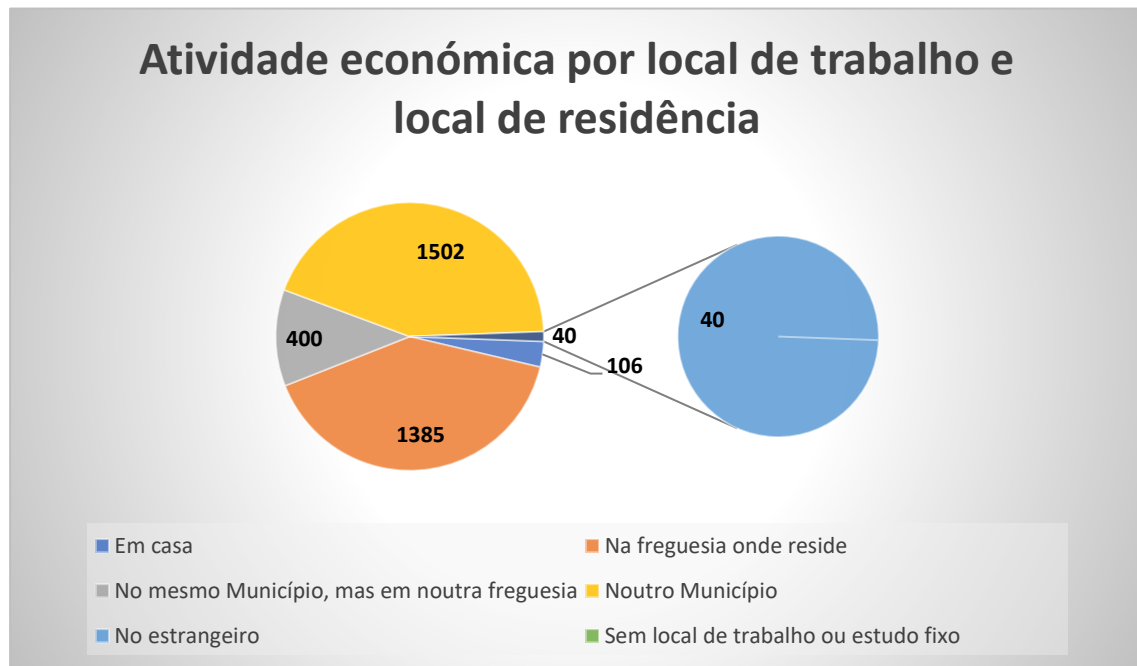


Gráfico 3 – Atividade económica por local de trabalho e local de residência.

Fonte: Censos 2021, INE.

No que concerne aos dados relativos aos níveis de desemprego no concelho, em dezembro de 2022, de acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional²⁹, registava-se no concelho, um total de 167 pessoas desempregadas, sendo que Vila Viçosa, de acordo com as mesmas listagens, se encontra na 6.^a posição, relativamente aos números referentes ao total de desempregados, no que concerne aos 14 municípios do Alentejo Central, de acordo com a informação recolhida no IEFEP, I.P.

²⁹ Disponível em: <https://www.iefp.pt/estatisticas>.

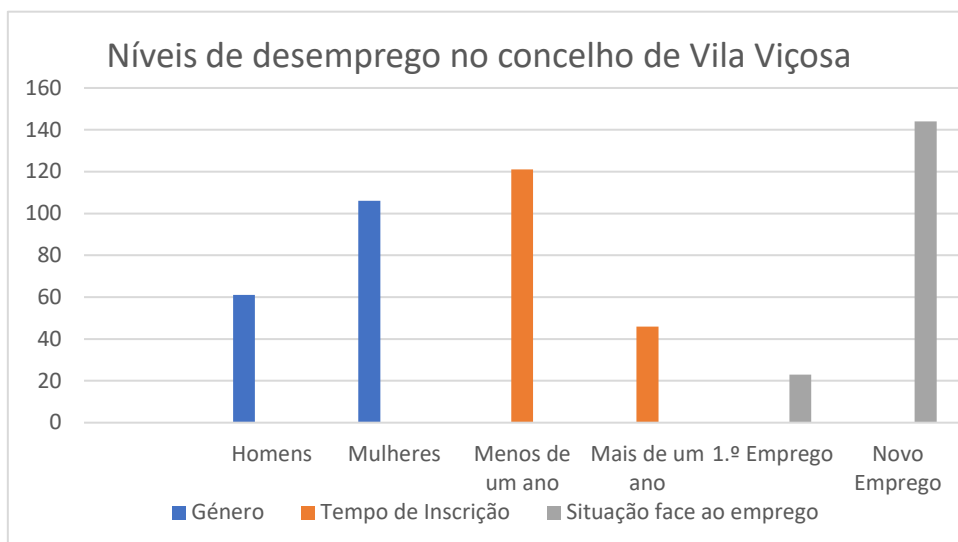


Gráfico 4 – Níveis de desemprego no concelho de Vila Viçosa.

Fonte: IEFP, I.P. online.

Face ao demonstrado no gráfico 4 – Níveis de desemprego no concelho de Vila Viçosa, observa-se que o maior número de pessoas inscritas no Instituto do Emprego e Formação Profissional é do sexo feminino (106) representando aproximadamente **63.47%** do total de desempregados (167), uma vez que os 61 restantes são do sexo masculino. Relativamente ao tempo de inscrição, cerca de 121 pessoas estão inscritas há menos de um ano e 46 há mais de um ano, considerando-se esses o conjunto de desempregados de longa duração. Por último, no gráfico apresentam-se também os números relativos à população inscrita, há procura do primeiro emprego (23) e os restantes que já trabalharam e procuram um novo emprego (144). Constata-se, por conseguinte, que o grupo maioritário de pessoas desempregadas são mulheres, desempregados há menos de um ano e há procura de novo emprego.

Tal situação deve-se ao facto da pouca oferta de emprego no concelho, uma vez que maioritariamente, sendo o setor dos mármore, um dos principais empregadores, é também uma das áreas que a população desempregada evita³⁰, por diversos motivos, embora possamos referir o risco, como fator associado a algumas das práticas profissionais que se desempenham na área identificada. Importa, de igual forma, referir

³⁰ Informações consultadas no último Relatório de Execução do CLDS 4G de Vila Viçosa, datado de junho de 2023, apresentado em reunião de CLAS no mesmo mês.



que é em grande escala um trabalho exercido por indivíduos do sexo masculino, não sendo procurado por mulheres.

De acordo com alguns dados recolhidos acerca da temática emprego, as ofertas de trabalho mais rejeitadas pelos desempregados, são trabalhos das pedreiras, serralheiros civis e os trabalhos relacionados com a construção civil e restauração, um facto reforçado pelo parágrafo anterior.

Ademais, verifica-se também carência de Técnicos Superiores em áreas como a saúde, de acordo com constrangimentos identificados pelas IPSS do concelho. Por outro lado, as empresas do concelho manifestam dificuldades em encontrar técnicos qualificados nas áreas das ciências económicas, tornando-se um facto, a dificuldade existente para as instituições e empresas arranjamem mão-de-obra qualificada, em áreas específicas. Para além do referido, do mesmo modo, existe uma descoincidência entre a oferta de emprego disponível e a que a população desempregada procura ou aspira.

No decorrer da investigação, no mês de julho, consultou-se, novamente, as estatísticas do IIEFP, I.P., e a taxa de desemprego em Vila Viçosa diminuiu aproximadamente 12,2% em relação a dezembro de 2022, o que equivale a 132 desempregados inscritos no centro de emprego. Dado este facto, por ventura, um dos fatores que pode justificar esta diminuição tem que ver com o **trabalho sazonal**, durante os meses de verão, leia-se até setembro, nos setores agrícola. Conjuntamente, podendo ser configurado como trabalho sazonal, também o setor do turismo emprega população durante os meses anteriormente referidos, podendo até, serem estendidos ao seguinte ciclo de época alta, uma vez que é uma oferta de emprego relativamente procurada no concelho, inclusive pela população mais jovem.

4.4 Equipamentos e respostas sociais no concelho

Concluída a análise realizada até ao momento, considerou-se importante incluir na investigação uma abordagem à rede de equipamentos e respostas sociais existentes no concelho de Vila Viçosa, o que de forma paralela, pretende, ao mesmo tempo evidenciar e rever potencialidades e/ou carências existentes no concelho. De referir, mais uma vez, que este setor também é um dos maiores empregadores do concelho.

No âmbito de respostas sociais, existem no concelho, um par de Instituições Particulares de Solidariedade Social. A Santa Casa da Misericórdia conta com valências



para a Infância Juventude e Idosos, bem como a prestação de cuidados de saúde em valências próprias.

Também esta tem beneficiado do apoio dos fundos comunitários, ainda que em número reduzido, mas concretizaram-se projetos, candidatados e aprovados, no âmbito do bem-estar social, da promoção de estilos de vida saudáveis, e por último numa ótica diferente, no âmbito do desenvolvimento do concelho. A Cáritas Paroquial de Vila Viçosa tem, igualmente, respostas de cariz social e valências destinadas á terceira idade. A nível de projetos ou programas candidatados, aos FEEI, não se regista qualquer informação.

Existem outras instituições, mas direcionadas para os cuidados de saúde, como é o caso da Cruz Vermelha. Já a Fundação UNITATE tem como missão, sendo também uma IPSS, promover o seu trabalho através do (...) desenvolvimento da economia social em Portugal mediante a prossecução de estratégias e ações focadas na capacitação das organizações da sociedade civil” (Fundação UNITATE, 2023).

Portanto, apresenta fatores de distinção, uma vez que trabalha numa abordagem centrada na inovação social, segundo eles, não seguindo o padrão tradicional da área social. Neste sentido, constitui-se como uma ferramenta importante no desenvolvimento do concelho, tendo já projeto para construção de uma ERPI e de uma instituição de apoio a pessoas portadoras de deficiência. Ademais, por informação dos próprios, encontra-se em curso a elaboração de uma candidatura à 9.ª Geração do Programa Escolhas, que a ser aceite, constitui-se como uma estratégia de intervenção na comunidade, nas áreas da educação e emprego, e cidadania.

É de destacar que no concelho de Vila Viçosa, existe uma extensão do Centro de Emprego de Estremoz, o Gabinete de Inserção Profissional, resultado de uma candidatura anual promovida pelo Município.



V Capítulo

Dinâmica Municipal: Projetos candidatados, financiados e executados

Considerando um dos objetivos específicos estabelecidos - Mapear os projetos candidatados, financiados e executados, por fundos comunitários, entre 2007 e 2020, quer no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007/2013, quer no Portugal 2020 – 2014-2020, de acordo com as técnicas de recolha de dados definidas, nomeadamente, a obtenção de informação em bases de dados específicas de ambos os Quadros Comunitários e Programas Operacionais Regionais, e posteriores contactos com as entidades – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Alentejo e Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, que de uma forma mais pormenorizada disponibilizaram informação acerca da dinâmica municipal, no que concerne aos projetos que, nas datas acima mencionadas foram realizados.

Acrescenta-se que no âmbito da dinâmica municipal, é de salientar e referir como funciona a orgânica das candidaturas aos fundos comunitários. Em resposta a um pedido de esclarecimentos à CIMAC, questionou-se a Comunidade Intermunicipal, relativamente aos projetos candidatados, financiados e executados em parceria com o Município de Vila Viçosa, ao abrigo do QREN e do Portugal 2020.

Em conformidade com o exposto, a CIMAC na sua qualidade de Organismo Intermédio assegura a análise de candidaturas e o acompanhamento da sua execução física e financeira apenas para as áreas que foram subvencionadas junto do Programa Operacional Regional do Alentejo, INALENTEJO e Alentejo 2020, e que ao mesmo tempo correspondem a uma parte restrita dos fundos comunitários providenciados para o QREN e Portugal 2020.

Importa assinalar que a CCDRA é um organismo público de administração indireta do Estado, tendo como principais propósitos, os seguintes³¹:

- “Definir e executar as respetivas estratégias de desenvolvimento regional;
- Integrar e articular territorialmente políticas públicas indispensáveis à execução das políticas de desenvolvimento regional nos domínios do

³¹ Informação consultada e retirada do site da CCDRA. Disponível em: <https://www.ccdra-a.gov.pt/missao-e-atribuicoes/>



ambiente, cidades, economia, cultura, educação, saúde, ordenamento do território, conservação da natureza, e agricultura e pescas;

- Assegurar o planeamento e a gestão da política de coesão no âmbito dos programas regionais, e dos programas de cooperação territorial europeia, enquadrados nos ciclos de programação das políticas da União Europeia, tendo em vista o desenvolvimento económico, social e cultural dos territórios que constituem as respetivas circunscrições;
- Apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações” (CCDRA, 2023).

Todavia, em função do objeto de estudo definido, podem-se ainda destacar outras funções da CCDRA, direcionadas em concreto à “Dinamizar e promover a mobilização de fundos nacionais e europeus, bem como as necessárias políticas públicas com o objetivo de contribuir para a competitividade económica, social e para a coesão territorial, assegurando, nomeadamente, as responsabilidades de gestão que lhe sejam confiadas no âmbito da política de coesão e da política agrícola comum da União Europeia” e Assegurar a coerência do sistema de gestão territorial, garantindo a articulação dos instrumentos de gestão territorial, elaborando, monitorizando e avaliando os de âmbito regional, bem como acompanhar a elaboração dos instrumentos de gestão territorial de âmbito intermunicipal e municipal” (CCDRA, 2023).

Em conformidade com os dados obtidos, entende-se que o Município de Vila Viçosa candidata o projeto, envia para a CIMAC – OI, que revê e analisa a proposta, seguindo a mesma para a Comissão Diretiva da CCDRA que delibera e informa, numa fase posterior, o Município. Importa ressaltar, o facto de este processo não ser igual em todas as candidaturas elaboradas. Na sua maioria, este ciclo destina-se a candidaturas ao PO Regional do Alentejo



Figura 12 – Exemplo de ciclo de uma candidatura/projeto aos Fundos Comunitários.

Fonte: Elaboração própria através da recolha de informação e dados na CCDRA.



Antes de se iniciar a análise aos projetos candidatados, executados e financiados pelo MVV, importa mencionar que, de acordo com o acompanhamento que as CIM's proporcionam aos Municípios, relativamente ao concelho de Vila Viçosa, segundo a entidade responsável pelo Alentejo Central, não houve qualquer acompanhamento por parte dos mesmos a algum projeto candidato pela autarquia, no período de programação do Portugal 2020.

Aliado a esse facto, é reforçado pelos entrevistados que no Município de Vila Viçosa: *“(...) não temos tradição aqui de investimento com fundos comunitários (...) infelizmente muito baixa (...) nos últimos dois quadros comunitários, aqui não se investiu praticamente nada (...) quando cheguei ao município (2021) havia dois projetos candidatados, um que era o largo, o Rossio, meter umas fontes, a reabilitação do Rossio e não havia sequer projeto de execução e tinham de estar prontos (...).”* (excerto da entrevista do entrevistado #2).

Por outro lado, na mesma linha de pensamento: *“(...) de um modo geral julgo que o MVV já detém um bom número de candidaturas aprovadas, quer enquanto beneficiário, quer enquanto parceiro ou promotor (...) então (pausa) no âmbito do Portugal 2020, o MVV tem uma taxa de execução muito baixa ... melhorou a partir do 2.º semestre de 2021 com uma nova postura e um outro olhar para os fundos comunitários (...).”* (excerto da entrevista do entrevistado #4).



Constata-se que o Município apresenta uma baixa taxa de execução de candidaturas aos fundos comunitários, nos períodos analisados, pese embora, tenham existido projetos executados, segundo os dados recolhidos através do mapeamento dos mesmos e demonstrados de seguida.

5.1 Projetos Candidatados pelo Município de Vila Viçosa

Numa primeira fase consultaram-se os projetos candidatados, entre 2007 e 2020, recorrendo à consulta e análise das listas de operações aprovadas (QREN), em formato *Excel*, disponíveis, também online, e de igual forma, as bases de dados (QREN), referentes a projetos realizados, no âmbito das orientações comunitárias e nacionais, no concelho de Vila Viçosa.

Ao abrigo do QREN e do Programa Operacional do Alentejo, o Município de Vila Viçosa enquanto entidade promotora, candidatou no eixo II – Valorização do Espaço Regional um projeto:

- Extensão de Saúde de Bencatel - Concelho de Vila Viçosa, com um investimento elegível aprovado na ordem dos 108 140€, sendo que o Fundo Comunitário – Fundo de Coesão para a Proteção e Valorização do Ambiente aprovou 91 919€.

No eixo III – Coesão Local e Urbana, candidataram-se três projetos, ao abrigo do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Programa Operacional Temático Valorização do Território:

- Museu do Mármore de Vila Viçosa - 1ª Fase: investimento aprovado é de 248 134€ e o fundo comunitário aprovou na ordem dos 210 914€.
- Centro Multiusos de S. Romão: 250 000€ no âmbito do investimento elegível aprovado e 212, 500€ financiado e aprovado pelo fundo comunitário.
- Casa da Cultura de Bencatel contou com um investimento elegível aprovado e com o financiamento do FEDER igual ao referido no ponto anterior.

Além destas, no âmbito do POPH foram apresentadas duas candidaturas relativas a “Estágios Profissionais na Administração Pública Local”, as quais financiadas pelo FSE, com valores diferentes, uma vez que a candidatura elaborada em 2009 contou com um investimento aprovado de 42 677, 92€ - FSE aprovou 29 874, 54€.



A segunda candidatura elaborada, aprovada e executada, no ano de 2011, foi alvo de um investimento elegível por volta dos 11 136,10€ sendo que o FSE aprovou 7, 795, 27€.

Por outro lado, Vila Viçosa, enquanto entidade beneficiária, através da Administração Regional de Saúde do Alentejo candidatou a construção do Centro de Saúde de Vila Viçosa.

Relativamente a outros setores, organizações ou instituições, sem ser o Município de Vila Viçosa, existentes no concelho, observam-se um conjunto de projetos candidatados, num total de 20, aproximadamente, por várias empresas ligadas aos setores da indústria, dos mármore e da hotelaria, enquadrados no Eixo I – Competitividade, Inovação e Conhecimento, do QREN. Também a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Viçosa realizou uma candidatura no Eixo em questão e no âmbito do mesmo.

Neste seguimento, no Portugal 2020, Quadro de Programação para o período 2007-2014, contabilizam-se um total de 21, as candidaturas apresentadas à CCDRA, pelo Município de Vila Viçosa.

De uma lista extraída do Balcão 2020, ou atual Balcão dos Fundos, através da recolha de informação na Câmara Municipal de Vila Viçosa, lê-se que dos 21 projetos candidatados, treze se enquadravam no Programa Operacional do Alentejo, outros quatro no POSEUR e um no POAT e no FSUE e outros dois no âmbito do DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária.

Um dos projetos candidatados ao Alentejo 2020 – “Reabilitação do Largo Gago Coutinho”, com um apoio solicitado de 489 914,00€, não avançou por pedido de desistência do próprio Município de Vila Viçosa, em junho de 2017.

Foram candidatados projetos ao programa temático POSEUR, com a designação da operação “Construção da ETAR de Pardais e Ciladas” e “Reabilitação/Substituição de Equipamentos na ETAR de Bencatel” que nunca foram aprovadas, por carência de projetos técnicos³². Contudo, foram solicitados apoios para ambas na ordem dos 79 305, 00€ e 128 559, 00€, e 38 250, 00€, respetivamente.

³² Informação prestada pela CCDRA, na pessoa da Dr.ª Maria do Carmo Ricardo. O termo “projetos técnicos” refere-se ao projeto de execução de uma candidatura.



Outro projeto candidatado pelo MVV, enquanto único beneficiário, e ao abrigo do Alentejo 2020, foi a “Requalificação urbanística envolvente aos Campos de Jogos e Cruzeiro da Lapa”, que se encontrava em execução à data de 2016, com um pedido de apoio entre os 226 075, 47€, com fundo aprovado no valor de 123 798, 00€.

Em termos de projetos candidatados para revalorizações, o MVV candidatou por duas vezes, em anos diferentes, a “Revalorização do Largo D. João IV”. Numa primeira vez, em 2016, a candidatura anulada, por motivos de não submissão dos termos de aceitação previstos, apresentava um apoio solicitado e aprovado de 259 165, 00€. Em 2021, a mesma candidatura volta a ser apresentada, no mesmo valor, embora tenha sido rescindida/revogada por parte do Município, com objetivo de cabimentar a respetiva verba para outra candidatura, nos termos da devida legislação.

Em 2017, foi candidatado ao Alentejo 2020, ao abrigo do FEDER, a “Reabilitação de 14 habitações – Reabilitação do Bairro Social da Zona Sul do Mercado – Portas Verdes”, com um apoio solicitado e aprovado na ordem dos 350 000, 00€, tendo a mesma sido rescindida/revogada por ausência do início das obras de execução determinadas no prazo de 180 dias após celebração do respetivo termo de aceitação.

Outro projeto candidatado, mas que não passou da fase de preenchimento do formulário de candidatura ao PO Alentejo, refere-se às Piscinas Municipais, ao abrigo do concurso “Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local”.

Verificam-se outras candidaturas/projetos neste quadro comunitário, que não foram aprovadas, ou aceites, anuladas/rescindidas por motivos inerentes ao próprio Município, os quais se justificam pela desistência a meio das candidaturas, ou pela ausência de respostas quando pedidas pela CCDRA.

5.2 Projetos Financiados e Executados pelo Município de Vila Viçosa

No que concerne aos projetos abordados no ponto anterior, a nível de execução e por sua vez, financiamento, no período anterior (2007-2013), os projetos financiados no Quadro de Referência Estratégico Nacional são evidenciados no ponto seguinte, como projetos executados.

No Quadro Comunitário – QREN, foram executadas as seguintes operações:



Figura 13 - Listagem de operações/projetos executados ao abrigo do QREN, entre 2007 e 2013, em Vila Viçosa.

Fonte: Câmara Municipal de Vila Viçosa e CCDRA.

Em outros projetos e como parceiro, nas datas compreendidas entre 2007 e 2013, o Município de Vila Viçosa integrou parcerias na concretização de três, conforme indicados de seguida e de acordo com dados prestados pela CIMAC:

- Eficiência Energética na Iluminação Pública no Alentejo Central
- Modernização, qualificação e simplificação do atendimento aos cidadãos
- eGOVAC 2010 - Modernização Administrativa ³³.

³³ Dados obtidos por meio de pedido de informação e esclarecimentos à CIMAC.



No Portugal 2020, foi financiado a Requalificação Urbanística Envolvente aos Campos de Jogos e Cruzeiro da Lapa e a Reabilitação do Cineteatro Florbela Espanca de Vila Viçosa. A obra do Cineteatro previa um apoio solicitado de 395 000,00€, aproximadamente, com um apoio validado de 438 125,00€.

O MVV também integrou parcerias na realização de três projetos:

- Centros de Acolhimento Turístico e Interpretativos de Évora e Alentejo Central;
- Fora de Cena - Programação Cultural em Rede;
- Reestruturação do Ambulatório do Hospital de Elvas em Unidade de Alta Resolução³⁴.

A nível de IPSS, de igual forma, embora com muito poucas candidaturas, segundo dados recolhidos através das entrevistas e outros, houve uma candidatura ao abrigo do Portugal 2020, do Programa Operacional para Inclusão Social e Emprego, os Contratos Locais de Desenvolvimento Social. Estes são instrumentos financiados pelos Fundos Estruturais de Investimento, em concreto pelo Fundo Social Europeu e, embora de forma menor existe, também, uma contribuição nacional. Esta tipologia de operações configura-se como uma política pública, com o objetivo de promover a inclusão social de grupos populacionais que revelem um maior nível de fragilidades e limitações.

Com uma área da atuação ao nível do emprego, das famílias, do envelhecimento e de zonas afetadas por calamidades, esta tipologia de operação/projeto procura suprimir e dar resposta às necessidades dos territórios em que atua, face à elaboração de um diagnóstico prévio, sendo que é a Câmara Municipal de Vila Viçosa a entidade promotora e a Santa Casa da Misericórdia, entidade executora.

No caso concreto de Vila Viçosa, como exemplo do que se pode considerar uma dinâmica de intervenção territorial, olhando para determinadas carências do concelho, através de um diagnóstico pré elaborado, a metodologia desenvolvida pelo CLDS contribuiu para a promoção do desenvolvimento local do concelho, a nível de um conjunto de fatores como a empregabilidade e qualificação, em parte de um número relevante da população desempregada, e a nível da coesão social, através da inclusão dos públicos mais vulneráveis na comunidade.

³⁴ Dados obtidos por meio de pedido de informação e esclarecimentos à CIMAC.



Embora certos da existência de um conjunto de constrangimentos e limitações, no período estudado, face aos dados obtidos por meio das entrevistas realizadas, a título de exemplo, o **entrevistado #1**, identificou a crise em 2008 e os sucessivos endividamentos do país, também a Pandemia Covid 19, em 2020 e outros fatores, fizeram com que o Município de Vila Viçosa fosse um dos catorze do Alentejo Central³⁵, com menos candidaturas aprovadas e executadas.

Contudo, importa salientar, através das informações obtidas, que relativamente a alterações a nível regional e municipal, o atual Executivo está empenhado em alterar a dinâmica que até à data existia, e promover um desenvolvimento, alinhado com as potencialidades do concelho, e, não menos importante, com o máximo recurso aos financiamentos do novo quadro comunitário – Portugal 2030 e outros existentes, como é o caso do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) - “(...) *houve mais ambição deste município (...) pronto, aquilo que há, ahhh, é essencialmente um reforço bastante significativo em relação aquilo que vinha do passado. ou seja, no passado optou-se muito por fazer intervenções até com recursos próprios do município, e não tanto alavancados com fundos comunitários, foi uma opção, uma opção política (pausa) a opção atual é alavancar ao máximo, é tentar alavancar o máximo de projetos em vila viçosa, utilizando o instrumento que os municípios tem direito que são os fundos comunitários, eles servem precisamente para a convergência (...)*” (excerto da entrevista ao entrevistado #1).

Do mesmo modo, a **entrevistada #4** reforça as questões referentes às alterações a nível municipal, dizendo que “(...) *as mudanças ou alterações verificaram-se pela ação dos atuais eleitos e à dinâmica funcional com que se perspetivam face aos apoios dos fundos comunitários (...)*”.

³⁵ A fonte da respetiva afirmação surge no contacto com a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central – CIMAC, relativamente ao concelho em estudo.



VI Capítulo

Instrumentos de Planeamento Municipal: Constrangimentos e Fatores Potenciadores de Dinâmica Territorial

Pretende-se com este capítulo demonstrar a importância do planeamento, em concreto, o municipal, no que diz respeito à sua definição, bem como quais as dimensões e funções subjacentes ao mesmo. Planeamento, segundo Santos (s.d.) “(...) é uma atitude que consiste em conceber, com a máxima aproximação possível os acontecimentos futuros (...) (p.1). Entende-se que o planeamento consiste na ótica de planear para depois agir, para alcançar determinados resultados em funções de determinados objetivos traçados. É com base nos objetivos que se delineiam que se elaboram planos, projetos e ou programas, podendo denominá-los de instrumentos (Santos, s.d).

É no decorrer da concretização deste processo – planeamento, que surge a importância relativamente ao conjunto de condições, consideradas necessárias, para que através desta ação seja possível alcançar situações ou um futuro desejado. É por sua vez necessário que se conheça o território e a realidade e, também, como referido anteriormente, enquanto condições necessárias, que haja uma participação coletiva dos atores interessados, na elaboração de objetivos comuns.

Considera o autor, que o processo de planeamento é um recurso e um meio essencial no que se refere ao combate de diversos problemas “(...) como a exclusão social, a estagnação e o subdesenvolvimento (...)” (Santos, p.2). Neste sentido, compreende-se que é através do processo de planear que é possível alocar ou mobilizar os recursos necessários para melhorar as situações previamente identificadas.

Neste contexto do que é a metodologia do planeamento, Isabel Guerra (2005) define o conceito, relacionando-a com o campo das ciências sociais, nomeadamente a Sociologia, como “uma forma de construção da ação coletiva, no contexto da estratégia de atores e com vista à consensualização de um futuro desejável” (p.13).

Importa salientar que o conjunto de componentes que designam o processo de planeamento, recorrendo a Tavares (1990), citado em Santos (s.d), se desdobram em 10 elementos.



Estes devem privilegiar uma orientação voltada para o futuro, como um processo contínuo e permanente, ao mesmo tempo, dinâmico, que objetive uma racionalidade na tomada de decisões, procurando, num conjunto de alternativas, selecionar um percurso direcionado à ação, implicando por sua vez, ação, e uma relação de causalidade entre essa ação tomada e os resultados estabelecidos. O processo de planeamento é sistémico e configura-se como uma natureza multidisciplinar, sendo em simultâneo, interativo. Além destes elementos, deve incluir, também, técnicas que possibilitem alocar recursos e serviços, mudanças e inovação, constituindo-se como um processo cíclico. Um último elemento, segundo os autores, centra-se na técnica que possibilite a absorção de incertezas relativamente ao futuro (Santos, s.d).

Numa perspetiva de abordagem integrada e multidisciplinar, no âmbito dos instrumentos executados pela autarquia de Vila Viçosa, importa referir que tanto a visão como a missão desde Município está assente em que seja garantida a promoção de qualidade de vida a toda a população, munícipes, e os que visitam diariamente, prestando uma boa qualidade de serviço público, estabelecendo-se, também, a promoção e igualdade de oportunidades, o desenvolvimento do concelho alinhado com as diversas estratégias assentes na sustentabilidade e coesão territorial, seguindo determinadas “linhas propulsoras”, por meio da execução de diversos programas, projetos e medidas nas várias áreas da atuação do município, através de um conjunto de parcerias com as instituições e agentes locais, de forma a fomentar o envolvimento de todos, reforçando, mais uma vez, o desenvolvimento do concelho, a diversos níveis (Diário da República, 2.ª série — N.º 214 — 5 de novembro de 2014).

Uma vez que o presente capítulo está centrado no planeamento municipal e na dinâmica do Município de Vila Viçosa, são formulados e concretizados os seguintes instrumentos de planeamento, conforme, também os explanados na figura que se segue. Importa refletir que há instrumentos de planeamento obrigatórios e outros que existem porque assim é o interesse do Município.

Consultada a legislação, nomeadamente, a Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, e o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, em matéria de ordenamento do território, os planos de âmbito municipal que assentam na gestão do sistema territorial são os três seguintes:

- Plano Diretor Municipal;



- Plano de Urbanização;
- Plano Pormenor ³⁶;

Segue-se o:

- Plano Anual de Atividades;

A nível de instrumentos de definição e elaboração de objetivos para a promoção do desenvolvimento social e local, o MVV trabalha com os seguintes:

- Diagnóstico Social;
- Plano de Desenvolvimento Social³⁷;
- Plano Ação Local do Conselho Local de Ação Social de Vila Viçosa;

Também os seguintes fazem parte do conjunto de instrumentos que em termos gerais se configuram como ferramenta, quer o primeiro a nível, inclusive, de diagnóstico do concelho, elaborado como o próprio nome indica, no que diz respeito ao marketing territorial do concelho, quer o segundo como instrumento de planeamento no que concerne às necessidades de equipamentos, entre outras, de âmbito educativo:

- Plano Estratégico de Marketing Territorial (não obrigatório)
- Carta educativa (ainda em elaboração);
- Estratégia Local de Habitação.

Nas figuras seguintes, representadas, são identificados alguns dos instrumentos/estratégias³⁸ com que a autarquia trabalha no que concerne às áreas de atuação descritas.

Dada a análise dos instrumentos de planeamento municipal e estratégias, concretizados pela Câmara Municipal, entendeu-se selecionar os seguintes, entre outros, não menos importantes, importa clarificar, contudo, dado o objeto de estudo, consideram-se os que a seguir se apresentam, aqueles que se articulam entre si, nas diferentes áreas de atuação e a determinados níveis específicos de problemas e limitações, previamente identificados de acordo com os instrumentos estabelecidos para o efeito, permitindo

³⁶ Hierarquia descrita no (Decreto - Lei n.º80/2015).

³⁷ O Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Vila Viçosa, na sua última redação, refere-se ao ano de 2016.

³⁸ Abordagem sucinta no que diz respeito à ação do Município de Vila Viçosa.



agilizar um conjunto de operações que contribuirão para a coesão social e territorial do concelho.



Figura 14 – Instrumentos e Estratégias facilitadores para uma concreta Ação Social e Local.

Fonte: Elaboração própria com recurso à recolha de informação na Camara Municipal de Vila Viçosa.



É, portanto, com base nestes e através das diferentes políticas públicas e dos financiamentos europeus, quer ao nível da ação social, da saúde, educação, da habitação ou do emprego, entre os restantes, que se desenvolvem mecanismos facilitadores para uma concreta ação local, objetivando a minimização das assimetrias e constrangimentos que a autarquia identifica.

Segundo as informações recolhidas na Câmara Municipal de Vila Viçosa sobre os instrumentos de planeamento municipal, entende-se que é o Plano Diretor Municipal que na sua constituição planifica e planeia o crescimento de um município, sendo um dos instrumentos obrigatórios, no que concerne ao plano territorial, de âmbito municipal. Atualmente, no Município de Vila Viçosa, importa salientar, que o PDM se encontra em alteração e revisão. Em relação ao mesmo, constatou-se que é na fase de alteração do PDM, que se elabora a sua revisão, a nível de aspetos facilitadores e fundamentais para que exista efetivamente uma estratégia definida, que possibilite ao(s) município(s), não somente candidatar projetos aos fundos comunitários, mas permitindo, de outra forma, a possibilidade e existência de investimento no concelho, a vários níveis. A título de exemplo, a captação de investimento para o concelho face a um dos fatores de atratividade do mesmo, como é o caso do turismo, encontra-se previsto no Plano Diretor Municipal ³⁹

Em breve tom de constatação, o Plano Diretor Municipal é o instrumento que pode, na sua redação, prever determinadas situações e/ou infraestruturas, a médio prazo, passíveis da elaboração de estratégias para que se proporcione um crescimento e desenvolvimento no concelho, uma vez que “(...) tem o carácter de diretivas de ordenamento, enquanto os PU e os PP são instrumentos de execução, especificam, quando necessário, a forma como serão atingidos os objetivos definidos no PDM (...) (Universidade do Porto) ⁴⁰.

No que respeita ao Conselho Local de Ação Social de Vila Viçosa (CLASVV), inserido na Rede Social do concelho, este é composto e representado por diversas entidades e IPSS do concelho, com competências e funções no que concerne aos objetivos que objetivam atingir uma efetiva ação social.

É através da reunião entre todos os parceiros que têm assento no CLAS, que se definem e delineiam os objetivos estratégicos e metas a atingir de acordo com as

³⁹ Informações recolhidas na Câmara Municipal, junto do Chefe de Divisão da Divisão de Ambiente e Urbanismo.

⁴⁰ Consulta no site: https://www.fep.up.pt/disciplinas/PGI921/PU_PP.doc



problemáticas existentes no concelho, por meio de um Plano de Ação Local⁴¹, assente em três eixos de ação:

- Eixo 1 – “Proteção dos cidadãos e apoio à família”;
- Eixo 2 – “Inclusão ativa: emprego, educação e formação”;
- Eixo 3 – “Capacitação das IPSS e dos Profissionais”.

Em resumo, o Plano de Ação Local traduz-se num “instrumento facilitador e promotor de desenvolvimento social ao espelhar e concertar um conjunto de propostas, visões e entendimentos, resultantes da mobilização e participação das entidades de âmbito social do município (...)”⁴².

Paralelamente, o MVV trabalha com o Plano de Desenvolvimento Social (ainda que o existente não esteja atualizado) como um instrumento de intervenção territorial, numa ótica participativa, e, tal como referido, englobando as demais entidades do concelho – constata-se, face ao citado a importância do processo de articulação - na promoção do desenvolvimento social do mesmo.

No que concerne a áreas de intervenção, o Plano de Desenvolvimento Social engloba seis eixos, aos quais pretende dar uma concreta resposta, através da definição de objetivos considerados prioritários para a promoção do desenvolvimento social do concelho. Estabelecidos os eixos – “Equipamentos, Respostas Sociais e Serviços; Famílias; Terceira Idade e Envelhecimento; Saúde; Educação e Emprego e Qualificação”, através da elaboração do Diagnóstico Social, o PDS pretende ser o instrumento que da mesma maneira que retrata a realidade concelhia, mediante as limitações e potencialidades existentes, objetiva um conjunto de situações desejáveis, por meio da execução de políticas sociais (Plano de Desenvolvimento Social, 2014-2016).

Face às necessidades identificadas no concelho que diz respeito às questões da habitação, foi elaborado em 2021, o Relatório Final - Estratégia local de Habitação do Município de Vila Viçosa (ELH), tendo esta sido aprovada em dezembro do ano mencionado.

⁴¹ O Plano de Ação Local abordado nesta Dissertação é referente à sua última elaboração, datada do presente ano (2023).

⁴² Citação retirada da consulta e interpretação do Plano de Ação Local do CLASVV.



Este instrumento sistematiza “(...) as carências habitacionais do Concelho de Vila Viçosa, à luz do Programa 1º Direito⁴³ (...) (Município de Vila Viçosa, Estratégia Local de Habitação, 2021, p. 3).

No decorrer da análise do documento, entende-se, portanto, que a dimensão definida pela ELH, prevê, primeiramente, “Promover e implementar iniciativas que mitiguem os constrangimentos dos munícipes em condições habitacionais indignas em Vila Viçosa no horizonte de 2026” e os eixos estratégicos, identificados como Eixo 1, 2 e 3, respetivamente, “(...) a promoção da resolução do núcleo degradado; implementar a ampliação da oferta habitacional municipal e melhorar condições habitacionais das famílias residentes” (Município de Vila Viçosa, Estratégia Local de Habitação, 2021, p. 54). A par do referido, verificou-se a existência de um conjunto de critérios que permitem identificar as condições indignas relativamente à situação habitacional da população mais carente. No presente relatório consideram-se como critérios para a correspondente identificação, a precariedade, insalubridade e insegurança, sobrelotação e inadequação.

O Plano Estratégico de Marketing Territorial é uma das estratégias, que através de um documento, aborda e identifica no seu conteúdo os pontos fortes e pontos francos, do concelho, na medida em que “(...) pelo diagnóstico efetuado pretende apontar caminhos para a valorização, promoção e divulgação das nossas potencialidades, corrigindo e requalificando as lacunas e os problemas detetados (...)”⁴⁴, identifica também um conjunto de parcerias/parceiros e várias instituições, no caso concreto do setor do turismo, um dos mais importantes e que mais contribui, anualmente, para o desenvolvimento local de Vila Viçosa: “(...) eu penso que as questões das especificidades do Município, através de um contacto mais direto possível, com os meios de comunicação social internacionais, porque aqui o Município já passa por uma certa grandeza, penso que da região turismo do Alentejo, excetuando Évora, deve ser uma das zonas que mais turistas recebe (...)” (excerto da entrevista ao entrevistado #3).

Por conseguinte, a par do referido, destacam-se determinados constrangimentos identificados pela análise das entrevistas e frisados de igual forma no último Plano de Desenvolvimento Social elaborado pelo MVV. São constrangimentos, ainda, a ausência de determinados serviços em diferentes áreas de intervenção do Município, inclusivamente, pelo facto da ausência de candidaturas aos fundos comunitários: “(...)

⁴³ Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.

⁴⁴ Consulta efetuada e disponibilizada no site do Município de Vila Viçosa.



aqui os constrangimentos, na sua grande maioria, nos últimos anos, tem sido a falta das candidaturas (...) na minha opinião, houve poucas candidaturas, mas já neste mandato, nota-se que realmente há uma falta de apoio por questões políticas às candidaturas que têm sido elaboradas no concelho de Vila Viçosa, essa é concretamente é a minha resposta objetiva (...).” (excerto da entrevista ao entrevistado #3).

No decorrer da análise das entrevistas, os intervenientes identificaram iguais problemas, na sua medida bastante relevantes, com que o concelho se depara e que não foram resolvidos aquando dos quadros comunitários que financiavam tais infraestruturas e/ou serviços: *“Nós temos um problema gravíssimo de vias de comunicação, basta circular pelo nosso território, vimos que há um problema grave nas vias de comunicação, ou rodoviárias, a ferrovia quase não existe inter concelhos (...) temos problemas de mobilidade (...) se eu não tenho rede de fibra ótica em duas freguesias e numa tenho e muito má, ou seja, tenho para aí em 20 por cento do concelho é que tenho fibra ótica em condições, se a rede elétrica, se o sinal de internet, se o GPS por wireless, não me chega a grande parte do território, tenho montes de buracos negros (...)* (excerto da entrevista ao entrevistado #2).

Verificam-se problemas como o abastecimento de água, a falta de requalificação das estações de tratamento de águas residuais nas freguesias rurais e sede de concelho: *“tentar melhorar a distribuição de água, as captações, as estações de tratamento, uma coisa muito simples que não temos, que é aquela gestão da água, eu não sei quanta água sai dos furos para as redes, e não sei quanta água depois consumida, sei quanto é consumida nas faturas mas não sei mais nada”* (excerto da entrevista ao entrevistado #2).

Internamente, o maior constrangimento identificado pelos entrevistados, debruça-se sobre a ausência de uma equipa destinada exclusivamente à execução de projetos técnicos e à elaboração de candidaturas aos fundos comunitários: *“(...) a falta de uma equipa coesa na CMVV que funcionasse em pleno na formação e processo de candidaturas. Na presente data, a equipa constituída para o efeito com técnicos internos e externos da CMVV esta a trabalhar diariamente com o objetivo de captar mais investimento e financiamento de fundos comunitários para o concelho (...).”* (excerto da entrevista ao entrevistado #4).



Quanto aos principais fatores potenciadores do concelho de Vila Viçosa, entre muitos outros, este advém de um conjunto de especificidades, identificadas pelos entrevistados e descritas na seguinte imagem:

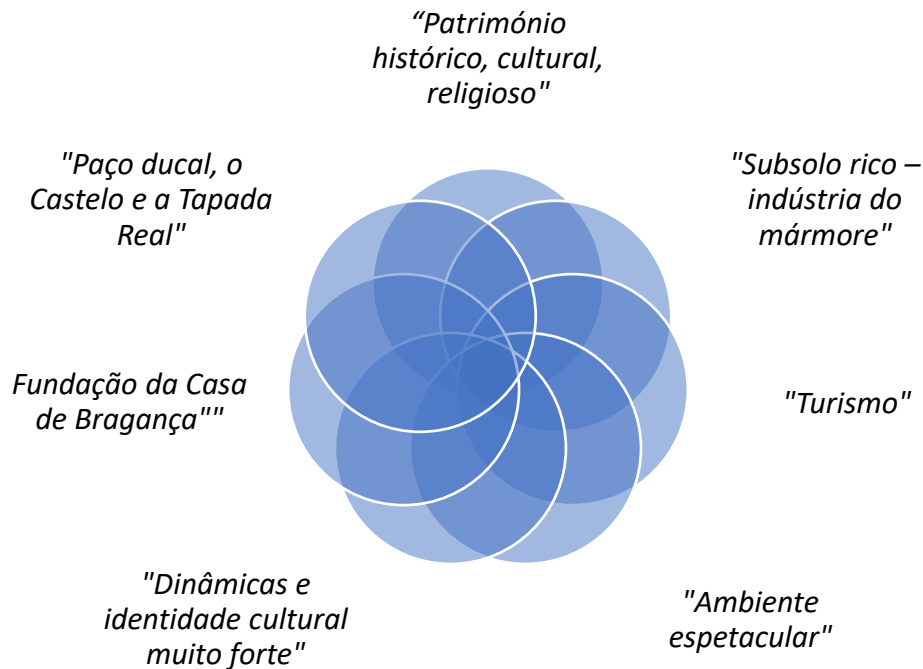


Figura 15 – Fatores Potenciadores do Concelho de Vila Viçosa.

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas realizadas aos quatro entrevistados.

Não somente, segundo informação disponibilizada no site da Camara Municipal de Vila Viçosa, em relação ao setor cultural, como uma das importantes áreas de atuação e dinamização do Município, tem-se vindo a desenvolver, além de todo o trabalho contínuo, ao longo da última década, a Candidatura de Vila Viçosa a Património Mundial da Humanidade da Unesco. Considera-se a presente candidatura, uma forma de (...) “utilizar o património cultural a favor do presente (...) com os olhos postos no futuro”⁴⁵ e é, portanto, um enorme projeto a favor do concelho.

⁴⁵ Introdução realizada pelo antigo presidente da camara municipal de vila viçosa, à data da elaboração da proposta de inscrição na lista do património mundial. Consulta através do site: <https://www.cm-vilaviosa.pt/wp-content/uploads/2021/10/Doc-Candidatura.pdf>



A candidatura a Património da Humanidade, da Unesco, objetiva aumentar a consciencialização para a preservação do património de Vila Viçosa e paralelamente, fomentar a projeção do concelho quer a nível nacional, quer a nível mundial.

Ao longo dos anos, tendo em consideração diversos fatores e conjunturas, inerentes à evolução da sociedade, o Município de Vila Viçosa desenvolveu e estabeleceu, pese embora, atualmente com uma postura mais empenhada, estratégias municipais, que objetivam um conjunto de medidas relacionadas com a intenção de apoiar a população, ir ao encontro das dificuldades identificadas e com as medidas certas, suprimi-las, ao mesmo tempo, que valorizar o território e promove-lo cada vez mais, é um dos objetivos do executivo para um efetivo e concreto, além de dinâmico, desenvolvimento local: *“(...) o que eu sinto é que há agora, há uma ambição forte no sentido de Vila Viçosa ser mais forte, ser um concelho mais dinâmico, que responda a problemas das pessoas, a problemas concretos que as pessoas vivem todos os dias, e isso só se faz com iniciativa, com muita iniciativa, muita iniciativa, com coragem de fazer coisas diferentes, de arriscar (...).”* (excerto da entrevista ao entrevistado #1).

Finda a análise dos diferentes níveis de planeamento e instrumentos selecionados, importa compreender que estes se articulam entre si, quer aqueles que trabalham ao nível do ordenamento do território, quer os restantes, do setor da ação social, ou da educação, entre outros presentemente abordados, na medida em que cobrem na maioria, uma grande parte da totalidade do município. Os instrumentos de planeamento que são preconizados e aqueles que se encontram em fase de elaboração, ou os que estão pensados construir-se, produzem efeito sobre a maioria das questões relativas aos domínios essenciais da vida da população. O conjunto de instrumentos aqui apresentado incidem e articulam-se, entre as diferentes dinâmicas de intervenção, pois são aqueles que orientam a atuação a nível municipal, em concreto, a autarquia, que tem como competências, dentre um conjunto delas, responder às necessidades que se encontram identificadas e consistem na elaboração de soluções que minimizem o quadro das problemáticas existentes.

Segundo Baltazar e Olímpio (2009), a existência destes instrumentos revela uma importante vantagem, igualmente significativa, no que concerne, à construção de outros planos partindo dos já existentes, uma vez que *“(...) a informação que pode ser carreada para outros instrumentos elaborados posteriormente, e, acumulação de experiência por parte dos intervenientes, respeitante à conceção, elaboração, execução e avaliação dos referidos instrumentos”* (Baltazar & Olímpio, 2009, p.9).



Porque a par das vantagens, também se podem identificar desvantagens. Os inconvenientes que mais se verificam estão associados com o duplicar de medidas/ conteúdo e de esforços entre os diferentes planos de intervenção, ou as questões da ausência de determinados temas, relevantes nos instrumentos, o que pode gerar eventuais situações de conflito, ou “(...) o desfasamento temporal dos planos, associado à reduzida articulação entre técnicos/serviços (...)” (Baltazar & Olímpio, 2009, p.9).

Tendo em consideração o objeto de estudo da presente dissertação, quando falamos na articulação entre as várias estratégias, descritas ao longo da investigação, e os instrumentos de planeamento municipal, falamos de ação coletiva, de formas de atuação, de parcerias, de intervenções que devem ser realizadas quando se trabalha de forma articulada, coerente e em prol dos mesmos fins. É esta ação coletiva que se configura como um dos fatores principais desta articulação entre os instrumentos de planeamento e estratégias, uma vez que, encontrando-se os esforços necessários concentrados, conduz-se para a mudança e para o desenvolvimento do território, quer no âmbito social, local e regional.



Considerações Finais

A presente investigação tinha como objetivo realizar uma análise de coerência às Políticas Públicas, numa abordagem macro, a nível das orientações da UE, e micro, a nível nacional, regional e municipal. Por se realizar, em simultâneo, a respetiva abordagem municipal, entendeu-se realizar um estudo de caso no município onde resido, Vila Viçosa, uma vez que também era objetivo da investigação analisar a dinâmica municipal deste, tendo em conta as suas potencialidades e constrangimentos, com a finalidade de compreender de que forma contribuem para o desenvolvimento social, local e regional, do concelho.

É indubitável que o conceito de desenvolvimento está associado (embora não sejam sinónimos, e por isso não se devem usar de forma indistinta (Simões Lopes, 2006), a outros demais, como, por exemplo, crescimento económico e progresso, sendo esses, parte dos pressupostos assentes na Política Regional Europeia e de Coesão. Não somente, para que seja possível existir crescimento nos países membros da União Europeia, esta política estabelece um conjunto de medidas e objetivos destinados a promover condições de bem-estar social, entre muitos outros, enquadrando os domínios da coesão económica, social e territorial, perspetivando dessa forma uma melhoria e qualidade de vida da população.

A par do referido, entende-se que a Política Regional e de Coesão assenta em estratégias que privilegiam as pessoas, bem como as facilidades de acesso a serviços por parte de todos, o desenvolvimento e competitividade das pequenas e médias empresas, a inovação social inerente aos processos de investigação e investimento, e, não menos importante, nos dias que correm, a minimização dos impactos ambientais e a luta contra as alterações climáticas. Também a promoção da coesão social se encontra refletida em estratégias e políticas públicas de âmbito social, que têm evoluído significativamente, ao longo dos anos, na União europeia.

Desde 1986, ano em que Portugal aderiu à Comunidade Económica Europeia, que o país começou a beneficiar dos apoios da então Política Regional Europeia, onde se pretendia que “nos” aproximássemos dos padrões de desenvolvimento existentes à data. É desde o referido período que Portugal tem vindo, ao longo dos anos, a usufruir dos FEEI para se desenvolver, ao nível de várias intervenções, sobretudo ao nível das



infraestruturas e equipamentos de apoio às diversas atividades produtivas, que inegavelmente têm contribuído para o desenvolvimento do país e da melhoria das condições de vida da população.

Contudo, conforme a recolha de dados, uma parte, assente na informação extraída das entrevistas, Portugal tem tido uma tendência de não convergência, embora progressivamente corrigida (Baltazar, 2018; Mateus, 2015) face aos restantes estados membros da Europa. Em conformidade com os dados recolhidos, estas melhorias têm sido preconizadas através de um conjunto de diversas políticas públicas, embora, seja necessário que exista uma maior coesão entre os territórios do litoral do país e os territórios do interior.

Uma vez que o objetivo geral da investigação foi determinado no sentido de se analisar a coerência entre as políticas públicas para o desenvolvimento, ao nível dos instrumentos de planeamento municipal, com vista a fortalecer os esforços e impactos do Município de Vila Viçosa, no que diz respeito a uma das abordagens metodológicas definidas nos objetivos da presente investigação – “avaliar a coerência dos eixos de intervenção e objetivos estratégicos consignados, desde 2007, nos Quadros de Programação Comunitária e nos Programas Regionais do Alentejo”, os resultados demonstram que, face à análise de coerência externa **vertical**, revelam maior coerência entre si os objetivos específicos do QREN em relação às Prioridades Estratégicas definidas para a prossecução do mesmo. Contudo, em relação às três orientações/domínios da Política de Coesão estabelecidas para esse período, onde se observa uma maior coesão entre os objetivos e orientações prende-se com a 3.^a orientação, aquela que assume como desígnios estratégicos, entre outros, o emprego e a inclusão social. Dos quatro eixos do PO Regional do Alentejo, Inalentejo, o Eixo II revela uma menor coerência, ao invés do Eixo IV que revela maior coerência entre estes. É o PO Regional, Inalentejo, no âmbito da coerência externa horizontal, a nível regional, aquele que apresenta uma maior (forte) coerência entre os eixos definidos para o respetivo, e a Estratégia de Desenvolvimento Regional, 2015.

Ainda no decorrer desta abordagem, finalizada com os últimos quatro quadros de análise de coerência, os objetivos do Portugal 2020 e a Estratégia Europa 2020, revelam uma coesão praticamente nula entre si. Por sua vez, observou-se durante a referida análise, que os objetivos do Portugal 2020 são coerentes na sua maioria com o Programa Operacional Regional, Alentejo 2020. Também esses apresentam uma forte articulação



com os domínios da Estratégia Regional de Especialização Inteligente. O mesmo acontece, embora, numa abordagem referente à coerência externa horizontal, que o Programa Operacional do Alentejo, Alentejo 2020, articula-se, na sua maioria com a Estratégia Regional de Especialização Inteligente.

De acordo com os entrevistados, observa-se que é maioritariamente unânime a opinião positiva sobre a articulação entre os Objetivos e Eixos dos Programas Operacionais Temáticos e Programas Regionais, nomeadamente, o Município de Vila Viçosa, face às orientações estabelecidas nos programas analisados. Contudo, a partir da análise de coerência realizada no âmbito da investigação, é possível concluir que existem determinados objetivos e eixos estratégicos que se articulam muito bem entre si, demonstrando portanto que existe uma efetiva coerência, no entanto, também se conclui, de acordo com abordagem metodológica, que as políticas públicas deveriam apresentar, ainda, uma maior coesão entre si, visto que são esses os instrumentos estabelecidos para atuar e intervir nas mais diversas áreas, definidas e contempladas, e quanto maior for a articulação entre as orientações comunitárias e os quadros de programação nacionais e regionais, maiores poderão ser os resultados que se pretendem alcançar.

Conclui-se também que é estritamente necessário, no momento de planeamento e desenho dos quadros comunitários, das políticas públicas, que estes estejam alinhados e de acordo com as estratégias comunitárias e por conseguinte, os programas operacionais e regionais, articulados com as estratégias regionais, definidas pelos agentes do território, que melhor conhecem o terreno e as suas limitações. Estes princípios orientadores devem apresentar-se e serem alicerces coerentes para uma efetiva concretização dos mesmos, sem deixar para trás qualquer região. Por isso e por outros fatores, a política de Coesão da União Europeia enquadra as dimensões económica, social e territorial, como essenciais para o desenvolvimento dos territórios.

Relativamente ao estudo de caso e aos objetivos definidos na presente dissertação, a investigação permitiu-me conhecer melhor a realidade onde estou inserida e satisfiz o meu interesse pela temática em causa e pelas dinâmicas que o município concretiza. Tendo Vila Viçosa todo um conjunto de potencialidades referidas ao longo do trabalho de pesquisa, é um concelho ainda limitado no que toca a infraestruturas básicas e outros serviços, contudo, sem o cofinanciamento comunitário, a partir dos quadros comunitários, ainda que se confirme uma taxa quase nula no que diz respeito a projetos candidatados e executados, pode afirmar-se que o desenvolvimento do concelho é notório e estão



concentrados os esforços necessários para que cresça ainda mais, seguindo os documentos da Estratégia Europeia, Nacional e Regional, estabelecidos, para que nesse sentido, exista uma efetiva estratégia de elaboração de projetos e candidaturas, por forma a obter os FEED, além das receitas e financiamentos do estado, que permitam a execução de projetos e promovam o crescimento e o desenvolvimento do concelho.

Certos de que Vila Viçosa perdeu muito e ficou aquém de outros concelhos vizinhos, pelos diversos motivos referidos nas entrevistas e através dos entrevistados, o concelho, atualmente, precisa de desenvolvimento e de se projetar para o exterior, para gerar emprego e economia, é, também, através da concretização de políticas públicas e ações no que concerne à empregabilidade e inclusão social, ao apoio às empresas e competitividades e aos setores do turismo e cultura. Conclui-se, de igual forma, que sem pessoas os territórios não existem, portanto, também as políticas orientadas para a fixação da população devem ser valorizadas, indo ao encontro do que se tem abordado ao longo da investigação.

Sociologicamente, quando se discute a premissa de alcançar um desenvolvimento harmonioso a todos os estados membros da União Europeia e a todas as regiões que dela fazem parte, promovendo, portanto, a coesão social e territorial, este é, indubitavelmente, ainda, um desafio. Um desafio assente nas diferentes especificidades de cada território e na maneira como a solução para os problemas existentes não se encontra, em parte, ainda, devidamente adequada ou direcionada às limitações e assimetrias de cada um, respetivamente. É neste sentido que é imperativo que os atores locais olhem para os territórios, identifiquem as suas fragilidades, construam os diagnósticos e numa ótica de ação coletiva efetivem as estratégias que visam suprimir tais assimetrias.

Quando se fala em coesão social e inclusão, no caso Português, as medidas e apoios, a nível dos programas operacionais temáticos dos quadros comunitários não podem, nem devem olhar para o território como um só, no entanto, continua-se a observar um maior enfoque nas zonas litorais e metropolitanas do país, em detrimento do interior. Face a esta observação, e porque os programas operacionais temáticos se desdobram em programas regionais, são estes, que nos seus objetivos propõem medidas mais direcionadas a cada região do país e às principais assimetrias existentes. Ora, os problemas inerentes à coesão territorial centram-se basicamente nos aspetos acima descritos, podendo assumir que este é um “(...) novo paradigma de desenvolvimento (...)” (Santinha, 2014, p. 76).



Configurando-se como um novo paradigma do desenvolvimento, uma efetiva coesão, seja de carácter territorial, económico ou social, deve privilegiar todas as regiões do país. Deve, claro, apostar no desenvolvimento e competitividade nas grandes cidades, uma vez que esse é necessário, na medida em que, também, se configura como alavanca da economia nacional, embora, não pode nem deve deixar de ser um objetivo assente, a intervenção e estimulação das zonas mais carenciadas e menos desenvolvidas a nível económico e/ou social. Entende-se, em conformidade com a investigação, que essa é ótica do desenvolvimento regional, e que é necessário que haja uma efetiva ação entre todos, uma maior articulação e coesão, particularmente entre as diferentes estratégias europeias, nacionais, regionais, e entre os diferentes planos e instrumentos de planeamento municipal, principalmente e no que concerne, a quem os define, desenvolve e aplica, dentre um conjunto de medidas conducentes a uma eficaz e satisfatória articulação.

Por fim, assume-se que em qualquer investigação que se realize, existem constrangimentos e obstáculos, vantagens e desvantagens. A abordagem metodológica da análise de coerência é uma metodologia pouco usual, contudo, configurou-se como um risco calculado na sua aplicação para esta investigação.

A respeito da análise do Quadro de Referência Estratégico Nacional, concretizado entre 2007 e 2013, a dificuldade sentida na recolha de testemunhos sobre o QREN no Município. Refiro esta questão, não por falta de documentos e relatórios vastos sobre o mesmo, mas sim pela ausência de técnicos que tenham estado afetos ao respetivo quadro de programação, na prestação de informações mais detalhadas. Por outro lado, considero como vantagem, também por ser um período mais recente, a análise do Alentejo 2020, no concelho, e as reuniões para obtenção de dados e informações com os vários técnicos e entidades mencionadas no decorrer da presente dissertação. Considero ainda a importância, quer a nível pessoal, quer a nível académico e profissional, os contactos realizados com as entidades referidas e os conhecimentos adquiridos ao longo dos dois anos letivos do Mestrado em Sociologia.

Outra limitação por mim identificada prende-se com a questão da inexistência de determinados documentos atualizados no Município de Vila Viçosa, como o Diagnóstico Social (2015) e o Plano de Desenvolvimento Social (2014-2016).



Não obstante, tentou-se suprimir essa limitação com a consulta dos últimos Planos de Ação Local, elaborados pelo CLAS VV, pois a análise de mecanismos facilitadores para uma efetiva coerência das políticas públicas, dependia, também, da consulta de documentos atuais e em vigor. Contudo, considero importante referir, face às questões mencionadas, que tais documentos estão atualmente em atualização, o que permitirá ao Município de Vila Viçosa trabalhar em função de novos dados e encetar as medidas necessárias face à atual realidade.

Como conclusão final e futura sugestão, uma vez que a presente investigação não permite esgotar os temas abordados, na medida em que podem voltarem a ser estudados por outros, que desenvolvam semelhantes estudos, complementares ao que agora é apresentado, pode considerar-se como uma possível investigação a realizar, uma abordagem centrada nas temáticas da coesão, da coerência e consistência, relacionando-as com as ações promovidas e realizadas pelos atores locais, na perspetiva da coesão territorial e do desenvolvimento dos e entre os territórios.



Bibliografia e Legislação⁴⁶

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (2014). *Portugal 2020: Objetivos, Desafios e Operacionalização*. Disponível em: https://www.portugal2020.pt/wp-content/uploads/portugal2020objetivos_desafios_19_dez_14.pdf

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P. (2022). *Fundos da União Europeia*. Disponível em: <https://www.adcoesao.pt/fundos/1986-1988-qca-i-ii-iii-e-qren/>

Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da Teoria à Prática. *Caderno de Estudos Africanos*, 4, p. 35-70. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/1573?lang=es>

Associação Portuguesa de Sociologia. (2008). *Código Deontológico*. Disponível em: <https://aps.pt/pt/codigo-deontologico/>

Autoridade de Gestão do Alentejo 2020. (2015). *Identidade, Competitividade e Responsabilidade*. Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020. (p. 1-17). Disponível em: https://portugal2020.pt/wp-content/uploads/alentejo_4_brochura.pdf

Baltazar, M. S. (2018). Desigualdades Territoriais em Portugal: da conceptualização às políticas públicas de desenvolvimento regional. Em S. Gomes; V. Duarte; F. Ribeiro; L. Cunha; A. Brandão & A. Jorge. *Desigualdades Sociais e Políticas Públicas - Homenagem a Manuel Carlos Silva*, 233-258. Húmus Editora.

Baltazar, M.S., & Rêgo, C. (2011). Inter-acções entre o local e o global: a perspectiva do desenvolvimento territorial. Em C. Rêgo e M. S. Baltazar. *Globalização e Desenvolvimento*, 11-37. Edição Caleidoscópico.

Baltazar, M. S. & Santos, M. (2009). “A coexistência de vários instrumentos de planeamento estratégico num território: oportunidades e constrangimentos”, X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade de Braga, 4-7 de fevereiro.

Bardim. L. (1977). *Análise de Contéudo*. Edições 70.

⁴⁶ Referencias Bibliográficas de acordo com o Guia de Apoio ao Utilizador, APA 7.ª ed, do Serviço de Biblioteca e Informação Documental, da Universidade de Évora.



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Bilhim, J. (2016). Políticas Públicas e agenda política. In D. Saraiva (Coord.), *Valorizar a tradição: Orações de sapiência no ISCSP*. 82-103. Lisboa: ISCSP.

Bordo, A., Silva, C., Nunes, M., Barbosa, T., & Miralha, W. (2004). As Diferentes Abordagens do Conceito de Território. Faculdade de Ciências e Tecnologias. Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/as-diferentes-abordagens-do-conceito-de-territo3b3rio.pdf>

Caixeiro, C. B. (2014). *Liderança e cultura organizacional: o impacto da liderança do diretor na(s) cultura(s) organizacional(ais) escolar(es)*. [Tese de doutoramento, Universidade de Évora]. Repositório Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/11416>.

Capella, A. C. (2018). *Formulação de Políticas Públicas*. Enap. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3332>

Cintra, A. O. (1966). Sociologia e problemas do desenvolvimento socio-político: uma visão dos progressos recentes. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 90-101. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224172683A8dQS3hb3Nt12JV1.pdf>

CLDS 4G de Vila Viçosa. (2023). *Relatório de Execução Final, junho de 2023*. [Apresentação de relatório]. CLAS de Vila Viçosa, Vila Viçosa.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo. (2023). *Competências e Atribuições*. Disponível em: <https://www.ccdr-a.gov.pt/dsdr-competencias/>

Comissão Europeia (2014). *Acordo de Parceria, Portugal 2020*. Disponível em: [https://lisboa.portugal2020.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=21&fileName=AP_Portugal_2020_28julho2014.pdf](https://lisboa.portugal2020.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=21&fileName=AP_Portugal_2020_28julho2014.pdf)

Comissão Europeia (2009). *Livro Verde sobre a Coesão Territorial e Europeia*. Bruxelas. Jornal Oficial da União Europeia. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52008DC0616>

Comissão Europeia (2014). *Compreender as Políticas da União Europeia: Política Regional*. Disponível em:



https://ec.europa.eu/regional_policy/pt/information/publications/factsheets/2014/cohesion-policy-and-portugal

Comissão Europeia (2014). *Política de Coesão e Portugal*. https://ec.europa.eu/regional_policy/pt/information/publications/factsheets/2014/cohesion-policy-and-portugal

Cortes, S. V., & Lima, L. L. (2012). A Contribuição da Sociologia para a análise de Políticas Públicas. *Lua Nova*, 87, 33-62.

Decreto de Lei n.º 80/2015, de 14 de maio do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (2015). Diário da República: 1.ª série, n.º 93/2015. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/80-2015-67212743>

CLASVV, Município de Vila Viçosa. (2015). Diagnóstico Social do Concelho de Vila Viçosa. (2015). Município de Vila Viçosa. Disponível em: <https://www.cm-vilavicoso.pt/wp-content/uploads/2020/07/diagn%C3%B3stico-atualizado.pdf>

Diário da República, 2.ª série — N.º 214 — 5 de novembro de 2014. Disponível em: <https://www.cm-vilavicoso.pt/wp-content/uploads/2020/07/estrutura2015.pdf>

Dias, R. C., & Seixas, P. C. (2019). Territorialização de Políticas Públicas, Processo ou Abordagem?. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 55, 1-11. Disponível em: <https://review-rper.com/index.php/rper/article/view/9>

Ferreira, J. M. (2007). *Competitividade e Coesão Regional na União Europeia*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8197/3/tesemestcompetitividade000062698.pdf>

Ferrelli, R. M. (2015). *Coesão social como base para as políticas públicas voltadas para a igualdade em saúde: reflexões desde o Programa EUROsocial*.

Fialho, J. (2021). *Manual para a Intervenção Social - Da Teoria à Ação*. Lisboa: Edições Sílabo.

Fialho, J., Silva, C. A., & Saragoça, J. (2015). *Diagnóstico Social - Teoria, Metodologia e Casos Práticos*. Lisboa: Edições Sílabo.



Figueiredo, A. M., & Figueiredo, F. O. (2011). Amostragem: Notas teóricas e Exercícios. Em *Complementos de Estatística, PDMA*. Repositório Aberto da Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/103088>

Figueiredo, A. M. (2010). *A Territorialização de Políticas Públicas em Portugal*. Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P. Disponível em: http://biblioteca.dgadr.pt/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=2282&shelfbrowse_itemnumber=3311

Fundação UNITATE. (2023). *Quem Somos*. Disponível em: <https://www.unitate.pt/pagina/quem-somos>

Flick, U. (2009). *Introdução à Pesquisa Qualitativa (3.ª ed.)* Artmed Editora. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/PPGG%20-%20PESQUISA%20QUALI%20PARA%20GEOGRAFIA/flick%20%20introducao%20a%20pesq%20quali.pdf

Glossário de Desenvolvimento Regional. (2011). *Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território do Conselho da Europa*. Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Disponível em: <https://rm.coe.int/16806f7d5d>

Governo de Portugal (2014). *Acordo de Parceria 2014-2020*. Disponível em: <https://www.historico.portugal.gov.pt/media/1489775/20140730%20Acordo%20Parceria%20UE.pdf>

Guerra, I. (2002). Cidadania, exclusões e solidariedades. Paradoxos e sentidos das "novas políticas sociais". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 68, 47-74. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-047-074-Isabel%20Guerra.pdf>

Hossain, D. M. (2011). *Qualitative Research Process (Year 2, Vol. 7)*. Editora Lumen.

IEFP, I.P. (2022). *Estatísticas Mensais por Concelho*. Disponível em: <https://www.iefp.pt/documents/10181/11322396/SIE+-+Desemprego+registado+por+concelhos+dezembro+2022.pdf/cf1f9a98-90d7-44e5-952c-8012d60130b2>



IEFP, I.P. (s.d.). *Quadro Comunitário de Apoio III*.
https://elearning.iefp.pt/pluginfile.php/47236/mod_scorm/content/0/ons01/05ons01.htm

INE (2022). *Recenseamentos Gerais da População*. Disponível em:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_tema&xpid=INE&tema_cod=1115

Kołodziejcki, M. (2022). *Fichas Técnicas sobre a União Europeia*. Parlamento Europeu. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/home>

Mateus, A. (Coord). (2015). *Três Décadas de Portugal Europeu: Balanço e perspetivas*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Miranda, R. J. (2009). *Qual a relação entre o pensamento crítico e a aprendizagem de conteúdos de ciências por via experimental? Um estudo no 1.º Ciclo*. [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/5489>.

Município de Vila Viçosa. (2021). *Estratégia Local de Habitação do Município de Vila Viçosa*. Município de Vila Viçosa, 6-70.

Município de Vila Viçosa. (2014). *Plano de Desenvolvimento Social 2014-2016*. Município de Vila Viçosa, 1-26. Disponível em: <https://www.cm-vilavicosa.pt/wp-content/uploads/2020/07/planodedesenvolvimentosocialconcelhovilaviosa20142016.pdf>

Município de Vila Viçosa. (2021). *Plano Estratégico de Marketing Territorial. Vector Estratégico – Estudos e Consultoria*, 5-249. Disponível em: <https://www.cm-vilavicosa.pt/wp-content/uploads/2022/01/Plano-Marketing-Territorial.pdf>

Município de Vila Viçosa. (2023). *Plano Local de Ação Social do Concelho de Vila Viçosa*. Município de Vila Viçosa, 1-10.

Município de Vila Viçosa. (2020) *Relatórios e Recursos Humanos*. Disponível em: <https://www.cm-vilavicosa.pt/municepe/camara-municipal/relatorios/>

Pintão, M. M. (2010). *As potencialidades do sector aeronáutico e o seu contributo para o desenvolvimento local: o caso de Ponte de Sor* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa.

PORDATA. (2023). *Censos de 2021*. Disponível em: <https://www.pordata.pt/censos/resultados/emdestaque-portugal-361>



Programa Operacional do Alentejo 2007/2013 [FEDER]. (2011). Disponível em: <http://www.alentejo.portugal2020.pt/index.php/inalentejo-2007-2013/category/89-programa>

Quadro de Referência Estratégico Nacional. (2010). Disponível em: <http://www.qren.pt/np4/qren>

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa. Gradiva.

Ramos, I. J., Ramos, I. L., Carvalho-Ribeiro, S., Baltazar, M. S., Moital, F., Pinto-Correia, T., Veiga, J. F., Eliseu, M. L., Cosinha, M. H., Fernandes, M. L., Correia, L., Meirelles, R. M. & Alter, M. (2013). Debate sobre as estratégias de desenvolvimento local e os modelos de governança. Évora: MAMAOT/DRAPAL. ISBN 978-989-98474-0-8.

Reis, J. (2015). Território e políticas do território. A interpretação e a ação. *Finisterra*, 50(100), 107-122. Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis7868>

Rolo, V. (2018). *A Política Regional no contexto Europeu e Nacional*. Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., 2, 3-33. Disponível em: https://www.adcoesao.pt/wp-content/uploads/politica_regional_final.pdf

Rosa, J. G., Lima, L. L., & Aguiar, R. B. (2021). Políticas Públicas: introdução (1.º ed). *Jacarta Produções Ltda*, 8-86. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/223410>

Santos, M. P. G. (2012). *Políticas Públicas e Sociedade*. (2.º ed). [Bacharelado em Administração Pública, UFSC].

Santinha, G. (2014). *O princípio da coesão territorial enquanto novo paradigma de desenvolvimento na formulação de políticas públicas: (re)construindo ideias dominantes*. [Universidade de Aveiro]. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/eure/v40n119/art04.pdf>

Sebastião, M. (2015). *O contributo das ADL para o desenvolvimento regional e local. O caso do Distrito de Évora* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora]. Repositório Universidade de Évora. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/14240>



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Simões, L. (2006). Encruzilhadas do desenvolvimento: Falácias, dilemas, heresias. *Revistas Crítica de Ciências Sociais*, 75, 41-61.

Silva, A. S. (2017). Sociologia e política pública: sobre avanços recentes em Portugal. *Análise Social*, 52 (225), 782–803. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/22409>

Souza, C. (2006). *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. *Sociologias*, 16, 20-45. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>

União Europeia. (2022). *Portugal 2020: Modelo de Governação*. Disponível em: <https://portugal2020.pt/portugal-2020/modelo-de-governacao/>

União Europeia. (2022). *Portugal 2020*. Disponível em: <https://portugal2020.pt/perguntas-frequentes/>

União Europeia. (2023). *Portugal 2030: Programas Temáticos e Programas Regionais*. Disponível em: <https://portugal2030.pt/programas/>

União Europeia. (s.d). *Prioridades e Ações: Política Regional*. Disponível em: https://european-union.europa.eu/priorities-and-actions/actions-topic/regional-policy_pt

Universidade do Porto (s.d). *Articulação entre Planos Municipais de Ordenamento do Território*. 1-3.



Apêndices



Apêndice 1

Guião de Entrevista e Consentimento Informado

A presente entrevista insere-se num estudo sobre a “*Análise de Coerência das Políticas Públicas*”, centrado num município do Alentejo Central, Vila Viçosa, através de um estudo de caso, com o fim de obter o grau de Mestre, em Sociologia, na especialidade de Desenvolvimento Regional, pela Universidade de Évora.

A entrevista pretende recolher informações para a prossecução dos objetivos da investigação, designadamente sobre - “o nível de coerência entre as políticas de desenvolvimento de âmbito europeu, nacional, regional/municipal, nomeadamente, no caso do Município de Vila Viçosa”.

O seu contributo é fundamental para a investigação em causa e por isso, solicito que me permita gravar a entrevista. De salientar que a participação nesta investigação tem carácter voluntário, pelo que pode interromper ou parar de responder às questões a qualquer momento; que não há respostas certas ou erradas e que a informação prestada nesta entrevista é de natureza académica. Acresce que em todo este processo serão respeitados os padrões éticos que regem este tipo de investigação, nomeadamente o consentimento livre e informado de todos os participantes.

Agradeço, desde já, a sua colaboração e disponibilidade.



O Guião de Entrevista

- 1) De que modo observa a evolução das políticas regionais e de coesão da União Europeia?
 - 1.1) Temos, hoje, uma Europa mais coesa?
 - 1.2) Portugal, a nível nacional e regional, tende para uma convergência/coesão face à média da Europa? Qual a sua opinião?

- 2) Como classifica o nível de coerência dos eixos de intervenção e objetivos estratégicos consignados nos Quadros de programação comunitária, desde 2007, e os que foram estabelecidos para os programas operacionais regionais do Alentejo? Quais são os principais fatores condicionantes e também os facilitadores destas formas de (des)articulação?

- 3) E no que respeita à intervenção municipal? Atualmente, considera que a intervenção que está a acontecer e a ser desenvolvida no Município de Vila Viçosa, está articulada com as prioridades estabelecidas nas Estratégias Europeias, nacionais e regionais (nomeadamente Estratégia Regional de Especialização Inteligente)?
 - 3.1) De que modo? E na sua opinião quais são as principais dificuldades para esse alinhamento?
 - 3.2) Como é que as especificidades do município podem ser realçadas?

- 4) Qual a sua perceção sobre o modo como os fundos comunitários estão a ser aplicados no concelho de Vila Viçosa?
 - 4.1) Qual a taxa de execução? Melhorou nos últimos anos?
 - 4.2) O que mudou? Tratam-se de alterações ao nível municipal/regional, na implementação das políticas nacionais e até mesmo das políticas regionais comunitárias? Quais, especificamente?



- 4.3) Como classifica as parcerias que se estabelecem para o efeito no concelho?
De que forma é que tais parcerias têm potenciado o desenvolvimento do município?
 - 4.4) Quais os principais constrangimentos observados? Que estratégias têm sido aplicadas (ou deveriam ser) visando a sua superação?
- 5) Que tipo de projetos é que têm vindo a ser aplicados no território de acordo com os Programas Operacionais Regionais – INALENTEJO e Alentejo 2020?
- 5.1) Os projetos candidatados e executados, no concelho, encontram-se direcionados, em concreto, para que áreas/setores de atividades? E para que públicos?
 - 5.2) Quais são as entidades promotoras dos projetos, além do Município de Vila Viçosa?
 - 5.3) Como é que este tipo de projetos pode contribuir para que diminuam as assimetrias e se promova a coesão social e territorial no concelho de Vila Viçosa?
- 6) Relativamente a projetos candidatados, cuja entidade promotora é o Município de Vila Viçosa, e que não se efetivaram ou efetivaram, quais são as principais dificuldades que a Autarquia observa e com que se depara?
- 7) Qual considera ser o impacto / contributo destes projetos para o desenvolvimento do concelho? E de que modo se distribuem pelo território: freguesia urbana e freguesias rurais?



Declaração de Consentimento Informado

Eu, _____, declaro que tomei conhecimento acerca dos objetivos da Dissertação de Mestrado da aluna, Beatriz Palma Borrões, com o seguinte tema “*Análise de Coerência das Políticas Públicas: estudo de caso num Município do Alentejo Central*”, enquadrado no âmbito do Mestrado em Sociologia, na especialidade de Desenvolvimento Regional, para o ano letivo 2022/2023, na Universidade de Évora.

Neste sentido, autorizo a recolha de informação através de uma entrevista, com recurso a gravação áudio, e para fins única e exclusivamente académicos.

Vila Viçosa, _____, de _____ de 2023

Aluna: Beatriz Palma Borrões, m50727

Orientadora: Professora Doutora Maria da Saudade Baltazar



Apêndice 2

Grelha de Análise de Conteúdo das Entrevistas

<u>Perguntas/Dimensões</u>	<u>Categorias</u>	<u>Subcategorias</u>	<u>Unidades de Registo</u>
1 - Evolução das Políticas Regionais e da União Europeia	1.1 - Tipo de Evolução	1.1.1 Reforço das Políticas Públicas 1.1.2 Alargamento da União Europeia a outros estados membros 1.2.3 Investimentos	E1: “(...) se nós olharmos aquilo que são os indicadores de procedimento da união europeia, os resultados são brutais, a europa tem crescido; o processo da união europeia tem sido bastante significativo (...); “(...) se olharmos numa perspetiva territorial, quer sejam dos países quer sejam das regiões e até dos concelhos, também em termos de crescimento, investimento, projetos e iniciativas, não há dúvidas ... que transformação brutal com o progresso da união europeia (...); “(...) as políticas publicas, o investimento publico neste momento depende em mais de 85 também dos



			<p>fundos comunitários, portanto a nossa dependência na aplicação dos investimentos do estado através do seu orçamento, são menores em termos de investimento publico, isto porque se recorre aos fundos comunitários, mais uma vez se não fossem as políticas publicas, as políticas publicas europeias nos estaríamos numa situação pior, isso e que tem de ficar claro (...);</p> <p>E2: “(...) evoluiu-se muito desde os fundos de pré-adesão em 1987 (...) já tivemos quatro quadros comunitários (...) evoluíram no sentido de tornar as regiões mais bem-dotadas de infraestruturas e no fim de qualidade de vida para os seus cidadãos (...) e penso que ... pausa, que o subir e elevar dos rendimentos per capita dos cidadãos é o reflexo que esse investimento surte alguns efeitos (...);</p> <p>E3: “(...) é assim, em termos gerais parece-me que sim (evolução das políticas regionais da UE) (...);</p>
--	--	--	--



			<p>E4: “(...) Sem o apoio dos fundos comunitários da União Europeia não teríamos as infraestruturas e os equipamentos de que hoje dispomos, portanto, o apoio à criação de emprego, a competitividade das empresas, o crescimento económico, desenvolvimento sustentável e... a melhoria da qualidade de vida das pessoas evoluiu significativamente com as medidas preconizadas pela política de coesão da união europeia (...)”;</p>
	1.2 - Tipologia de Políticas Regionais e Comunitárias	1.2.1 Plano Europeu 1.2.2 Política de Coesão	<p>E1: “(...) em termos de políticas de coesão, políticas estruturantes para os territórios, a europa evoluiu de uma forma significativa e os seus territórios mais frágeis (...) caso de Portugal, região Alentejo e os territórios do interior do país subiram significativamente (...)”;</p> <p>E2: “(...) Eu penso que este novo quadro comunitário que vem no âmbito da capacitação, do</p>



			<p>desenvolvimento, já outros níveis de sustentabilidade, das eficiências energéticas, penso que poderá ajudar nesse sentido (...);</p> <p>E3: (...) eu penso que estamos no bom caminho, mas vai ser uma batalha, porque há sempre os setores políticos que de alguma forma tentam entrar de uma forma divisionária a coesão que se pretende fazer na Europa (...) A Europa quando foi criada, na minha opinião, foi com umas perspetivas excelentes porque era tentar aproximar de igual forma todos os países europeus e daí o facto de os países mais ricos investirem mais ou pagarem mais impostos para a Europa para que os países mais pobres por sua vez tenham a possibilidade de se desenvolverem (...);</p> <p>E4: “(...) De facto, temos hoje, inegavelmente, uma europa mais coesa (pausa).</p>



	<p>1.3 - Caso específico de Portugal</p>	<p>1.3.1 Plano nacional</p> <p>1.3.2. Plano regional</p>	<p>E1: “(...) nós durante uma primeira fase da aplicação dos fundos estruturais, nós convergimos (...) Portugal estava a crescer a acima da média europeia, isso numa primeira fase, numa segunda fase com a convergência do euro, final dos anos 90, início de 2000, Portugal começou a ter um conjunto de políticas públicas e endividamento do país (...) muitos países que foram aderindo à EU (...) em situação muito pior que nós (...) ultrapassaram-nos (...) dos 27 estados membros, estamos em 25º do PIB (...) há muitos fatores que podiam justificar isso (...);</p> <p>“(...) uma primeira vaga de instrumentos de financiamento a nível nacional e com impacto nos municípios nós fizemos uma mudança de infraestrutural brutal, brutal, no país, aquilo que é o saneamento básico, aquilo que são as comunicações, aquilo que é a rede de saneamento,</p>
--	--	--	---



			<p>aquilo que tem a ver com as condições de vida da população (...);</p> <p>E2: “(...) Portugal é um país a duas velocidades (...) nós tendemos no litoral e nos centros mais populosos para essa convergência, no interior desertificado e de baixa densidade, ahh, acho que não convergimos, acho que cada vez “desconvergimos” mais (...);</p> <p>“(...) Portugal era um país integrado para receber estes fundos de coesão e neste momento, só temos o interior, o Alentejo, traz os montes, beira interior e Alentejo, beira interior já não, mas traz os montes ainda tem alguma zona, mas como o norte também já tem pouco, portanto houve de facto uma evolução que terão sido bem aplicados (...);</p> <p>“(...) nos últimos dois quadros comunitários foram gastos muitos mil milhões nesse sentido e nestes</p>
--	--	--	--



			<p>últimos 10 anos, perdemos população, perdemos, e...e, estamos com algumas dificuldades em recuperar isso (...)</p> <p>E3: “(...) em termos de Portugal, as políticas europeias deveriam servir para desenvolver mais o interior, ou seja, aproximar mais os parâmetros sociais, económicos e também políticos, vamos lá, das zonas do litoral (...) no entanto, isso não tem acontecido (...) as políticas em Portugal ficam muito aquém daquilo que nós necessitávamos. Nós necessitávamos realmente de uma política de investimento em termos setoriais e de necessidade (...);”</p> <p>E4: “(...) a nível nacional e regional, em Portugal, a convergência e a coesão caminha em dois sentidos, por assim dizer, uma vez que temos a zona do litoral, as grandes cidades com um forte incremento no crescimento económico. Já no nosso caso, quer</p>
--	--	--	---



			dizer, no caso do interior, caminha-se a passo lento (pausa) o que acentua as assimetrias regionais que continuam a verificar-se, entre o litoral e o interior do país (...).”
2 - Coerência dos eixos de intervenção e objetivos estratégicos nos Quadros de programação comunitária e Programas Regionais do Alentejo	2.1 – Quadros Comunitários	2.1.1. QC. 2007-2013 2.1.2. QC. 2014-2020 2.1.3. Perspetivas futuras dos próximos Quadros Comunitários	E1: “(...) por um lado em termos de fundos comunitários é nesta fase de 2007 para a frente, tentou haver uma mudança significativa na aplicação dos fundos comunitários (...) a lógica do QREN, aqui na região, que era o INALENTEJO na altura, tinham este efeito de mudança estrutural de apostar mais nas empresas (...) ou seja, aquilo que era uma estratégia assertada para apostar nas empresas que já vinha do QREN, portanto, aqui na nossa zona, no INALENTEJO e posteriormente no Alentejo 2020, ela foi sempre corroída (...).”; (...) o programa regional (...) é uma parte pequena dos fundos estruturais que são aplicados no país (...).”;



			<p>E2: “(...) os dois últimos quadros comunitários foram virados ... foram virados para as estratégias, isto é, nós no fundo temos estratégias e essas estratégias, quer no QREN, quer no 2020, quer ate no anterior ao QREN, o PORA, já foram estratégias definidas em conjunto pelos atores do território (...)”;</p> <p>“(...) houve sempre quer no QREN quer no 2020, algumas desarticulações, as necessidades dos agentes locais, porque muitas vezes a perspetiva de quem toma as decisões ao nível nacional e ao nível europeu, tosse, não estão bem de encontro as necessidades de quem esta no território (...) porque o território também há muitas, vamos ver, no território também há muitas variantes e há muitas desigualdades (...)”;</p> <p>“(...) nós neste momento com o QREN e com o 2020 (...) devíamos ter satisfeitas com o PORA,</p>
--	--	--	---



			<p>devíamos ter satisfeitas todas as necessidades básicas, infraestruturas, (...) nós temos um problema gravíssimo de vias de comunicação, basta circular pelo nosso território, vimos que há um problema grave nas vias de comunicação, ou rodoviárias, a ferrovia quase não existe inter concelhos (...);</p> <p>“(...) temos problemas de mobilidade e nada disso está contemplado neste novo quadro comunitário, no 2030 (...);</p> <p>E3: “(...) quando abrem o projeto inicial dos quadros comunitários de apoio, acha tudo correto, porque aquilo define-se em cinco ou seis alíneas, coisas simples, frases simples, e então metemos lá a qualificação das pessoas, o desenvolvimento, portanto, a criação de emprego, é corretíssimo, quem vê aquilo, acha realmente, tem perspetivas</p>
--	--	--	--



			<p>que vão melhor de certa forma a empregabilidade e o desenvolvimento do país (...);</p> <p>E4: “(...) a nível dos programas regionais considero que foram bem estruturados e que têm uma repercussão significativa, económica, social e ambiental nas regiões que lhe estão afetas (...)”.</p>
	2. 2. Fatores condicionantes	2.2.1. Crises 2.2.2. Endividamento 2.2.3. Fatores de natureza externa 2.3.4. Desarticulação	<p>E1: “(...) só que nesse período não podemos esquecer que em 2008, 2009 tivemos a crise <i>suprime</i>, em 2010, 2011, 2012 tivemos a crise com a impactos que vinham de trás com endividamentos do país, que depois quando tivemos de recorrer a troika, ao financiamento externo significativo, que tivemos de fazer cortes brutais na economia, teve um impacto brutal (...) quem mais foi penalizado com as crises foram as empresas, ou seja o impacto inicial da banca, teve um impacto brutal nas empresas no seu financiamento (...);</p>



			<p>“(…) houve vários contextos externos, já nem falo dos “covidés”, e de outras coisas (…);</p> <p>E2: “(…) houve sempre quer no QREN quer no 2020, algumas desarticulações as necessidades dos agentes locais, porque muitas vezes a perspectiva de quem toma as decisões ao nível nacional e ao nível europeu, tosse, não estão bem de encontro as necessidades de quem esta no território (…);</p> <p>“(…) no território também há muitas variantes e há muitas desigualdades (…);</p> <p>(…) Nós temos um problema gravíssimo de vias de comunicação, basta circular pelo nosso território, vimos que há um problema grave nas vias de comunicação, ou rodoviárias, a ferrovia quase não existe inter concelhos (…)</p> <p>temos problemas de mobilidade (…)</p> <p>se eu não tenho rede de fibra ótica em duas freguesias e numa tenho e muito má, ou seja, tenho para aí em 20 por cento do concelho é</p>
--	--	--	--



			<p>que tenho fibra ótica em condições, se a rede elétrica, se o sinal de internet, se o GPS por wireless, não me chega a grande parte do território, tenho montes de buracos negros (...);</p> <p>E3: “(...) os investimentos do interior ficam muito aquém das nossas necessidades para equiparar o nível de vida que nós temos (...) nós precisávamos de desenvolver uma série de situações principalmente, a nível industrial, que nós temos o interior pouco industrializado, (aaaa) que não se tem verificado (...);</p> <p>“(...) Outras das situações que eu acho que não houve tanto em termos de desenvolvimento, que podia ter havido uma coesão maior a nível nacional, foi na questão do turismo (...);</p>
--	--	--	---



			<p>“(…) Não existe coerência nesse sentido (…) sempre houve uma discriminação dos Municípios do interior relativamente aos do litoral (…)”;</p> <p>E4: “(…) a crise global do sistema financeiro, o endividamento do país e o recurso na altura à troika, e mais recentemente a pandemia implicaram uma recessão da economia que sem o apoio dos fundos financeiros comunitários, seria desastroso (…)”</p> <p>“(…) os fundos comunitários estejam muito mais reforçados na zona litoral do país, em detrimento do interior do país (…)”.</p>
	2.3. Fatores facilitadores	2.3.1. Estratégias 2.3.2. Apoios	<p>E1: “(…) temos de separar sempre o nosso programa regional que tem impacto fortíssimo dentro das suas limitações financeiras (…)”;</p> <p>(…) portanto aqui o desafio é para a aplicação dos fundos, para aplicação das políticas publicas, é que haja convergência (…) último exemplo que não tem</p>



			<p>a ver com fundos, tem a ver com o PRR, o PRR mais uma vez responde a estas duas medidas, que é a digitalização e também a descarbonização e tem também uma componente da habitação (...);</p> <p>E2: “(...) Agora em tudo o resto, o que é apoio social, capacitação, programa de capacitação humano (...) que existia no 2020, acho que sim, que esta muito bem articulado (...);”</p> <p>E4: “(...) penso, portanto, que a estratégia europeia foi bem definida, no entanto o surgir de fatores externos e internos condicionaram grandemente a aplicação das medidas preconizadas (...);”</p>
3 – Coerência da Intervenção Municipal face às prioridades europeias, nacionais e regionais	3.1. Articulação com Estratégias Europeias	3.1.1. Modos de articulação 3.1.2. Principais dificuldades	E1: “(...) eu não tenho dúvidas nenhuma que sim, e tem havido esse esforço enorme (articulação), hum, de acompanhar, portanto, essas medidas (...);”



			<p>E2: “(...) ehhhh, nós estamos (tosse) a um nível infra, vila viçosa precisa ainda de muitas infraestruturas básicas (...) é a esse nível que se tem de atuar, é ainda ao nível básico, o que às vezes depois esta um bocadinho desalinhado com aquilo que são já os objetivos do quadro comunitário e as exigências da europa, se eu não tenho o básico, não posso chegar a esses níveis (...)”;</p> <p>E4: “(...) saliento por ex a deslocação do Vereador com o pelouro da cultura e do turismo, a Bruxelas, onde participou numa iniciativa à qual o município aderiu no início deste ano, 2023, e que é “construir a europa com os eleitos locais” (...) Portanto este projeto organizado pelo comitê das regiões e a rede europeia de eleitos locais e regionais, visa a criação de uma rede consistente de eleitos de diferentes autarquias portuguesas de modo a proceder a comunicação da EU e os municípios portugueses, dado que os eleitos locais (pausa) são os principais</p>
--	--	--	---



			<p>agentes na promoção e divulgação dos diferentes organismos e projetos europeus (...) Julgo que esta ponte comunicacional é crucial e poderá ser um grande motor do desenvolvimento local (...);</p> <p>“(...) considero que atualmente o município esta muito empenhado em intervir e aceder a todas as candidaturas abertas que venham a abrir a fundos comunitários (...)</p>
	3.2. Articulação com Estratégias Nacionais	3.2.1. Modos de articulação 3.2.2. Principais dificuldades	<p>E1: “(...) MVV esta focado nisso, está focado nessa estratégia, primeiro esta focado em levar o património de VV a património da humanidade, está centradíssimo na estratégia do território região Alentejo, naquilo que é o património (...) novas dinâmicas empresarias (...);</p> <p>E2: “(...) a capacitação inteligente surge na ponta, é como a tecnologia de ponta, se eu ainda não tenho, se eu ainda não inventei a roda, não posso ter uma carroça puxada por uma roda, portanto a</p>



			<p>capacitação inteligente, a digitalização, tudo isso é importante, e obviamente estamos a trabalhar nisso em alguns segmentos e sectores, mas eu não posso ter esse tipo de capacitação em todo o concelho, se não tenho uma rede básica de fibra, se não tenho sinal elétrico em condições (...);</p> <p>E3: “(...) Vila Viçosa tem um potencial muito grande, só que o desenvolvimento turístico não passa só por estar representado nas Feiras do Turismo (...);</p> <p>“(...) O Município, a política é correta a que está a fazer, só que não chega, não é suficiente (...) Aquilo que nós precisamos para nos expandirmos em termos do Município, precisávamos de apoio de outras zonas, como é questão da Região Turismo do Alentejo (...);</p>
--	--	--	--



			E4: “(...) considero que atualmente o município esta muito empenhado em intervir e aceder a todas as candidaturas abertas que venham a abrir a fundos comunitários (...);
	3.3. Articulação com a EREI	3.3.1. Modos de articulação 3.3.2. Principais dificuldades	E1: “(...) há um claro foco com os domínios prioritários da EREI (...) a nossa estratégia esta muito vocacionada para no âmbito da especialização inteligente (...); “(...) a grande vantagem de VV, na minha perspetiva, é o seu património, tem um património, riquíssimo e invejável, e um dos eixos fundamentos da Estratégia Regional tem a ver com o património (...); E2: “(...) não vamos conseguir fazer tudo aquilo que é necessário e não vamos conseguir chegar a eficiência energética dos edifícios se eu ainda não tenho edificios... risos (...);



			<p>E3: “(...) por mais candidaturas que se façam, em termos de desenvolvimento nas mais diversas áreas, encontram sempre dificuldades e a questão do Município (...) a maior dificuldade que encontra não é elaborar a candidatura, ao contrário do que as pessoas pensam (...) é que o Município quando se candidata a qualquer verba, a qualquer projeto, tem logo que cabimentar parte do seu orçamento para essa área até haver uma decisão (...)”;</p> <p>E4: “(...) o concelho e a sede de concelho continuam a perder população (...) cada vez temos menos jovens e mais idosos o que implica, em função disto, desenhar estratégias que fixem a população jovem no concelho (...)”</p>
	3.4. Tipos de Especificidades Municipais	3.4.1. Património 3.4.2. Atividades económicas 3.4.3. Promoção do concelho	<p>E1: “(...) um território que tem um património riquíssimo, tem um ambiente espetacular e também tem uma paisagem maravilhosa, associada a essas dinâmicas e como identidade cultural muito forte (...)”;</p>



		3.4.4. Tipologias de turismo	<p>E2: “(...) São as nossas especificidades são realçadas e só podem ser no fundo atendidas ao nível infra, do quadro comunitário, que são as ETI's, que são os investimentos territorialmente integrados que são controlados pelas cim's (...);</p> <p>E3: “(...) eu penso que as questões das especificidades do Município, através de um contacto mais direto possível, com os meios de comunicação social internacionais, porque aqui o Município já passa por uma certa grandeza, penso que da região turismo do Alentejo, excetuando Évora, deve ser uma das zonas que mais turistas recebe (...);</p> <p>“(...) porque o turismo é, em grande parte, o nosso desenvolvimento nacional e regional, na minha opinião, acho que o Município aí precisa mesmo de consignar uma verba superior para ter maior</p>
--	--	------------------------------	---



			<p>representatividade em termos de órgãos internacionais, em termos de Feiras (...);</p> <p>“(...) nós temos que ir lá para fora procurar o que queremos trazer para cá (...);”</p> <p>E4: “(...) realço o património histórico, cultural, religioso e paisagístico de vila viçosa que advém, por ter sido durante seculos a casa dos duques de bragança, alguns deles reis de Portugal (...) Vila Viçosa tem hoje no seu património, o paço ducal, o castelo e a tapada real, que são o grande motor do turismo de vila viçosa (...) Também o turismo religioso tem um papel muito importante na dinamização do turismo e nas diversas áreas ou setores que dele dependem, ou que lhe estão naturalmente associadas, como a restauração, o comercio, a estadias dos visitantes (...).</p>
--	--	--	--



<p>4. – Aplicação dos Fundos Comunitários no Município</p>	<p>4.1. Taxa de execução</p>	<p>4.1.1 Aumentou 4.1.2. Mantem-se 4.1.3. Diminuiu</p>	<p>E1: “(...) a taxa de execução é boa, a taxa de execução é boa... mas tinha mesmo que ser, porque vila viçosa não tinha muitos projetos (...) tendo em conta todos esses fatores que já falamos, VV podia ter muito mais, e poderíamos estar a discutir uma taxa de execução mais baixa mas com muitos projetos (...);</p> <p>E2: “(...) não temos tradição aqui de investimento com fundos comunitários (...) infelizmente muito baixa (...);</p> <p>(...) nos últimos dois quadros comunitários, aqui não se investiu praticamente nada. quando cheguei ao município (2021) havia dois projetos candidatados, um que era o largo, o rossio, meter umas fontes, a reabilitação do rossio e não havia sequer projeto de execução e tinham de estar prontos (...);</p>
--	------------------------------	--	---



			<p>E3: “(...) é assim, (riso) é quase nula, porque em termos municipais, pelo conhecimento que tenho, foram poucas as candidaturas que foram efetuadas aos fundos comunitários. Como tal, é quase nula as poucas candidaturas que houve (...)”;</p> <p>E4: (...) de um modo geral julgo que o MVV já detém um bom número de candidaturas aprovadas, quer enquanto beneficiário, quer enquanto parceiro ou promotor (...) então (pausa) no âmbito do Portugal 2020, o MVV tem uma taxa de execução muito baixa ... melhorou a partir do 2.º semestre de 2021 com uma nova postura e um outro olhar para os fundos comunitários (...)”;</p>
	4.2. Alterações a nível municipal e ou regional	4.2.1. Ambição do novo executivo do Município 4.2.2. Fatores externos ao Município	E1: “(...) houve mais ambição deste município (...) pronto, aquilo que há, ahhh, é essencialmente um reforço bastante significativo em relação aquilo que vinha do passado. ou seja, no passado optou-se muito por fazer intervenções até com recursos próprios do município, e não tanto alavancados com



			<p>fundos comunitários, foi uma opção, uma opção política (pausa) a opção atual é alavancar ao máximo, é tentar alavancar o máximo de projetos em vila viçosa, utilizando o instrumento que os municípios tem direito que são os fundos comunitários, eles servem precisamente para a convergência (...);</p> <p>E2: “(...) relativamente ao QREN e relativamente ao 2020, aquilo que se passou foi que o município de vila viçosa não apresentou candidaturas e não conseguiu apresentar as obras e por isso ficou para traz, não tem nada a ver com a regulação nacional ou regional, que ela foi de igual forma para todos os municípios que se candidatavam, só que temos uma taxa de execução baixíssima, e a maioria daquilo que conseguimos foi através de projetos em comum, com a Cimac, mas muito pouco (...);</p>
--	--	--	--



			<p>E3: (...) aqui o que mudou realmente, na minha opinião, primeiro foi a perspetiva do executivo que lá está, a perspetiva passou a ser de forma diferente e entendeu que a aposta devia ser dessa forma (...);</p> <p>“(...) a questão da política acho que é o maior entrave que existe em termos de aprovação ou não de financiamentos em termos locais (...);”</p> <p>E4: “(...) as mudanças ou alterações verificaram-se pela ação dos atuais eleitos e à dinâmica funcional com que se perspetivam face aos apoios dos fundos comunitários (...);”</p>
	4.3. Parcerias	4.3.1. Aspetos positivos 4.3.2. Entidades públicas ou privadas	<p>E1: “(...) por ex, ao nível do município, tem disponibilizado alguns dos seus equipamentos, que são de posse do município, em atividades locais, por exemplo às associações desportivas (...) o município tem parcerias, com, por ex, com um parceiro fundamental, que a FCB, para o</p>



			<p>desenvolvimento de projetos que são estruturantes, integrados com aqueles que são do município, que o município tem (...) também parcerias com as IPSS na rede social, naquilo que é a alavancagem de projetos sociais (...) há uma entidade que fez parceria com o município no sentido de alavancar projetos na área social, que é o caso da UNITATE (...);</p> <p>E2: “(...) as parcerias não tem sido, como não tem havido candidaturas, as parcerias são poucas (...) neste momento temos algumas parcerias (...) instituições locais, clubes de futebol (...) a questão dos mármore, parcerias com outras empresas dos mármore para conseguirmos trazer alguns fundos (...) com a Assimagra, Universidade de Évora, FCB (...);</p> <p>E3: “(...) acho que as parcerias é uma mais-valia em todos os aspetos, que é uma forma de criar</p>
--	--	--	--



			<p>desenvolvimento, sem grandes investimentos a não ser aqueles que são especificamente necessários (...);</p> <p>E4: “(...) as parcerias quer com entidades publicas, quer com entidades privadas são desejáveis e no caso de vila viçosa, alem de outros parceiros privados também muito importantes, destaco a FCB que detém um riquíssimo património histórico edificado e paisagístico e que funciona como um grande polo de atração turística, favorecendo enormemente o setor do turismo e consequentemente o setor dos serviços (...);</p>
	4.4. Constrangimentos e estratégias de superação	4.4.1. Constrangimentos 4.4.2. Estratégias	<p>E1: “(...) o município pretende intervir no seu património, no seu património histórico, pertente apostar muito na sua candidatura, a,a, a, como património da humanidade, pretende apostar fortemente nestes projetos todos estruturantes, nomeadamente, espaço museológico do castelo, no</p>



			<p>edifício que o município esta a comprar, na questão da casa da Florbela espanca, outra infraestrutura que pretende apoiar, das áreas do setor empresarial, alargar essa portanto essa possibilidade para as empresas (...);</p> <p>E2: (...) qual é o nosso maior constrangimento neste momento, era quando chegámos aqui, era não ter projetos para execução para o próximo quadro comunitário, e ao menos nos objetivos que tínhamos, e então tivemos que fazer os projetos (...);</p> <p>(...) tentar melhorar a distribuição de água, as captações, as estações de tratamento, uma coisa muito simples que não temos, que é aquela gestão da água, eu não sei quanta água sai dos furos para as redes, e não sei quanta água depois consumida, sei quanto é consumida nas faturas, mas não sei mais nada (...)</p>
--	--	--	---



			<p>E3: “(...) aqui os constrangimentos, na sua grande maioria, nos últimos anos, tem sido a falta das candidaturas (...) na minha opinião, houve poucas candidaturas, mas já neste mandato, nota-se que realmente há uma falta de apoio por questões políticas às candidaturas que têm sido elaboradas no concelho de Vila Viçosa, essa é concretamente é a minha resposta objetiva (...)”;</p> <p>E4: “(...) a falta de uma equipa coesa na CMVV que funcionasse em pleno na formação e processo de candidaturas. Na presente data, a equipa constituída para o efeito com técnicos internos e externos da CMVV esta a trabalhar diariamente com o objetivo de captar mais investimento e financiamento de fundos comunitários para o concelho (...)”.</p>
--	--	--	---



<p>5. Projetos aplicados no município no âmbito dos Programas Operacionais Regionais</p>	<p>5.1. Áreas de atividade</p>	<p>5.1.1. Património 5.1.2. Social 5.1.3. Cultura e turismo 5.1.4. Empreendimentos hoteleiros</p>	<p>E1: “(...) alguns projetos (...) na área do património, as entidades sociais, mas também na área dos equipamentos sociais, também houve entidades que apresentaram projetos (...) no setor dos mármore, foi daqueles que mais, e também do turismo, o Marmòris é um exemplo concreto a um projeto financiado com fundos comunitários, portanto INALENTEJO, mais especificamente, um projeto importante aqui para o território (...)”;</p> <p>E2: “(...) há intenções de investimento que vêm do passado, do anterior mandato, um hotel nos capuchos, no São Paulo (...)”;</p> <p>E3: “(...) nesse aspeto, o que foi feito, foi do público em geral, porque os projetos eram muito generalistas. Os poucos projetos que existiram foi quase mais de âmbito social (...) e foi porque algumas das instituições inclusivamente acabaram por se candidatar a alguns fundos e a alguns</p>
--	--------------------------------	---	--



			<p>projetos de desenvolvimento nessas áreas sociais (...);</p> <p>E4: “(...) tenho conhecimento de que existiram projetos candidatados de natureza privada, entre quais o hotel Marmòris (...) houve ainda candidaturas ao nível do setor da indústria dos mármore, além de projetos de cariz social (...);</p>
	5.2. Entidades Promotoras	5.2.1. Câmara Municipal de Vila Viçosa 5.2.2. Junta de freguesia 5.2.3. Outros	<p>E1: “(...) alguns projetos de autoria direta do município, outros em parceria no âmbito da CIMAC, outros no âmbito da Gesamb, e outros por outras entidades, outras entidades sobretudo na área do património, as entidades sociais, mas também na área dos equipamentos sociais, também houve entidades que apresentaram projetos.</p> <p>E2: “(...) AFG, marmoristas, empresários de mármore, a FCB, investiu alguma coisa, mas não com fundos comunitários, Sucess Rivers ou a Stone Capital, peixinhos (...) esses sim tem investido</p>



			<p>alguma coisa com isso (pausa), o Marmòris também investiu no 2020, portanto a área do turismo e do que eu tenha conhecimento pouco mais (...);</p> <p>E3: “(...) as IPSS’s no nosso concelho têm sido as principais promotoras de projetos sociais no nosso concelho porque, no fundo, são aquelas que mais necessidades encontram para desenvolver as suas atividades (...);</p> <p>“(...) na questão do setor do turismo, a única entidade que eu tenha conhecimento que tenha feito investimentos é a Direção Regional de Turismo do Alentejo, que mesmo assim, ainda tem feito alguns investimentos em termos de propaganda, e em nível nacional, relativamente à questão do concelho de Vila Viçosa (...);</p> <p>E4: “(...) indústria dos mármore, além de projetos de cariz social, como os da Fundação Unitate e da</p>
--	--	--	--



			Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa (...) CIMAC (...);
	5.3. Públicos-alvo	5.3.1. Idosos 5.3.2. Jovens 5.3.3. População 5.3.4. Comunidade	E1: “(...) o foco central tem que ser sempre as pessoas (...)” E3: (...) Nesse aspeto, o que foi feito, foi do público em geral, porque os projetos eram muito generalistas (...) os poucos projetos que existiram foi quase mais de âmbito social (...); E4: (...) foram ainda executados outros projetos (...) como seja, o CRO de animais de companhia de vila viçosa, a área de serviço de autocaravanas de pardais (...);



	<p>5.4. Contributo para a promoção da coesão social e territorial</p>	<p>5.4.1. Candidatura de Vila Viçosa a Património da Humanidade</p> <p>5.4.2. Fixação da população</p> <p>5.4.3. Limitações/estratégias de superação</p>	<p>E1: “(...) por exemplo, apostar, ter foco em vila viçosa ser património da humanidade, ser património da humanidade, significa que estamos a dar uma evidencia forte a vila viçosa, estamos a projetar vila viçosa para o exterior, ok, isso é muito bom, mas é boa se fizerem investimentos cá, que venha cá turistas que deixem cá dinheiro, que alavanquem emprego nos restaurantes, nas bombas de gasolina, no comercio local nos produtos locais, etc etc, portanto, a logica tem de ir sempre por aí (tosse) (...)”;</p> <p>“(...) o foco central tem que ser sempre as pessoas, ou seja, o meu objetivo central, até posso regenerar o meu património, ok, eu posso ter o meu território todo mais bonito, ter um património espetacular, um ambiente divinal, mas se não tiver pessoas, tenho um problema no território, portanto todas as medidas que eu faço, eu tenho de pensar que elas são, não são so sexys, como eu estava a dizer há</p>
--	---	--	---



			<p>pouco, na perspetiva de, ahh, serem atraentes para quem cá vem, mas serem atraentes na captação de investimento, portanto todos os projetos que o município deve fazer mas também as entidades sociais devem ser no sentido da fixação de emprego (...);</p> <p>E2: “(...) se eles foram implementados, de facto se criarem emprego e trouxerem gente (...) e movimentarem a economia, reduzem se as assimetrias e reduzem se as dificuldades, é isso que nos esperamos que estes investimentos tragam, quer ao nível do turismo, quer ao nível da indústria, que os próprios investimentos municipais, que tragam qualidade de vida às pessoas (...);</p> <p>E3: “(...) era serem aprovados todos aqueles que nós necessitávamos (...) precisávamos que fossem criadas novas formas de apoio viradas especificamente para o interior que não é o que</p>
--	--	--	--



			<p>acontece em termos nacionais e aquando da abertura dos quadros comunitários de apoio (...) e acho que passa por aí (contributo), porque se nós não tivermos uma sociedade mais justa, mais coesa, e mais apoiada no interior, dificilmente conseguimos chamar para cá pessoas para viver ou pra trabalhar (...);</p> <p>E4: “(...) estes projetos têm que trazer investimento para que as empresas se fixem e gerem emprego (...) considero que o setor do turismo é o motor de desenvolvimento do concelho, embora a indústria do setor do mármore seja o grande empregador no concelho (...)”.</p>
6. Projetos promovidos pelo Município de Vila Viçosa	6. 1. Tipo de projeto	6.1.1. Componente urbanista, regeneração urbana 6.1.2. Património 6.1.3 Equipamentos locais	E1: “(...) temos alguns exemplos, projetos ao nível da componente urbanística da regeneração urbana, que foram intervencionados, projetos na área do património, o exemplo o cineteatro e outros equipamentos local, outro exemplo, o espaço do museu do mármore, é outro exemplo concreto de um projeto enquadrado nos financiamentos



			<p>comunitários, portanto, essencialmente, projetos nesta área, a área urbanística, na área da regeneração urbana, que esta umbilicalmente ligada e também na área do património, tem sido essa a aposta principal nos projetos comunitários (...);</p> <p>“(...) outro espaço que esta previsto é de incubação de empresas, essa é uma logica de atração, de atração para que eu não esteja em desvantagem perante outros sítios (...);</p> <p>“(...) por ex o município (...) tem um projeto que é uma biblioteca digital, que é uma biblioteca itinerante (...)</p> <p>E2: “(...) Cineteatro (...)”</p> <p>E3: “(...) em Bencatel, a autarquia fez um desses projetos para fazer um lar de idosos (...);</p>
--	--	--	---



			E4: (...) atualmente decorre desde 2018 uma importante candidatura que é a reabilitação do cine teatro Florbela espanca de vila viçosa (...)"
	6.2. Áreas de intervenção	6.2.1. Comunidade 6.2.2. Reabilitações	E1: "(...) o que eu sinto é que há agora, há uma ambição forte no sentido de Vila Viçosa ser mais forte, ser um concelho mais dinâmico, que responda a problemas das pessoas, a problemas concretos que as pessoas vivem todos os dias, e isso só se faz com iniciativa, com muita iniciativa, muita iniciativa, com coragem de fazer coisas diferentes, de arriscar (...)" “(...) uma biblioteca que vai às freguesias rurais, portanto é uma candidatura que esta a decorrer no âmbito do PRR (...) levar as freguesias os livros, vai levar as freguesias o digital, que leva a rede WiFi, e outras coisas como por ex, o MB e coisas desse género (...)"



			<p>E2: “(...) estes investimentos são importantes, estão diversificados no território, para além do cineteatro que já estávamos a investir em vila viçosa (...); “(...) depois há muitas outras coisas, as redes de águas, as ETAR em pardais (...) em Bencatel (...) ciladas, construí-la de novo, a ETAR de VV reabilitá-la, portanto como vê, estamos ao nível do básico ainda (...);</p> <p>E3: “(...) temos a necessidade de coisas como são: as águas de tratamento de águas residuais em Pardais, (aaa) em São Romão temos necessidade de reestruturar toda, um dos nossos males que é a questão do abastecimento de água público perto de cerca de 40% da água potável, perde-se pelo chão devido às roturas (...) nós necessitávamos restaurar isto (...);</p> <p>E4: desde os finais de 2021 até à presente data o MVV envida todos os esforços para ultrapassar e</p>
--	--	--	--



			colmatar todos os constrangimentos que possam vir a acontecer, no sentido de avançar com as candidaturas a que se propôs (...).”
	6.3. Descrição dos projetos que não se efetivaram após candidatura	6.3.1. Ausência de projetos e verbas cabimentadas	<p>E1: “(...) essencialmente aqueles que não se efetivaram, como é que eu hei de dizer isto de uma forma simpática, não se efetivaram porque o município, é uma questão de ambição, é uma questão de ambição, não é por falta de recursos, não é por falta de instrumentos de financiamento e de apoio, ahh, não houve ambição... (...).”;</p> <p>E2: “(...) com o projeto que não se fez que foi o largo D. João IV, porque não havia projeto e não havia tempo para o fazer (...) aproveitámos esse dinheiro e reorientámo-lo para o cineteatro (...) que eram 200 e tal mil euros que tínhamos aprovados, que foram para o cineteatro (...).”;</p>



			<p>“(…) houve de facto um problema com o PRR, com as duas ERPIS que não foram aceites mas porque não conseguimos em tempo (…) nós entrámos em outubro, e em final de março acabou a candidatura... conseguimos fazer tudo, o projeto inteiro, aprovação da SS, aprovação da E redes, de todas as entidades que se tinham pronunciado, só que não conseguimos lançar o concurso, porque não tínhamos verba para a contrapartida nacional, em orçamento e não era... em tempo, possível lançar o concurso, tinha de se fazer assembleias municipais (...)”;</p> <p>E3: “(...) eu vou dar um exemplo, em Bencatel, a autarquia fez um desses projetos para fazer um lar de idosos (...) deu-nos conhecimento à Junta de Freguesia, foi candidatado aos Fundos, ao 2020, e disseram-lhe que não, não aceitavam a candidatura porque ela ainda não tinha sido adjudicada (...) o Município teria que adjudicar primeiro a obra, para</p>
--	--	--	---



			<p>depois ser aceite a candidatura, não é aprovar a candidatura, é aceitar (...);</p> <p>E4: “(...) os projetos candidatados não foram aprovados ou por falta de maturidade do projeto de execução ou porque não observavam os requisitos definidos no aviso de abertura do concurso (...);</p>
	6.4. Principais dificuldades observadas e sentidas pelo Município	6.4.1. Dificuldades internas	<p>E1: “(...) (ausência) de muita iniciativa (...) com coragem de fazer coisas diferentes, de arriscar, é preciso também, é como nas empresas, se não se correr riscos não se consegue fazer mudanças, não é só o caso, não é só o exemplo de vila viçosa (...) apostarmos sempre no mesmo remédio não resolve a cura, não é, portanto, temos de ter medidas criativas (...);</p> <p>E2: (...) o facto de os serviços não estarem capacitados para trabalharem com fundos comunitários (...) chegámos em 2021 e de facto o município de vila viçosa não tinha um gabinete de</p>



			<p>projetos para trabalhar com fundos comunitários (...) havia apenas uma funcionaria que tinha a senha e que introduzia algumas coisas que lhe davam (...);</p> <p>“(...) a dificuldade era interna e não externa, não tivemos nenhum constrangimento externo julgo eu, pelo menos desde que estou aqui (...);</p> <p>E3: “(...) na minha opinião, acho que a grande dificuldade com que a autarquia se depara é falta de verbas, porque realmente a autarquia atualmente tem muitos projetos (...) a falta de verbas (aaa) e de apoios nas suas candidaturas tem sido o maior entrave para realmente a execução desses projetos (...);</p> <p>E4: “(...) daquilo que me foi dado a conhecer, e designadamente no período que medeia 2018 e 2021, os projetos candidatados não foram aprovados ou por falta de maturidade do projeto de</p>
--	--	--	--



			execução ou porque não observavam os requisitos definidos no aviso de abertura do concurso (...);
7. Impacto dos projetos no desenvolvimento do concelho, e sua distribuição pelo território	7.1. Tipos de impacto contributos	7.1. Desenvolvimento do concelho	<p>E1: “(...) dando um exemplo concreto na área social, o município, todos os investimentos na área social que o município se propõe são nas três freguesias, pardais, Bencatel e São Romão (...) para dar repostas locais, estas repostas locais também vão gerar emprego, isto é um exemplo concreto, para além de questões de regeneração urbana, de dinamização do território (...);</p> <p>(...) é sempre fundamental um olhar também de coesão do município, mas também há que ser muito claro, também há equipamentos que tem de estar centrados num só sítio (...);</p>



			<p>E2: “(...) estes investimentos geram qualidade de vida e podem gerar empregabilidade, porque estas ERPIS necessitam de gente para trabalhar e trazem algum retorno financeiro e vão nos permitir uma determinada franja da sociedade dar qualidade de vida aos idosos, as famílias, e qualidade de trabalho, permitir a qualidade no trabalho (...)”;</p> <p>E3: (...) a forma como o Município ou o executivo que lá está, ou os executivos que lá têm estado, vão encarando as freguesias rurais (...) nós em Bencatel temos tido alguma volatilidade, tivemos alguns (alguns humm) Presidentes de Câmara e executivos que viram Bencatel como uma perspetiva realmente, não digo valorizadora, mas realista (...)”;</p> <p>E4: “(...) reforço o que disse anteriormente: sem o apoio dos fundos comunitários não é possível alcançar o investimento necessário para melhor</p>
--	--	--	--



			desenvolver Vila Viçosa e as freguesias rurais que compõem o concelho (...);
	7.2. Distribuição territorial	7.2.1. Freguesia urbana 7.2.2. Freguesias rurais	<p>E1: (...) a feira da laranja foi uma iniciativa local no sentido de dar uma projeção de uma freguesia, e, portanto, não ficar tudo centrado na sede de concelho (...) pronto esse é um exemplo concreto (...) a dinâmica saiu de baixo para cima, da freguesia, portanto, não saiu do município, mas é importante que essas dinâmicas aconteçam e fazer com que as freguesias possam também aproveitar o financiamento comunitário que aí vem (...);</p> <p>E2: “(...) nós estamos a fazer investimentos diversificados, cerca de 3 milhões de euros para São Romão (...) 3 milhões de euros para Bencatel, isso em ERPIS, em VV será o cento escolar que são mais uns 3 milhões de euros, a variante a Bencatel que são mais 2, 700000 (...) portanto é variado, em</p>



			<p>pardais, estamos a fazer a praceta de Pardais que será ainda um investimento avultado (...);</p> <p>“(...) queremos também ajudar os privados a construir uma ERPI lá (...);</p> <p>E3: “(...) a tendência sempre e provavelmente será em todos os concelhos (risos), mas eu vou falar neste especificamente (...) a tendência é sempre que (humm) a sede de Concelho fique sempre mais valorizada porque mesmo aqui a nível local, existe sempre também alguma perspetiva eleitoralista (...);</p> <p>(...) portanto, em termos do desenvolvimento e da aposta nos últimos anos aqui, especificamente nas freguesias rurais, mas mais concretamente em Bencatel, tem ficado muito aquém a perspetiva que os executivos da Câmara Municipal têm visto em termos de projetos para a realização de obras e</p>
--	--	--	---



			<p>noutras áreas em relação às freguesias rurais, todas elas e mais especificamente em Bencatel. Nós precisávamos de mais coisas (...) precisamos de projetos concisos, precisamos de obras concretas para criar desenvolvimento para que as pessoas também venham para a nossa freguesia, estejam cá, se sintam bem, e tenham aqui todas as condições que necessitam para criar os seus filhos, porque é isso que nós precisamos (...);</p> <p>E4: “(...) as freguesias rurais não podem individualmente candidatar-se a projetos de maior envergadura (...) cabe ao MVV definir estratégias de desenvolvimento que integrem as freguesias rurais do concelho, no sentido de promover e beneficiar as suas populações, que segundo sei, enquanto técnica (...) existem projetos a serem trabalhados para as freguesias rurais, Bencatel, Pardais e Ciladas, de âmbito social e não só (...).”</p>
--	--	--	--